

Direção-Geral das Atividades Económicas

RELATÓRIO DE ATIVIDADES 2015



**REPÚBLICA
PORTUGUESA**

Direção - Geral das Atividades
Económicas

Ficha técnica

Autoria:

Direção-Geral das Atividades Económicas

Data de edição:

15 abril de 2016

GLOSSÁRIO DE ABREVIATURAS

Unidades Orgânicas da DGAE

DAP	Divisão de Avaliação de Políticas
DC	Divisão das Contrapartidas
DCAE	Divisão de Coordenação dos Assuntos Europeus
DCSR	Divisão do Comércio Serviços e Restauração
DDS	Divisão do Desenvolvimento Sustentável
DEC	Divisão da Economia Circular
DMIS	Divisão de Mercado Interno de Serviços
DPA	Divisão de Planeamento e Apoio
DPCE	Divisão da Política Comercial Externa
DPE	Divisão da Política Empresarial
DPS	Divisão da Política Setorial
DRI	Divisão de Redes e Infraestruturas
DRIn	Divisão das Relações Internacionais
DSAE	Direção Serviços dos Assuntos Europeus
DSCI	Direção Serviços do Comércio Internacional
DSCSR	Direção de Serviços do Comércio, Serviços e Restauração
DSPE	Direção de Serviços para a Política Empresarial
DSSE	Direção de Serviços de Sustentabilidade Empresarial

Outras siglas e acrónimos

ABIMOTA	Associação Nacional das Indústrias de Duas Rodas
ADE	Agenda Digital para a Europa
AICEP	Agência para o Investimento e Comércio Externo de Portugal
AMA, I.P.	Agência para a Modernização Administrativa
ANIMEE	Associação Portuguesa das Empresas do Setor Elétrico e Eletrónico
ANPC	Autoridade Nacional de Proteção Civil
APA	Agência Portuguesa do Ambiente
APD	Agenda Portugal Digital
APD	Ajuda Pública ao Desenvolvimento
APICER	Associação Portuguesa da Indústria de Cerâmica
ASAE	Autoridade de Segurança Alimentar e Económica
ATP	Associação Têxtil e Vestuário de Portugal
BIT	Tratado de Investimento Bilateral
CAD	Comité de Ajuda ao Desenvolvimento
CAGER	Comissão de Acompanhamento da gestão de Resíduos
CCA	Conselho Coordenador de Avaliação

CCPCIP	Comissão Consultiva para a Prevenção e Controlo Integrado da Poluição
CCRA	Conselho Consultivo para a Responsabilidade Ambiental
CCSR	Conselho para o Comércio, Serviços e Restauração
CE	Comissão Europeia
CELE	Comércio Europeu de Licenças de Emissão
CICL	Camões, Instituto da Cooperação e da Língua
CIIE	Comité da Indústria, Inovação e Empreendedorismo
CIP	Confederação Empresarial de Portugal
CIPE	Comissão Interministerial de Política Externa
CNDH	Comissão Nacional dos Direitos Humanos
COM	Comissão Europeia
COMTEX	Comité Têxtil
CPAI	Comissão Permanente de Apoio ao Investidor
CPC	Comité de Política Comercial
CPLP	Comunidade dos Países de Língua Portuguesa
CSR	Comércio, Serviços e Restauração
CT 164	Comissão Técnica de Normalização - Responsabilidade Social
CT 165	Comissão Técnica de Normalização Ética Empresarial
CTSI	Comissão Técnica do Sistema de Incentivos
DG TRADE	Direção Geral do Comércio da Comissão Europeia
DGAE	Direção Geral das Atividades Económicas
DGAV	Direção-Geral de Veterinária
DGC	Direção Geral do Consumidor
DGPM	Direção-Geral de Política do Mar
DL	Decreto-lei
DR	Diário da República
EFICE	Estratégia de Fomento Industrial para o Crescimento e para o Emprego
EG	Entidades Gestoras
EGA	Acordo de Bens Ambientais
EM	Estados Membros
ENAAC	Estratégia Nacional de Adaptação às Alterações Climáticas
EPG	Grupo Política Empresarial
ERA	Roteiro do Espaço Europeu
ERAC	Comité Espaço Europeu
ESPG	Environment, Society and Policy Group
ETS	<i>Emissions Trading System</i>
FAQ's	<i>Frequently Asked Questions</i>
FCT	Fundação para a Ciência e Tecnologia
GAN	Grupo de Alto Nível
GD	<i>General Dynamics</i>
GEE	Gabinete de Estratégia e Estudos
GPA	<i>Green Project Awards</i>

GPEARI-MF	Gabinete de Planeamento, Estratégia, Avaliação e Relações Internacionais
GPP	Gabinete de Planeamento, Políticas e Administração
GT	Grupo de Trabalho
GT ABS	Grupo de Trabalho sobre o Acesso aos Recursos Genéticos
IAPMEI, I.P.	Agência para a Competitividade e Inovação
ICNF	Instituto da Conservação da Natureza e Florestas
IDC	<i>International Data Corporation</i>
IES	Informação Empresarial Simplificada
IFD	Instituição Financeira de Desenvolvimento
IG	Indicação Geográfica
IMS	<i>Information Management School</i>
INF	Informação
ISDS	Investor-to-State Dispute Settlement
ITA	Acordo de Tecnologia da Informação
IVR	<i>Interactive Voice Response</i>
KBC	<i>Knowledge Based Capital</i>
MCTES	Ministério da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior
ME	Ministério da Economia
MNE	Ministério Negócios Estrangeiros
NATO	Organização do Tratado do Atlântico Norte
NUTS	Nomenclatura das Unidades Territoriais para Fins Estatísticos
OCDE	Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico
OMC	Organização Mundial do Comércio
ONU	Organização das Nações Unidas
OTAN	Organização do Tratado do Atlântico Norte
PARCA	Plataforma de Acompanhamento das Relações na Cadeia Agroalimentar
PARF	Plataforma de Acompanhamento das Relações nas Fileiras Florestais
PE	Parlamento Europeu
PET	Polietileno Tereftalato
PIRC	Práticas Individuais Restritivas do Comércio
PME	Pequenas e Médias Empresas
PNAC	Plano Nacional para as Alterações Climáticas
PNAEE	Plano Nacional de Ação para a Eficiência Energética
PNC	Ponto de Contacto Nacional
PNPCTSH	Plano Nacional para a Prevenção e Combate ao Tráfico de Seres Humanos
PNPCVD	Plano Nacional para a Prevenção e Combate à Violência Doméstica
PNRRC	Plataforma Nacional para a Redução do Risco de Catástrofes
PT	Portugal
QUAR	Quadro de Avaliação e Responsabilização
RCM	Resolução do Conselho de Ministros
REEE	Resíduos de Equipamentos Elétricos e Eletrónicos
REFIT	Programa para a Adequação e a Eficácia da Regulamentação

REPER	Representação Permanente de Portugal junto da União Europeia
REUE	Rótulo Ecológico da União Europeia
RJACSR	Regime Jurídico de Acesso e Exercício a Atividades de Comércio, Serviços e Restauração
RoHS	Comité Técnico de Restrições de certas Substâncias Perigosas
RSE	Responsabilidade Social das Empresas
RSO	Rede Responsabilidade Social das Organizações
S.A.	Sociedade Anónima
SBA	<i>Small Business Act</i>
SEAE	Secretário de Estado Adjunto e da Economia
SGME	Secretaria Geral do Ministério da Economia
SGPS	Sociedades Gestoras de Participações Sociais
SIADAP	Sistema Integrado de Avaliação do Desempenho da Administração Pública
SNIERPA	Sistema Nacional de Inventário de Emissões Antropogénicas por Fontes e por Sumidouros de Gases com Efeito de Estufa
SPG	Sistema de Preferências Generalizadas
TISA	Acordo Comércio de Serviços
TJUE	Tribunal de Justiça da União Europeia
TTIP	Acordo de Parceria Transatlântica de Comércio e Investimento
UE	União Europeia
UNTACD	Conferência das Nações Unidas para o Comércio e Desenvolvimento
ZER	Zona Empresariais Responsáveis

ÍNDICE DE FIGURAS, QUADROS E GRÁFICOS

FIGURAS

QUADROS

Quadro I	Objetivos do QUAR-2015
Quadro II	Resultados dos indicadores do objetivo 1
Quadro III	Resultados dos indicadores do objetivo 2
Quadro IV	Resultados dos indicadores do objetivo 3
Quadro V	Resultados dos indicadores do objetivo 4
Quadro VI	Resultados do questionário de satisfação dos utentes
Quadro VII	Médias dos resultados do questionário de satisfação dos utentes
Quadro VIII	Resultados dos indicadores do objetivo 5
Quadro IX	Resultados do Questionário de Satisfação dos Trabalhadores
Quadro X	Avaliação global do serviço
Quadro XI	Recursos Humanos
Quadro XII	Estrutura da despesa em 2015
Quadro XIII	Comparação da despesa de 2014 e 2015
Quadro XIV	Atividades previstas, realizadas pela Direção de Serviços do Comércio, Serviços e Restauração (DSCSR)
Quadro XV	Atividades previstas, realizadas pela Direção de Serviços de Sustentabilidade Empresarial (DSSE)
Quadro XVI	Atividades previstas, realizadas pela Direção de Serviços para a Política Empresarial (DSPE)
Quadro XVII	Atividades não previstas, realizadas pela Direção de Serviços para a Política Empresarial (DSPE)
Quadro XVIII	Atividades previstas, realizadas pela Direção de Serviços dos Assuntos Europeus (DSAE)
Quadro XIX	Atividades previstas, realizadas pela Direção de Serviços do Comércio Internacional (DSCI)
Quadro XX	Atividades previstas, realizadas pela Divisão das Contrapartidas (DC)
Quadro XXI	Atividades previstas, realizadas no âmbito da gestão
Quadro XXII	Nível de realização das atividades previstas

[Quadro XXIII](#) Avaliação do sistema de controlo interno

GRÁFICOS

[Gráfico 1](#) Taxa de concretização dos objetivos

[Gráfico 2](#) Taxa de concretização dos parâmetros

[Gráfico 3](#) Percentagem de trabalhadores por escalão etário em 2012, 2013, 2014 e 2015

INDICE

GLOSSÁRIO DE ABREVIATURAS	3
ÍNDICE DE FIGURAS, QUADROS E GRÁFICOS	7
I. INTRODUÇÃO	10
1.1 Análise conjuntural	13
1.2 Orientações gerais e específicas prosseguidas pelo organismo	29
II. AUTOAVALIAÇÃO	33
2.1 Análise dos resultados alcançados	33
2.1.1. <i>Resultados dos Indicadores</i>	34
2.1.2. <i>Resultados dos Objetivos</i>	49
2.2 Análise dos desvios relativamente aos recursos	51
2.2.1. <i>Recursos Humanos</i>	51
2.2.2. <i>Recursos Financeiros</i>	52
2.3 Atividades desenvolvidas, previstas e não previstas no Plano de Atividades	54
2.4 Análise das causas de incumprimento de atividades ou projetos não executados	116
2.5 Avaliação do sistema de controlo interno	117
III. BALANÇO SOCIAL.....	120
IV. AVALIAÇÃO FINAL.....	122
4.1 Apreciação qualitativa dos resultados alcançados	122
4.2 Conclusões prospetivas.....	123

Anexos

ANEXO I	Organograma da DGAE – 2012-2015
ANEXO II	Organograma da DGAE – 2015-2016
ANEXO III	QUAR da DGAE - Resultados
ANEXO IV	Questionário de satisfação - Destinatários dos serviços
ANEXO V	Questionário de satisfação - Trabalhadores
ANEXO VI	Balanço Social

I. INTRODUÇÃO

O ano de 2015 foi caracterizado pela reestruturação da DGAE. Sabendo-se que qualquer reestruturação de um serviço constitui um processo sempre complexo, o facto de a mesma só se ter concretizado em 30 de setembro, com a publicação da Portaria n.º 316/2015, constituiu um desafio adicional. Com efeito, a DGAE esteve a funcionar durante nove meses com uma estrutura orgânica que não era a mais ajustada às atribuições que já tinham sido definidas no âmbito das alterações verificadas na orgânica do Ministério da Economia.

Por outro lado, a reestruturação foi significativa, já que implicou a criação de novas unidades orgânicas, a fusão e acertos noutras, assim como a saída de algumas atribuições e competências para outros organismos, nomeadamente, as atribuições nos domínios da indústria e da inovação.

Acentue-se, ainda, que, por determinação superior, foram elaboradas duas versões do Plano de Atividades da DGAE para 2015, partindo ambas do princípio que as atribuições e competências da DGAE seriam aquelas que foram aprovadas pela referida Portaria. Isso significou que, durante nove meses, a DGAE teve uma unidade orgânica, a Direção de Serviços da Indústria, a funcionar de forma limitada, uma vez que se sabia que, a qualquer momento, as competências no domínio da indústria seriam transferidas para outro organismo.

Além do mais, os trabalhadores que deveriam sair da DGAE para esse organismo, na sequência dessa transferência de funções, mantiveram-se na DGAE até ao final do ano, uma vez que, não obstante todas as diligências efetuadas por esta Direção-Geral, a sua situação só veio a ser solucionada em 2016.

O desempenho da DGAE não foi significativamente afetado por essas circunstâncias, uma vez que, tudo o que dependia exclusivamente desta Direção-Geral, para colocar em funcionamento a nova estrutura orgânica tinha sido previamente preparado e foi rapidamente implementado. Com efeito, o despacho n.º 11218/2015, de criação das unidades orgânicas

flexíveis e fixando as respetivas competências, foi de imediato publicado, assim como os despachos a nomear os dirigentes intermédios. A adaptação dos novos dirigentes intermédios também foi facilitada pelo facto de pertencerem já aos quadros da DGAE ou por terem trabalhado anteriormente na DGAE. Recorreu-se àquilo que se chama “a prata da casa”, na sua verdadeira aceção “usar o que se tem de melhor”.

De salientar, ainda, no que aos recursos humanos diz respeito que, durante o ano de 2015, se verificou uma saída significativa de trabalhadores que não foi possível substituir por completo, com alguns reflexos no trabalho desenvolvido que se procurou e se conseguiu minimizar com esforço e a dedicação adicional de todos os trabalhadores e dirigentes. A este propósito, é de salientar também que a DGAE está sem Subdiretor-Geral desde setembro.

Todas estas alterações implicaram profundas mudanças físicas de pessoas e equipamentos, de modo a organizar convenientemente os novos serviços, o que foi feito com os recursos disponíveis e com reduzidos impactos.

Financeiramente, o orçamento disponível da DGAE em 2015 foi inferior, em mais de 13% relativamente ao de 2014, o qual já tinha sido inferior em relação ao do ano precedente, em 3,8%. Mesmo assim, ainda foi possível fazer alguma poupança, em parte, porque não foi exequível, como já referi, dotar a DGAE de todos os recursos humanos que eram necessários, além de que tem havido a preocupação de recrutar trabalhadores em início de carreira, o que tem tido menos impacto orçamental. Com efeito, os recursos humanos têm, como não poderia deixar de ser, dada a atividade desta Direção-Geral, um peso significativo na estrutura de custos, representando cerca de 80% do total. Como se compreenderá, esta redução, que acompanhou o esforço nacional de contenção de despesa, não pode, contudo, continuar indefinidamente, a não ser com prejuízo da própria atividade.

Apesar dos condicionalismos assinalados, os resultados que se apresentam neste Relatório de Atividades são positivos. Saliente-se, neste sentido, que a DGAE não reviu em baixa as metas dos indicadores fixados em fase de planeamento, o que não é um procedimento habitual na

avaliação do desempenho organizacional na administração pública. Com efeito, a DGAE assumiu o risco e a ambição de procurar atingir as metas que tinham sido preconizadas, conseguindo atingir todos os objetivos.

No ponto seguinte, estão descritas as principais atividades desenvolvidas pela DGAE durante o ano de 2015, estando detalhadas mais à frente no ponto 2.2, ficando-se, assim, com uma ideia precisa do trabalho realizado ao longo do ano.

O Diretor-Geral,

Artur Lami

1.1 *Análise conjuntural*

Durante o ano de 2015, a atuação da Direção-Geral das Atividades Económicas (DGAE) foi condicionada pela alteração da sua lei orgânica. Inicialmente prevista no Decreto-Lei n.º 11/2014, de 22 de Janeiro, que aprovou a lei orgânica do Ministério da Economia (ME), foi sujeita a várias alterações, a principal das quais pelo Decreto-Lei n.º 82/2014, de 20 de Maio, que determinou que as suas atribuições nos domínios da indústria e inovação seriam integradas no IAPMEI, I. P., com exceção das competências de acompanhamento que continuaram na DGAE. No entanto, essa alteração só foi concretizada na sequência da publicação do Decreto Regulamentar n.º 5/2015, de 20 de Julho, que definiu as suas atribuições e competências, e da Portaria n.º 316/2015, de 30 de Setembro, que determinou a sua estrutura nuclear e as competências das respetivas unidades orgânicas nucleares.

Assim, durante os primeiros nove meses do ano, a DGAE continuou a funcionar com base na estrutura orgânica anterior, ou seja, com 6 Direções de Serviço¹, e uma delas, a Direção de Serviços da Indústria, com uma atividade limitada, uma vez que, conforme referido, parte significativa das suas atribuições nos domínios da indústria e inovação passaram para o IAPMEI, I. P.

De entre as alterações verificadas na nova estrutura orgânica da DGAE², salienta-se, desde logo, a reunião numa única Direção de Serviços dos assuntos relativos ao comércio e aos serviços (incluindo também a restauração), até então dispersos por duas Direções de Serviços, procurando-se, desta forma, uma atuação mais coerente e coordenada, e numa lógica mais adequada ao ciclo das políticas públicas, que vai desde a formulação à sua implementação e avaliação.

¹ Anexo I – organograma anterior da DGAE.

² Anexo II – organograma atual da DGAE.

Por outro lado, salienta-se a preponderância que passou a ser dada a determinadas áreas com relevo cada vez mais significativo para economia, que precisam de ser estudadas, acompanhadas e relativamente às quais devem ser apresentadas propostas de políticas públicas, como é o caso do desenvolvimento sustentável (com vista à definição de políticas económicas no quadro da economia circular, particularmente no que respeita à gestão de resíduos), e das políticas dirigidas às empresas (visando, nomeadamente, a simplificação administrativa e regulatória e a criação de condições favoráveis ao desenvolvimento do empreendedorismo e da competitividade). Pela sua importância, essas duas áreas deram origem a duas novas Direções de Serviço, da Sustentabilidade Empresarial e da Política Empresarial.

Mantiveram-se, com alterações pontuais, as duas Direções de Serviço (dos Assuntos Europeus e do Comércio Internacional) que consubstanciam o importante e determinante papel da DGAE, no âmbito do Ministério da Economia, enquanto entidade coordenadora dos assuntos europeus, por um lado, e, por outro, das relações económicas internacionais e bilaterais.

De salientar, também, a criação da Divisão de Contrapartidas, na dependência direta do Diretor-Geral, que se ocupa, designadamente, das matérias relativas ao acompanhamento e fiscalização dos contratos de contrapartidas pela aquisição de equipamentos militares, assumido ainda outras competências, como sejam as relacionadas com o apoio ao Governo em matéria de planeamento civil de emergência e com a representação nacional nos grupos de trabalho do Comité de Planeamento Civil de Emergência da OTAN.

Ainda na dependência do Diretor-Geral, foi criada uma Divisão de Planeamento e Apoio que deverá assegurar a elaboração de todos os instrumentos de planeamento e o acompanhamento da sua execução e que deverá acompanhar e coordenar com a Secretária-Geral do Ministério da Economia (SGME), no âmbito da gestão centralizada de serviços, diversos assuntos, nomeadamente, nas áreas financeira e orçamental, contratação pública, documentação, informática e telecomunicações, auditoria e contencioso, e deverá, ainda, assegurar a cobrança de receitas, o apoio informático local, a gestão dos conteúdos do sítio

eletrónico da DGAE, o registo e a distribuição do expediente e a gestão e manutenção das instalações.

Durante os últimos 3 meses do ano, procedeu-se à implementação dessa estrutura orgânica, com a nomeação de novos responsáveis e à organização dos diversos serviços, o que foi feito em simultâneo e sem prejuízo significativo de todas as atividades a que a DGAE foi chamada a responder ou a pronunciar-se.

Assim, para além dos inúmeros pareceres que frequentemente os Gabinetes dos membros do Governo solicitam, sobre os mais diversos assuntos, é para esta Direção-Geral muito importante referir o seu trabalho num conjunto de atividades, ações, propostas legislativas ou reformas efetuadas durante o ano de 2015, sobre as quais é apresentada uma síntese nos próximos parágrafos.

Desde logo, é de salientar que o ano de 2015 foi marcado pela entrada em vigor do novo regime jurídico de acesso e exercício das atividades de comércio, serviços e restauração, abreviadamente RJACSR, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 10/2015, de 16 de janeiro. O novo regime trouxe consigo alterações significativas no que diz respeito ao regime de acesso e exercício das atividades, o que, por sua vez, implicou fortes impactos na atividade da DGAE. Assim e neste âmbito, a entrada em vigor do RJACSR determinou a necessidade de se proceder, em parceria com a Agência para a Modernização Administrativa (AMA), à desmaterialização dos procedimentos de instalação, modificação e encerramento das atividades económicas sujeitas a mera comunicação prévia e a autorização. Ainda neste âmbito, ouve a necessidade de se proceder à publicação de 13 Portarias regulamentadoras das diversas atividades abrangidas.

A entrada em vigor do RJACSR determinou, ainda, a necessidade de se proceder a um conjunto de ajustamentos ao nível da manutenção do cadastro das atividades de comércio, serviços e restauração, atendendo ao processo de desmaterialização entretanto ocorrido. Assim, durante o ano de 2015, foi iniciado o projeto do Cadastro Único Empresarial (CUE), instrumento

destinado a permitir, automaticamente, a verificação da informação submetida no Balcão do Empreendedor (BdE), através da interoperabilidade das bases de dados dos vários organismos competentes.

Ainda no âmbito da entrada em vigor do RJACSR e do projeto CUE, a DGAE participou ativamente no Grupo de Trabalho da Informação Empresarial Simplificada (IES), particularmente no que diz respeito à definição dos conteúdos e regras a serem incluídos no novo Anexo R desta declaração anual. O CUE, que se encontra numa fase bastante adiantada do seu desenvolvimento, abrangendo todos os sectores de atividade regulamentados pelos diferentes regimes jurídicos, constituir-se-á como um instrumento fundamental de base para efeitos da definição e monitorização das políticas setoriais.

Por outro lado, e em linha com a estratégia de servir os agentes económicos, a DGAE implementou, para além de uma caixa de correio própria³, um *contact centre*, constituído por um *front office* e um *back office*, em paralelo com a elaboração e atualização constante de FAQ's, publicadas na página eletrónica da DGAE. Foi igualmente criada uma linha telefónica com um número de telefone específico para este atendimento, utilizando o IVR - *Interactive Voice Response*, tendo sido ministrada formação interna aos funcionários do *front office* sobre os conteúdos relacionados com o acesso e o exercício das atividades de comércio, serviços e restauração.

No âmbito do RJACSR, foi dada resposta a 269 solicitações relativamente a interpretações do novo regime jurídico. Foi também elaborado um Guia de apoio com as principais FAQ's, em constante atualização e que se encontra na página eletrónica da DGAE.

Ainda durante o ano de 2015, concluiu-se o levantamento das taxas camarárias aplicadas aos estabelecimentos de comércio, serviços e restauração, que incidem sobre os procedimentos que subsistiram o RJACSR.

³ rjacsr.apoio@dgae.min.economia.pt

Até à entrada em vigor desse novo regime jurídico, foram assegurados todos os procedimentos referentes à atividade Funerária, nomeadamente os registos de estabelecimentos e dos responsáveis técnicos.

Foi assegurada a execução das competências cometidas à DGAE pelos regimes da atividade prestamista, leiloeira e sistema de certificação do processo *Kimberley*, nomeadamente, com a emissão de 8, 12 e 7 títulos de autorização e licenças, respetivamente.

Foi elaborado o relatório de avaliação do Decreto-Lei n.º 21/2009, de 19 de janeiro, o qual se encontra publicado na página eletrónica da DGAE, tendo sido igualmente elaborados 10 relatórios ao abrigo do Regime de Autorização Conjunta, com a emissão das respetivas Autorizações.

Foi, ainda, assegurada a emissão de 87 pareceres relativos a projetos de diploma nos prazos solicitados pela tutela, bem como dado apoio aos Gabinetes Governamentais do Ministério da Economia (ME), através da apreciação de exposições e queixas, pontos de situação, notas para discursos, etc. Foram, igualmente, apreciados 5 pedidos de Relevante Interesse Público para projetos em Reserva Agrícola Nacional.

Foi assegurado o funcionamento da Comissão de Investimentos do Fundo de Modernização do Comércio, tendo a DGAE garantido a presidência desta estrutura, durante o ano de 2015.

No que diz respeito à atividade corrente, foram emitidos 121 Certificados de Atividade Profissional para exercício de atividade fora do território nacional.

Dever-se-á dar ainda destaque ao facto de ter sido realizada a primeira reunião do Conselho para o Comércio, Serviços e Restauração, criado no âmbito da Agenda para a Competitividade do Comércio, Serviços e Restauração, estrutura cujo secretariado técnico foi assegurado pela DGAE.

Por outro lado, a nível do Mercado Interno, e com vista ao reforço do procedimento de notificação de projetos de diplomas normativos, de acordo com as obrigações decorrentes do cumprimento da Diretiva n.º 2006/123/CE, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 12 de dezembro de 2006, relativa aos serviços no mercado interno, designada por “Diretiva Serviços”, foi realizado, no primeiro semestre de 2015, um estudo de *benchmark* dos procedimentos de notificações implementados nos Estados Membros (EM) de Espanha, Luxemburgo, Reino Unido e França por forma a identificar exemplos de boas práticas.

Subsequentemente, procedeu-se à submissão à tutela de uma proposta de procedimento de notificações nacional com base nos resultados recolhidos no estudo de *benchmark*.

Na sequência de contactos com a Comissão, foram analisados vários diplomas legislativos e promoveu-se a conformidade da legislação nacional no setor dos serviços com a Diretiva Serviços, através da identificação dos requisitos a serem alvo de notificação. Promoveu-se a articulação e colaboração entre o ME e as estruturas competentes dos outros ministérios nas respetivas áreas de atuação, ao nível do reporte de informação, prestação de esclarecimentos e elaboração de pareceres para efeitos de redação de propostas de notificação. Em resultado, foram efetuadas 16 notificações via Sistema de Informação do Mercado Interno (IMI), após validação e alinhamento com os ministérios proponentes, as quais são monitorizadas, a fim de aferir de comentários enviados pelos Estados Membros ou pela Comissão.

No quadro do IMI, procedeu-se, ainda, à coordenação do domínio legislativo dos Serviços no âmbito da assistência mútua e cooperação entre autoridades administrativas. Assegurou-se a prestação de respostas dentro do prazo acordado às autoridades administrativas dos outros EM sobre as atividades económicas exercidas por prestadores de serviços, cujo exercício cai na esfera de competências das autoridades administrativas nacionais.

No mesmo âmbito, foram conformados com esta Diretiva vinte diplomas nacionais.

A nova Estratégia europeia para o Mercado Interno de Bens e Serviços foi adotada dia 28 de outubro de 2015. Neste contexto, foi criada uma estrutura temporária formada por vários Estados Membros, nomeadamente ES/FR/UK/LUX/IT/DE, com o objetivo primário de identificar posições comuns, com vista à subscrição de um *Non Paper* conjunto que contemplasse quatro das medidas elencadas na nova estratégia da Comissão: Possibilitar o desenvolvimento equilibrado da economia colaborativa; Fazer do mercado sem fronteiras para os serviços uma realidade prática mediante uma proposta legislativa destinada a adotar um «passaporte de serviços» para setores essenciais da economia, como os setores da construção e dos serviços às empresas; Prevenir a discriminação dos consumidores e empresários em sintonia com a sua iniciativa sobre o bloqueio geográfico na Estratégia para o Mercado Único Digital; Fomentar uma cultura de cumprimento das regras e aplicação inteligente, mediante uma proposta legislativa que pretende reforçar o procedimento de notificação existente. A 1ª Reunião entre os EM teve lugar em Lisboa a 3 de dezembro de 2015.

Realizou-se, em 23 de novembro, a 57.ª Reunião do grupo de peritos para a implementação da Diretiva Serviços, onde se iniciaram os debates em plenário, mediados pela Comissão, sobre a nova Estratégia europeia para o Mercado Interno de Bens e Serviços, com destaque para o Passaporte Serviços, o reforço do procedimento de notificações, a economia colaborativa e o bloqueio geográfico. A este propósito, foi assegurada a organização de um *Workshop* interno sobre Mercado Único de Serviços.

No âmbito da Plataforma de Acompanhamento das Relações na Cadeia Agroalimentar (PARCA), a DGAE assegurou o apoio à tutela, nomeadamente, no que diz respeito à preparação das reuniões plenárias ocorridas durante ano de 2015. Ainda no âmbito da PARCA, foram desenvolvidas diversas iniciativas que conduziram à criação do Observatório da Cadeia de Valor, tendo a DGAE participado na definição dos termos de referência destinados à elaboração de um “Estudo sobre a Transparência na Cadeia de Valor Agroalimentar”.

Já no que diz respeito aos regimes de preços convencionados tutelados pela DGAE, foi dada continuidade, durante o ano, aos processos negociais respeitantes à celebração de uma nova

Convenção de Preços dos Manuais Escolares e de uma nova Convenção Preços para a prestação do serviço de transporte de passageiros em táxi.

Do ponto de vista das representações internas, a DGAE assegurou a sua presença nas diversas reuniões da Comissão Permanente de Apoio ao Investidor (CPAI). Ainda neste âmbito, a DGAE assegurou a sua representação na Comissão Consultiva para a Certificação de Produtos Tradicionais (CCCPAT). Foi também assegurada a representação da DGAE na Subcomissão de Regulação e Fiscalização das Substâncias Lícitas.

Ainda durante o ano de 2015, foi dado início ao processo de monitorização e avaliação da aplicação do regime jurídico das Práticas Individuais Restritivas do Comércio (PIRC), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 166/2013, de 27 de dezembro, alterado pelo Decreto-Lei n.º 220/2015, de 8 de outubro, nomeadamente através da definição da estrutura de avaliação a implementar.

No âmbito da Sustentabilidade Empresarial, as principais atividades desenvolvidas incidiram sobre as áreas da Responsabilidade Social das Empresas e da Economia Circular.

Na área da Responsabilidade Social foi submetida à tutela o *Plano Orientador para a Responsabilidade Social das Empresas*, o qual consubstancia a primeira iniciativa específica de política pública abrangente em matéria de Responsabilidade Social das Empresas (RSE) direcionada para as empresas e alinhada com as diretrizes europeias e internacionais na matéria.

Os trabalhos desenvolvidos no âmbito da RSE, alinhados com as diretrizes europeias e internacionais na matéria, tiveram como objetivo sensibilizar as empresas nacionais para a adoção de uma estratégia de gestão socialmente responsável, veiculando um impulso gestor que possa estimular uma economia nacional assente numa conduta socialmente responsável.

Pretende-se que Responsabilidade Social Empresarial gere ações nas empresas que beneficiem a sociedade, promova causas sociais relevantes, contribuindo com uma política social, diminuindo os impactos negativos no meio ambiente e nas comunidades, preservando recursos ambientais e culturais, respeitando a diversidade e reduzindo a desigualdade social.

Entre as principais atividades desenvolvidas em 2015 nesta área, destacam-se; a representação do ME na Comissão Nacional para os Direitos Humanos (CNDH), nomeadamente, através da participação em reuniões e no desenvolvimento e coordenação de contributos sobre diversas temáticas; o desenvolvimento das medidas previstas nos instrumentos de política pública na área dos direitos humanos (V PNIGCND; III PNPCTSH e V PNPCVDG), nomeadamente através da participação na Rede Responsabilidade Social das Organizações (RSOPT), onde foram desenvolvidos diversos trabalhos, entre eles dois *Workshops* e uma brochura; e o acompanhamento das Diretrizes da OCDE para as Empresas Multinacionais, nomeadamente através de contributos enviados sobre diversos documentos de trabalho.

Na área da Economia Circular destacam-se a entrada em vigor de um novo quadro legislativo para a colocação no mercado de matérias fertilizantes e a preparação do novo quadro regulamentar do Sistema Integrado de Gestão de Resíduos de Embalagens (SIGRE).

Culminando um longo processo legislativo, a colocação no mercado de matérias fertilizantes encontra-se regulada, desde 14 de agosto, por um novo quadro legislativo, estabelecido no Decreto-Lei n.º 103/2015, de 15 de junho, cuja implementação se iniciou ainda no decurso do segundo semestre de 2015. Com o objetivo de sistematizar critérios e procedimentos para a colocação no mercado de matérias fertilizantes, o mencionado diploma passou a assegurar simultaneamente a execução, na ordem jurídica interna, das obrigações decorrentes do Regulamento (CE) n.º 2003/2003, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 13 de outubro de 2003, relativo aos adubos num quadro legislativo de maior clareza jurídica. Neste novo regime jurídico encontra-se também contemplada a desmaterialização dos procedimentos associados às obrigações resultantes da aplicação do diploma, a qual reflete o princípio da prestação

digital de serviços públicos, através da utilização pelos agentes económicos do balcão único eletrónico, funcionando o BdE como ponto único de contacto entre o cidadão e a Administração Pública.

A DGAE, como entidade dinamizadora da implementação da iniciativa europeia “*Small Business Act*” para a Europa, (SBA)⁴ no nosso país e através da figura do Ponto de Contacto Nacional para o SBA (*SHERPAS do SME Envoy*), tem vindo a participar nas reuniões organizadas pela Comissão Europeia e dirigidas aos pontos de contacto nacionais para o SBA, bem como nas reuniões da Rede dos *SME Envoys*. A DGAE tem participado nas reuniões do Grupo de Técnico que apoia o Comité de Acompanhamento em Portugal do SBA, atribuído à Reunião de Coordenação dos Assuntos Económicos e do Investimento (RCAEI)⁵, bem como tem vindo a desempenhar funções de Secretariado deste Grupo Técnico no apoio a essas reuniões do GT. A DGAE tem assegurado a participação nas reuniões no âmbito da U.E, no Subgrupo EPG – Política de Inovação, no Grupo da Cooperação Industrial *Euromed*, como representante nacional no Comité Espaço Europeu (ERAC), no grupo de peritos das indústrias de base florestal e questões setoriais relacionadas. Assegurou, também, em reunião a representação nacional na reunião do GAN – Grupo de Alto Nível Indústrias Intensivas em Energia.

No âmbito da OCDE, a DGAE assegurou a representação nacional nas reuniões do Comité Indústria, Inovação e Empreendedorismo (CIIE) e nas do Grupo de trabalho das PME e do Empreendedorismo. Como perito nacional, a DGAE esteve representada na reunião de peritos no projeto *Benchmarking Policies for Stronger SME Performance*.

A DGAE tem acompanhado o desenvolvimento e implementação de medidas no âmbito da Agenda Digital Nacional, tendo participado nas reuniões da Comissão de Acompanhamento da Agenda Portugal Digital 2020 (APD). Participou ainda nas reuniões do Grupo de trabalho

⁴ O SBA constitui uma iniciativa desenvolvida no âmbito da União Europeia, para estabelecer um quadro político abrangente para as Pequenas e Médias Empresas (PME), que promove o empreendedorismo e a definição das políticas públicas com vista a reforçar a competitividade das PME.

⁵ Nos termos previstos na Resolução de Conselho de Ministros n.º 14 de 2014 de 13 de fevereiro.

Interministerial/Redução do consumo de sal e nas reuniões do *Advisory Board* e como elemento do júri na categoria/serviço/Inovação no âmbito dos *Food Nutrition Awards*.

A DGAE, através da sua participação em várias reuniões, seminários e *Workshops*, acompanhou a implementação dos Instrumentos Financeiros decorrentes dos fundos Estruturais PT2020 e Programas e Iniciativas Comunitárias, tais como o Programa COSME, Horizonte 2020, e Plano *Junker*. Também acompanhou as medidas de simplificação administrativa e da legislação europeia, por forma a ser criado um ambiente regulamentador mais favorável às empresas, destacando-se o seu envolvimento na troca de informação com Tutela para a definição de diploma legislativo com vista à implementação em Portugal da ferramenta Teste PME (*SME Test*).

Na base do acompanhamento da evolução de alguns setores industriais, foram elaboradas fichas setoriais e de comércio externo e deu-se continuidade à atualização da ficha de informação macroeconómica de Portugal, bem como das fichas de informação económica por NUT.

No âmbito da coordenação dos Assuntos Europeus no Ministério da Economia, salienta-se o apoio à participação dos membros do Governo do ME nos Conselhos Competitividade, Transportes e Telecomunicações e aos organismos do Ministério nos temas em negociação no Conselho da UE, a correta notificação à CE dos projetos que consubstanciaram Auxílios de Estado, e o acompanhamento e monitorização, nas suas diversas fases, dos processos de infração decorrentes da aplicação do direito comunitário, assim como dos procedimentos processuais relativos à transposição de diretivas europeias para o direito interno nas áreas de intervenção do Ministério. Acresce, ainda, o contributo de substância para a criação de uma Comissão Técnica do Sistema de Incentivos às Empresas, com o objetivo analisar e dar parecer vinculativo aos projetos de regulamentos nesta área. A DGAE preparou a proposta de implementação da Resolução do Conselho de Ministros que formalizou a criação de um Comité Técnico de Acompanhamento dos Auxílios de Estado, tendo desenvolvido contactos exploratórios com as entidades nomeadas, antecipando a preparação da primeira reunião.

A DGAE assegurou a representação de Portugal no Comité Setorial dos Transportes do Mecanismo Interligar a Europa (*Connecting Europe Facility*) – Transportes, cujo objetivo é acelerar os investimentos no domínio das Redes Transeuropeias (Transportes, Telecomunicações e Energia), sendo também o validador do EM (PT), designado junto da Comissão Europeia, para as candidaturas a este mecanismo de financiamento para a vertente transportes, exercendo igualmente a função de validação em relação aos relatórios sobre o Estado de Adiantamento das Ações e aos Pedidos de Pagamento (Intermédios e Finais).

No comércio internacional, foram acompanhados, na vertente da Política Comercial Externa, os trabalhos, no Comité de Política Comercial da União Europeia (EU), suplentes e titulares, no que diz respeito às negociações com a Organização Mundial do Comércio (OMC), bem como aos acordos de comércio livre com parceiros estratégicos, em vigência (de onde se destacam Canadá, Coreia do Sul, Singapura) ou em negociação (de onde se destacam Vietname, Japão, Mercosul e EUA).

Complementarmente, a DGAE participou nas reuniões técnicas informais agendadas pela Comissão Europeia, em Bruxelas, com o objetivo de preparar a Conferência Ministerial da OMC, agendada para 2015, bem como preparar e analisar os resultados das (4) rondas de negociação realizadas em 2015, com os EUA, com vista a estabelecer a Parceria Transatlântica de Comércio e Investimento (TTIP).

Dada a importância estratégica dessa parceria para Portugal, e dando continuidade ao já realizado em 2014, a DGAE participou na organização de sessões de esclarecimento, sensibilização e auscultação das empresas e associações setoriais, em conjunto com a Direção-Geral dos Assuntos Europeus do Ministério dos Negócios Estrangeiros (DGAE/MNE), sobre os interesses nacionais nesta negociação.

No âmbito da OMC, a DGAE preparou, também, a participação de Portugal na Conferência Ministerial de Nairobi, realizada de 14 a 18 de dezembro de 2015, tendo sido parte integrante

da comitiva nacional. Como resultado do conjunto de ações realizadas, salienta-se a definição de uma posição do Ministério da Economia (ME) sobre as questões que fizeram parte da agenda de trabalhos daquela Ministerial.

No quadro de aplicação dos Instrumentos de Defesa Comercial da UE, ao longo de 2015, a DGAE acompanhou o início de novos processos de defesa comercial (*anti-dumping* e anti-subsvenções), bem como a imposição ou prorrogação de medidas, visando as importações de produtos de diversas origens, procurando acautelar os interesses de vários setores industriais nacionais. Estes setores, cujo principal destino das suas vendas é o mercado europeu, têm requerido junto do Governo e da Comissão Europeia a imposição de medidas de defesa comercial, por estarem muito expostos à concorrência de produtores-exportadores de países terceiros para a UE, que, para penetrarem e aumentarem a sua quota no mercado europeu, praticam com frequência dumping nos preços das suas exportações, ou beneficiam de subsvenções estatais que lhes conferem vantagens competitivas sobre os setores industriais europeus e nacionais.

Em 2015, a DGAE acompanhou igualmente os processos de defesa comercial iniciados por países terceiros contra importações originárias da UE, com particular enfoque nos casos visando empresas exportadoras portuguesas. Neste âmbito, a DGAE alertou as empresas e respetivas associações empresariais do início dos processos, no decurso destes, prestou esclarecimentos técnicos sempre que solicitados, registou-se, sempre que considerado adequado e oportuno, como parte interessada, preparou contributos para a participação de Portugal em audições públicas e para contactos bilaterais aos mais diversos níveis, em permanente articulação com o MNE, AICEP e com a Comissão Europeia, junto das Autoridades dos países terceiros responsáveis pelos processos em causa. Importa destacar os novos processos, cujas medidas terão impacto nas exportações nacionais, nomeadamente, o processo *anti-dumping* iniciado pelos EUA sobre as importações de papel não revestido, de diversas origens, entre as quais Portugal; a investigação de salvaguarda iniciada por Marrocos sobre importações de papel em resma e em bobines; e a investigação de salvaguarda, iniciada pela Tunísia, sobre as importações de ladrilhos de cerâmica.

A DGAE, à semelhança dos anos anteriores, continuou a assegurar a representação nacional no Comité Consultivo de Acesso ao Mercado da Comissão Europeia, que constitui o principal vetor da Estratégia de Acesso ao Mercado da UE. Durante 2015, destacam-se problemas de acesso ao mercado em Angola (imposição de quotas à importação, entretanto não impostas) Chile (utilização indevida de indicações geográficas-IG), Turquia (medidas que afetam o setor têxtil) e Brasil (taxas discriminatórias aplicáveis a bebidas espirituosas), sendo notório o aumento da imposição de medidas em países terceiros que podem constituir ou constituem de facto entraves às exportações nacionais (e da UE) nesses países.

O Grupo de Peritos do Sistema de Preferências Generalizadas foi também acompanhado por esta DGAE, sendo de destacar, no ano de 2015, a alteração dos limiares de vulnerabilidade e alteração dos limiares de graduação aplicáveis aos países beneficiários do regime SPG, para além do habitual acompanhamento dos “scorecards” dos países SPG+, apresentados pela Comissão.

Nos trabalhos inerentes ao Comité de Política Comercial Serviços e Investimento, 2015 foi marcado pela discussão e aprovação do capítulo de normas substantivas e de litígios investidor-Estado a apresentar aos EUA no âmbito do TTIP e pelo fecho das negociações com o Vietname. Foi ainda assegurada a participação num conjunto alargado de reuniões técnicas informais, tanto na vertente de serviços como em reuniões associadas à análise e discussão de normas de proteção de investimento a incluir nos acordos em negociação pela UE.

No que diz respeito à negociação por Portugal de acordos de proteção e promoção de investimento (BIT) com países terceiros, Portugal notificou 5 acordos à Comissão para a abertura formal de negociações. A DGAE promoveu, também, uma reunião bilateral com a Comissão, em Dezembro de 2015, com o objetivo de obter um conjunto de esclarecimentos relativamente às normas constantes no BIT nacional atendendo à necessidade de consagrar uma maior consistência entre a Política de Investimento da União e as políticas dos EM no que diz respeito à negociação de acordos de investimento.

Na vertente bilateral e multilateral do comércio internacional a DGAE preparou, durante o ano de 2015, um vasto número de pastas de apoio, no âmbito de deslocações oficiais e encontros bilaterais (em Portugal e no exterior) de membros da Tutela, em particular durante o primeiro semestre, tendo sido cumpridos os prazos de entrega estipulados. Acresce a solicitação feita à DGAE de preparação e acompanhamento em permanência de visitas oficiais a Portugal de representantes governamentais da Roménia e África do Sul (e também da Argélia, sendo que neste caso as 3 visitas governamentais previstas acabaram por ser canceladas).

No que respeita à preparação da participação do ME em Cimeiras, Comissões Mistas e outras reuniões de alto nível, salientam-se: Cimeiras bilaterais com a Argélia, Espanha, Marrocos, Tunísia e Turquia; Cimeira da Aliança do Pacífico; Comissões Mistas com a Arábia Saudita e Emirados Árabes Unidos; 2.ª Reunião do Comité de Obras Públicas Luso-Argelino; 2.ª Reunião do Grupo de Trabalho de Comércio e Investimento Portugal-Rússia. Acresce o número significativo de contributos remetidos ao MNE, no âmbito de visitas oficiais e outros eventos de alto nível.

A DGAE preparou e participou em 60 reuniões ao longo de 2015, salientando-se igualmente a participação em 4 reuniões da CIPE (Comissão Interministerial de Política Externa) e nas reuniões da Comissão de Acompanhamento do Grupo de Trabalho do Mercado das Multilaterais Financeiras, assim como do Secretariado Permanente do Fórum Macau.

Ainda no que respeita ao Fórum Macau, a DGAE assegurou a gestão da participação de Portugal nos 7 Colóquios realizados em 2015, bem como a gestão da participação nacional em 3 iniciativas de curta duração (Fórum de Jovens Empresários, Mesa Redonda de Dirigentes Provinciais, Seminário de Profissionais Bilingues).

A DGAE assegurou também o acompanhamento da negociação de um elevado número de instrumentos jurídicos bilaterais nas áreas de competência do ME.

Por outro lado, transmitiu ao Camões, Instituto da Cooperação e da Língua, I.P., o levantamento anual da execução de projetos desenvolvidos pelos organismos do ME, enquadráveis na Ajuda Pública ao Desenvolvimento (APD), sendo igualmente de destacar a preparação do contributo do ME para o Exame da Política de Cooperação Portuguesa (levado a cabo pelo CAD/OCDE).

No que respeita aos Contratos de Contrapartidas, e decorrente da celebração no ano de 2014 de três alteração contratuais (Submarinos, Pandur e EH-101), no ano de 2015 procurou-se dar continuidade ao trabalho desenvolvido, assegurando a maximização do cumprimento das obrigações a que os Prestadores de Contrapartidas se vincularam perante o Estado Português e a manutenção de elevados níveis de exigência relativamente ao reporte de informação sobre as contrapartidas executadas e respetiva documentação de suporte, tendo-se creditado contrapartidas no montante de 131,06 M€ e realizado um total de 40 ações de acompanhamento e fiscalização.

No que concerne a matéria relativa ao Planeamento Civil de Emergência deu-se continuidade ao apoio sectorial à ANPC no âmbito do Plano Nacional de Redução dos Riscos de Catástrofes, na representação do Ministério da Economia na Comissão Nacional de Proteção Civil e na representação sectorial no Comité de Planeamento Civil de Emergência da OTAN, tendo-se assegurado resposta a todas as solicitações.

1.2 Orientações gerais e específicas prosseguidas pelo organismo

A DGAE é um serviço central da administração direta do Estado, dotado de autonomia administrativa, integrado no Ministério da Economia (ME).

Como foi referido no ponto anterior, durante os primeiros 9 meses de 2015, a DGAE manteve a estrutura orgânica e o regime de organização e funcionamento previstos no Decreto Regulamentar n.º 42/2012, de 22 de maio, que foram alterados com a publicação da nova lei orgânica⁶ e da Portaria n.º 316/2015, de 30 de Setembro, que fixou a nova estrutura nuclear.

A DGAE passou, assim, a ter por missão a promoção e o desenvolvimento de um ambiente institucional mais favorável à competitividade e à inovação empresarial, através do apoio à conceção, execução, divulgação e avaliação de políticas do comércio e dos serviços, bem como assegurar a coordenação das relações bilaterais, europeias e internacionais, no âmbito de atuação do ME.

No âmbito da nova lei orgânica, a DGAE prossegue as seguintes atribuições:

- Contribuir para a definição, articulação e dinamização das políticas sectoriais relativas ao comércio e aos serviços, acompanhando e avaliando a execução das medidas delas decorrentes;
- Monitorizar e avaliar a execução das medidas decorrentes das políticas públicas definidas e dirigidas às atividades económicas, promovendo e participando na elaboração do respetivo enquadramento legislativo e regulamentar, sem prejuízo das competências próprias de outros serviços e organismos;
- Contribuir para a definição de políticas económicas no quadro da economia circular, nomeadamente das aplicáveis à gestão de resíduos, propondo medidas conducentes à

⁶ Decreto Regulamentar n.º 5/2015, de 20 de Julho.

criação de valor económico, designadamente de valorização dos resíduos, enquanto matéria – prima secundária, colaborando na conceção e elaboração dos respetivos instrumentos legais e regulamentares, sem prejuízo das competências próprias de outros serviços e organismos;

- Promover a adoção de políticas e de regulamentação que visem a simplificação administrativa e a redução ou eliminação dos custos de contexto para os agentes económicos, sem prejuízo das competências próprias de outros serviços e organismos;
- Preparar, apoiar e assegurar a intervenção nacional na adoção de medidas internacionais e da União Europeia, no domínio das políticas públicas económicas, incluindo a transposição de diretivas e a aplicação de regulamentos, sem prejuízo das competências do IAPMEI — Agência para a Competitividade e Inovação, I. P. (IAPMEI, I. P.), relativas à indústria e inovação;
- Assegurar a coordenação nacional para o acompanhamento da aplicação, enquanto instrumento de política económica, da Diretiva n.º 2006/123/CE, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 12 de dezembro de 2006, relativa aos serviços no mercado interno, nomeadamente como ponto de contacto nacional para a assistência mútua e cooperação entre autoridades administrativas competentes, no quadro do Sistema de Informação do Mercado Interno;
- Acompanhar a conceção e a execução das políticas setoriais para a indústria e participar na preparação da posição nacional sobre os dossiês com relevância para a indústria a assumir nas instâncias europeias e internacionais, sem prejuízo das competências atribuídas ao IAPMEI, I. P.;
- Potenciar a criação de condições favoráveis ao desenvolvimento do empreendedorismo, da competitividade, da inovação, da sustentabilidade e da

internacionalização das empresas, sem prejuízo das competências próprias de outros serviços e organismos;

- Promover a articulação da política de empresa com outras políticas públicas, visando o crescimento sustentável;
- Definir, coordenar e dinamizar, no âmbito do ME, o desenvolvimento e a adoção de instrumentos e de iniciativas estratégicas, relativas à responsabilidade social e ao desenvolvimento sustentável;
- Coordenar e dinamizar a atuação do ME em matéria de auxílios de Estado;
- Contribuir para a definição e execução das políticas que enquadram o relacionamento económico externo, em articulação com o Ministério dos Negócios Estrangeiros (MNE), apoiando o ME em matéria de relações internacionais e de relações com a União Europeia;
- Coordenar a participação do ME no quadro dos assuntos europeus, designadamente através do acompanhamento dos processos de transposição das diretivas e de execução dos regulamentos, bem como dos processos de pré -contencioso e de contencioso da União Europeia;
- Coordenar, propor e desenvolver atividades no âmbito da cooperação internacional, europeia e bilateral, designadamente com os países de língua oficial portuguesa, sem prejuízo das competências próprias dos órgãos e serviços do MNE;
- Assegurar o planeamento do aprovisionamento e gestão das matérias -primas e dos recursos industriais em situação de crise e de guerra e apoiar o Governo em matéria

de planeamento civil de emergência, no quadro definido pelo Decreto -Lei n.º 73/2012, de 26 de março;

- Assegurar, a nível externo, a representação nacional nos grupos de trabalho correspondentes do Comité de Planeamento Civil de Emergência da Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN), em articulação com os serviços competentes do Ministério da Defesa Nacional.

Compete, ainda, à DGAE, durante a vigência dos contratos de contrapartidas ou de cooperação industrial celebrados entre o Estado Português e os fornecedores de material de defesa, no âmbito de programas de aquisição de equipamentos e sistemas de defesa, acompanhar a respetiva execução, em articulação com o membro do Governo responsável pela área da defesa nacional.

II. AUTOAVALIAÇÃO

2.1 *Análise dos resultados alcançados*

De acordo com a Lei n.º 66-B/2007, de 28 de dezembro, a avaliação de desempenho de cada serviço público assenta num Quadro de Avaliação e Responsabilização (QUAR) que é estruturado em objetivos estratégicos plurianuais e em objetivos operacionais, definidos anualmente.

Os objetivos operacionais são considerados segundo três níveis de parâmetros: eficácia, eficiência e qualidade. Para o QUAR da DGAE de 2015⁷ foram considerados dois objetivos de eficácia, um de eficiência e dois de qualidade, conforme se pode verificar no quadro I.

QUADRO I - Objetivos do QUAR 2015

OBJETIVOS OPERACIONAIS	OE
Eficácia	
O1. Reforçar a presença da DGAE nas estruturas nacionais, europeias e internacionais onde são decididas as políticas públicas relevantes	OE1
O2. Manter ou aumentar, sem acréscimo de encargos, estruturas permanentes de representação de <i>stakeholders</i> para discussão, definição e propostas de políticas públicas dirigidas às atividades da indústria, do comércio, do turismo e dos serviços	OE1 e OE2
Eficiência	
O3. Garantir os prazos de resposta às solicitações dirigidas à DGAE	OE1 e OE2
Qualidade	
O4. Melhorar a qualidade da gestão, dos serviços prestados e das atividades da DGAE	OE1 e OE3
O5. Melhorar a qualificação, as competências e o grau de motivação das/os trabalhadoras/es da DGAE e a comunicação interna	O3

OE - Objetivos estratégicos

⁷ Anexo III.

2.1.1. Resultados dos Indicadores

Para cada objetivo foram definidos indicadores de desempenho e estabelecidas metas, para aferir em que medida os objetivos foram alcançados. Seguidamente, serão analisados, em detalhe, os resultados de cada objetivo e dos respetivos indicadores⁸.

OBJETIVOS DE EFICÁCIA

Quadro II – Resultados dos indicadores do objetivo 1

O1. Reforçar a presença da DGAE nas estruturas nacionais, europeias e internacionais onde são decididas as políticas públicas relevantes			Peso: 50%
Indicadores	Meta	Resultado	Taxa de Realização
Ind. 1. Assegurar a representação do ME nas fileiras da floresta e do aço	[85%; 95%]	83%	98%
Ind. 2. Taxa de participação efetiva nos grupos técnicos e de alto nível	[85%; 95%]	88%	100%

Relativamente ao **indicador 1**, é de salientar que a DGAE tinha a responsabilidade de assegurar a representação do Ministério da Economia nas reuniões previstas no domínio das fileiras da floresta e do aço.

O resultado do indicador 1 fica aquém da meta prevista, porque das seis reuniões onde a DGAE deveria ter estado representada, só em 5 delas essa representação foi concretizada. Na reunião em que a DGAE não esteve representada, quem assegurou a representação nacional foi a delegação de Portugal junto da OCDE, com contributos desta Direção-Geral.

⁸ Convém precisar uma questão metodológica: a taxa de realização de cada indicador foi calculada de acordo com o critério definido pelo GEE, nomeadamente no documento “SIADAP 1 - Orientações para a preparação do QUAR 2014”.

No que respeita ao **indicador 2**, deve ser referido que, no âmbito do Ministério da Economia, por força da sua própria orgânica e da do Ministério, a DGAE é a entidade coordenadora dos assuntos europeus, das relações internacionais e das relações económicas bilaterais e multilaterais com os países parceiros de Portugal. Assim, para além das atribuições de entidade coordenadora das posições do Ministério, acresce a necessária participação ativa em diversos espaços de discussão e negociação no âmbito da União Europeia, bem como noutras organizações internacionais.

Neste sentido, cabe à DGAE assegurar o acompanhamento, participação e representação do Ministério nos Grupos e Comités da UE, bem como em Grupos de Trabalho e eventos bilaterais com Países Terceiros, tendo em vista assegurar a defesa do interesse nacional nas referidas instâncias internacionais. Neste âmbito, a DGAE deveria ter estado presente, durante o ano de 2015, em 356 reuniões, mas, por razões diversas⁹, só foi possível assegurar a participação em 314 dessas reuniões, correspondendo a um resultado para este indicador de 88,2%, que se enquadra no intervalo previsto para a meta, o que significa que esta foi atingida.

Quadro III – Resultados dos indicadores do objetivo 2

O2. Manter ou aumentar, sem acréscimo de encargos, estruturas permanentes de representação de <i>stakeholders</i> para discussão, definição e propostas de políticas públicas dirigidas às atividades da indústria, do comércio, do turismo e dos serviços			Peso: 50%
Indicadores	Meta	Resultado	Taxa de Realização
Ind. 3. N.º de estruturas em pleno funcionamento	[2 ; 4]	7	150%
Ind. 4. N.º de grupos de trabalho em funcionamento criados no âmbito do acompanhamento especializado dos dossiês europeus	[6 ; 8]	7	100%

⁹ Nomeadamente, financeiras (uma vez que havia que respeitar o orçamento disponível para este efeito, embora muitas das deslocações sejam financiadas pelas estruturas europeias, esse financiamento só é assegurado numa fase posterior), de gestão de recursos humanos e de oportunidade (foi necessário restringir significativamente as deslocações na área da indústria).

Relativamente ao objetivo 2, é preciso notar que, no âmbito das suas competências e atribuições, a DGAE é chamada a pronunciar-se sobre a conceção e a execução de políticas públicas, bem como a apresentar propostas que potenciem a criação de condições favoráveis ao desenvolvimento do empreendedorismo, da competitividade, da inovação, da sustentabilidade e da internacionalização das empresas.

Essas competências e atribuições só poderão ser exercidas com propriedade se houver um diálogo profícuo e frequente com as entidades que acompanham essas matérias, e que têm diferentes visões sobre a mesma problemática, ou com os agentes económicos enquanto destinatários dessas políticas públicas.

Assim, no contexto do objetivo 2 foram fixados dois indicadores. O **indicador 3** tem a ver com o número de estruturas em pleno funcionamento, coordenadas pela DGAE, com a participação de entidades do setor público e/ou privado (academia, empresas, associações, confederações, etc.) para apoiar e colaborar na elaboração de propostas ou iniciativas que possam beneficiar a economia nacional ou para sustentar as posições a assumir pelo ME em diversas instâncias (nacionais ou internacionais).

Em 2015, estiveram em funcionamento as seguintes 7 estruturas de apoio:

- a) No caso da Rede de *Stakeholders* para a Responsabilidade Social das Empresas, a mesma foi composta por entidades privadas e da sociedade civil e teve como principal objetivo colaborar com a DGAE na elaboração do Plano Orientador para a RSE, que foi concluído e submetido à apreciação da tutela;
- b) Já a Rede do Ministério da Economia para a Responsabilidade Social das Empresas e Direitos Humanos foi constituída por entidades do ME e visava assegurar uma resposta coordenada do ME no âmbito da sua participação na Comissão Nacional para os Direitos Humanos (CNDH), permitindo, ainda, recolher contributos para o Plano Orientador para a RSE;

- c) O Observatório da Cadeia de Valor, do qual fazem parte a DGAE, o Gabinete de Planeamento, Políticas e Administração Geral e a DGC, tendo por missão produzir informação decorrente da observação de preços no setor agroalimentar, com base em dados objetivos, assegurando a sua disponibilização generalizada e acompanhando a evolução dos mesmos;
- d) O Conselho para o Comércio, Serviços e Restauração, representado pela DGAE, por representantes de confederações ou associações empresariais, por representantes de instituições de ensino superior, por representantes de empresas e por personalidades de reconhecido mérito e que tem um conjunto vasto de objetivos, dos quais se salientam o apoio na orientação e definição das principais linhas da Agenda para a Competitividade do Comércio, Serviços e Restauração 2014-2020 e a apresentação de propostas para novas iniciativas gerais ou setoriais a implementar no âmbito da Agenda;
- e) O Comité Técnico dos Sistemas de Incentivos, que inclui o Compete 2020, AICEP, IAPMEI e Agência de Desenvolvimento e Coesão (ADC), tendo por finalidade analisar e deliberar sobre propostas de regulamentos nacionais que enquadram os incentivos às empresas;
- f) O grupo técnico do *Small Business Act*, secretariado pela DGAE e constituído também pelo IAPMEI, Turismo de Portugal, AICEP, GEE, CIP, CCP, CTP E CAP, com o objetivo de monitorizar em Portugal essa iniciativa da Comissão Europeia;
- g) A estrutura relativa ao Acesso ao Financiamento, que teve como propósito essencial identificar, conjuntamente com outras entidades da Administração Pública, quais as áreas de dificuldades no acesso ao financiamento, de forma a potenciar um melhor enquadramento nacional, europeu e internacional nesta área, tendo em vista potenciar um ganho à competitividade portuguesa.

Para este indicador a meta situava-se no intervalo entre 2 e 4, mas como o resultado ultrapassou o valor crítico, a meta foi ultrapassada.

Ainda relativamente ao objetivo 2, foi inscrito no QUAR o **indicador 4**, que previa a constituição de grupos de trabalho para acompanhamento dos dossiês europeus. Neste âmbito, foram constituídos ou mantiveram-se em funcionamento 7 grupos de trabalho, que se passam a discriminar:

- a) Grupo de Trabalho do “4.º Pacote Ferroviário”, em que participaram o IMT, a REFER, a CP e a DGAE/MNE, com o objetivo de acompanhar as negociações e definir a posição portuguesa a assumir nas instâncias europeias sobre o pacote legislativo apresentado pela Comissão Europeia¹⁰;
- b) Grupo de Trabalho sobre “Política Industrial”, envolvendo várias Direções de Serviço da DGAE, com o propósito de acompanhar as iniciativas da Comissão Europeia na área da Política Industrial e promover uma posição consolidada sobre os interesses do ME a defender nas diversas instâncias europeias, sobre a reindustrialização na UE¹¹;
- c) Grupo de Trabalho sobre o “Acesso ao Mercado”, incluindo a AICEP, o GPP, o IAPMEI e a DGAE/MNE, destinado a acompanhar as questões gerais de Acesso ao Mercado, decorrentes do Comité Consultivo de Acesso ao Mercado da Comissão Europeia e a coordenar a preparação da participação nacional nos Grupos de Trabalho sobre Têxteis, Automóveis e Pneumáticos, Serviços ou Químicos;
- d) Grupo de Trabalho sobre “Inovação”, composto principalmente pela DGAE/MNE, IAPMEI, Agência Nacional de Inovação (ANI) e FCT e tendo como principais objetivos, em 2015, contribuir para identificar as prioridades nacionais da vertente inovação;
- e) Grupo de Trabalho sobre “Auxílios de Estado”, integrando a DGAE/MNE, IAPMEI, COMPETE, ANACOM, IMT, INAC, InCI (atual IMPIC) e AICEP, tendo como principal objetivo identificar as áreas em que o processo de modernização dos auxílios de Estado necessitava de ajustamentos;
- f) Grupo de Trabalho multidisciplinar sobre “Economia Partilhada”, do qual fazem parte, para além da DGAE, que lidera, o IMT, a Autoridade da Concorrência e a DGC, podendo ainda ser alargado a outros organismos da Administração Pública, o qual tem por objetivos, entre outros, recolher informação sobre as melhores práticas no âmbito da

¹⁰ Este grupo completou, entretanto, o seu trabalho com a finalização das negociações.

¹¹ Este grupo de trabalho só funcionou no 1.º semestre.

economia partilhada, criar suporte técnico para novas formas de financiamento para os serviços da economia partilhada, e criar suporte analítico para a definição de padrões de qualidade, fiabilidade e prestação de serviços, no âmbito da economia partilhada;

- g) Grupo de trabalho para Cooperação entre Estados-Membros, para identificar posições comuns entre vários Estados Membros, tendo em vista a nova estratégia europeia para o mercado de bens e serviços, cuja primeira reunião se realizou em Lisboa, em 3 de dezembro.

O resultado para este indicador de criação de 7 grupos de trabalho foi atingido já que a meta se situava no intervalo entre 6 e 8.

OBJETIVO DE EFICIÊNCIA

Quadro IV – Resultados dos indicadores do objetivo 3

O3 (OE1 e OE 2). Garantir os prazos de resposta às solicitações dirigidas à DGAE			Peso: 100%
Indicadores	Meta	Resultado	Taxa de Realização
Ind. 5. % de pareceres emitidos dentro do prazo	[90%; 95%]	99%	122%
Ind. 6. % de solicitações respondidas dentro do prazo	[90%; 95%]	99%	122%

Pretendeu-se com este objetivo que a DGAE emitisse pareceres técnico-jurídicos e correspondesse a outras solicitações claramente identificadas e enquadradas nas suas atribuições (análise de propostas, emissão de outro tipo de pareceres, preparação de dossiês, transposição de diretivas, etc.), dentro dos prazos estipulados ou que tivessem sido acordados com as entidades que os solicitaram, procurando garantir, em simultâneo, a qualidade do trabalho efetuado.

Nesse sentido, para o **indicador 5**, foram apurados os seguintes resultados globais, envolvendo todos os Serviços: dos 1069 pareceres que foram solicitados à DGAE, nas mais diversas áreas, 1053 foram respondidos nos prazos estipulados, o que corresponde a 99%, ou seja, acima do limite superior da meta que foi estabelecida no QUAR. Essa informação consta do sistema de gestão documental e dos quadros de acompanhamento e avaliação que foram criados para controlo destas situações.

No que diz respeito ao **indicador 6**, há a registar 3342 solicitações respondidas dentro dos respetivos prazos, de um total de 3375 solicitações dirigidas à DGAE, cumprindo-se assim, em 99% das situações, os prazos que foram fixados. Esses elementos foram recolhidos junto das Direções de Serviço e constam do sistema de gestão documental e/ou das listagens que foram preparadas com indicação das solicitações recebidas, prazos de resposta e as datas em que as mesmas foram objeto de resposta.

OBJETIVOS DE QUALIDADE

Quadro V – Resultados dos indicadores do objetivo 4

O4. Melhorar a qualidade da gestão, dos serviços prestados e das atividades da DGAE			Peso: 50%
Indicadores	Meta	Resultado	Taxa de Realização
Ind. 7. Grau de satisfação das/os destinatárias/os dos serviços	3	3,88	122%
Ind. 8. Taxa de concretização do manual de procedimentos	[28%; 38%]	22%	78%

Relativamente ao **indicador 7**, foi feito um inquérito de satisfação a diversos destinatários dos serviços da DGAE, desde entidades públicas a entidades privadas.

Com o lançamento desse inquérito, pretendeu-se aferir o grau de satisfação dos destinatários dos serviços, tendo sido adaptado o questionário disponibilizado para o efeito pela Direção-Geral da Administração e do Emprego Público (DGAEP).

As questões constantes desse questionário¹² foram distribuídas por quatro grupos:

- Imagem global da DGAE;
- Envolvimento e participação;
- Acessibilidade;
- Produtos e serviços.

O inquérito foi enviado por correio eletrónico para 296 destinatários tendo sido obtidas 65 respostas, correspondente a uma taxa de participação de 22%¹³, cujos resultados constam do quadro VI.

Quadro VI - Resultados do questionário de satisfação clientes

Grupos	MI	I	PS	S	MS	NS/NR
1. Imagem global da DGAE	0,00%	2,56%	4,62%	45,64%	44,62%	2,56%
1.1 Desempenho da DGAE	0,00%	3,08%	9,23%	52,31%	30,77%	4,62%
1.2 Disponibilidade dos trabalhadores da DGAE com quem contacta	0,00%	1,54%	1,54%	38,46%	56,92%	1,54%
1.3 Capacidade técnica dos trabalhadores da DGAE em resolver/responder às solicitações	0,00%	3,08%	3,08%	46,15%	46,15%	1,54%
2. Envolvimento e participação	0,00%	3,59%	7,18%	45,64%	28,72%	14,87%
2.1 Auscultação dos parceiros /utilizadores/clientes sobre oportunidades de melhoria dos serviços prestados pela DGAE	0,00%	6,15%	10,77%	43,08%	10,77%	29,23%
2.2 A possibilidade de utilização de vários canais de comunicação (telefone; e-mail; reuniões)	0,00%	1,54%	6,15%	49,23%	35,38%	7,69%

¹² Anexo IV.

¹³ A percentagem de respostas foi baixa, embora não exista histórico para se poder comparar o nível de participação, uma vez que o inquérito realizado no ano passado teve outras características e outro tipo de destinatários (o público que se dirigiu à DGAE para obter informações ou para efetuar o registo das suas atividades).

Grupos	MI	I	PS	S	MS	NS/NR
2.3 A existência de interlocutores responsáveis pelas relações com os parceiros/utilizadores/clientes	0,00%	3,08%	4,62%	44,62%	40,00%	7,69%
3. Acessibilidade	0,00%	3,08%	6,15%	46,15%	41,54%	3,08%
3.1 Meios expeditos na prestação do serviço (uso de e-mail, atendimento telefónico, informação disponível no site)	0,00%	3,08%	6,15%	46,15%	41,54%	3,08%
4. Produtos e serviços	1,54%	2,05%	7,69%	48,72%	37,44%	2,56%
4.1 Os serviços prestados	0,00%	1,54%	4,62%	53,85%	36,92%	3,08%
4.2 Qualidade e clareza da informação disponibilizada	0,00%	1,54%	7,69%	46,15%	43,08%	1,54%
4.3 Tempo de resposta às solicitações	4,62%	3,08%	10,77%	46,15%	32,31%	3,08%
Total	0,46%	2,77%	6,46%	46,62%	37,38%	6,31%

MI - Muito Insatisfeito, I - Insatisfeito, PS - Pouco Satisfeito, S - Satisfeito, MS - Muito Satisfeito, NS/NR - Não Sabe/Não Responde

Da análise a estes resultados, constata-se que, em relação à generalidade das questões colocadas, o nível de satisfação foi bastante elevado. Com efeito, 46,6% manifestaram-se satisfeitos e 37,4% muito satisfeitos.

Para apuramento da média ponderada de cada item, apenas foram consideradas as respostas válidas (excluindo, portanto, a opção “não sabe/não responde”. Os resultados constam do quadro VII.

Quadro VII - Média dos resultados do questionário de satisfação dos clientes

Grupos	MI	I	PS	S	MS	NS/NR	MÉDIA
1. Imagem global da DGAE	0,00%	2,56%	4,62%	45,64%	44,62%	2,56%	3,96
2. Envolvimento e participação	0,00%	3,59%	7,18%	45,64%	28,72%	14,87%	3,80
3. Acessibilidade	0,00%	3,08%	6,15%	46,15%	41,54%	3,08%	3,92
4. Produtos e serviços	1,54%	2,05%	7,69%	48,72%	37,44%	2,56%	3,86
Total	0,46%	2,77%	6,46%	46,62%	37,38%	6,31%	3,88

MI - Muito Insatisfeito, I - Insatisfeito, PS - Pouco Satisfeito, S - Satisfeito, MS - Muito Satisfeito, NS/NR - Não Sabe/Não Responde

A média total de satisfação dos destinatários dos serviços da DGAE que participaram neste inquérito foi de 3,88, numa escala de 1 a 5. Como a meta prevista era de 3, o resultado foi superado.

No que diz respeito ao **indicador 8**, estava prevista a concretização de, pelo menos, 6 procedimentos no âmbito do manual de procedimentos da DGAE, o que equivalia a uma taxa de concretização de 33%.

Outras prioridades, nomeadamente as relativas à reestruturação da DGAE, não permitiram que a meta prevista para esse indicador tivesse sido alcançada, uma vez que apenas foram elaborados 4 procedimentos, o que corresponde a uma taxa de 22%.

Quadro VIII – Resultados dos indicadores do objetivo 5

O5. Melhorar a qualificação, as competências e o grau de motivação das/os trabalhadoras/es da DGAE e a comunicação interna			Peso: 50%
Indicadores	Meta	Resultado	Taxa de Realização
Ind. 9. Taxa de execução do Plano de Formação	[85%; 90%]	74%	87%
Ind. 10. Grau de satisfação e motivação das/os trabalhadoras/es através de inquérito CAF	3	3,79	120%
Ind. 11. Número de eventos internos de interesse para a DGAE realizados	[4; 8]	8	100%

O **indicador 9** diz respeito à taxa de execução do plano de formação para 2015, nele se incluindo todas as ações previstas e aprovadas. Assim, fizeram parte do plano, as seguintes 19 ações de formação: 5 na área das tecnologias da informação (Word, Excel e PowerPoint, Outlook e Sistema Operativo Windows 8.1); 1 sobre o Desenho, Implementação e Avaliação das Políticas Públicas; 5 no âmbito dos Assuntos Jurídicos (Novo Código do Procedimento Administrativo para Juristas e não juristas, jornadas CPA, o novo CPA e a revisão do CPA); 1 sobre formação financeira; 1 sobre mercados e concorrência; 1 sobre Espaço Cidadão; 1 Ética,

Conduta e Prevenção da Corrupção na Administração Pública; 2 no âmbito da Plataforma de Assiduidade (para dirigentes e trabalhadores); 1 sobre Novos (velhos) desafios no combate ao tráfico de seres humanos; 1 Congresso INA – Administração Pública – Valor e Confiança.

Das referidas 19 ações de formação, houve 5 que não se realizaram, precisamente as relativas às tecnologias de informação, uma vez que, perante a condicionante financeira, houve necessidade de fazer escolhas. Com efeito, em anos anteriores, já tinham sido realizadas diversas ações de formação na área das tecnologias da informação, nomeadamente, em alguns dos cursos previstos para 2015, pelo que não foi uma área considerada prioritária. Em contrapartida, com a publicação do novo Código do Procedimento Administrativo, entendeu-se que esse seria um tema de extrema importância, relativamente ao qual deveriam incidir ações de formação destinadas a um leque alargados de trabalhadores, como veio a suceder, com a realização de 5 ações de formação.

Nas 14 ações de formação que se realizaram, registaram 194 participações de trabalhadores e dirigentes¹⁴, sendo que alguns participaram em mais do que uma ação de formação. Aquelas em que houve uma participação mais alargada foram as relativas ao Novo Código do Procedimento Administrativo para juristas (com 9 participantes) e não juristas (com 45 participantes) e as duas relativas à Plataforma de Assiduidade (a destinada aos dirigentes contou com 22 participantes e a destinada aos restantes trabalhadores contou com 93 participantes).

Para a determinação do resultado obtido com a execução do Plano de Formação, foi considerada a relação entre o número de ações realizadas e o número de ações aprovadas, o que corresponde a 73,68%, aquém do que tinha sido planeado no QUAR.

Dando cumprimento ao previsto no **indicador 10**, e à semelhança do que se verificou nos últimos dois anos, foi colocado à disposição dos trabalhadores da DGAE, no período de 30 de

¹⁴ O Balanço Social contém algumas imprecisões, quer no número total de participantes, quer na sua repartição por grupos ou cargos. A DGAE possui o registo de todas as participações.

março a 6 de abril, um questionário de satisfação, tendo-se utilizado o modelo da *Common Assessment Framework* (CAF) de 2006, da DGAEP, com algumas adaptações¹⁵.

Esse questionário foi colocado no sítio da internet da DGAE, com o apoio dos serviços de informática da SG, ao qual cada trabalhador poderia aceder, através de uma palavra passe, procedendo assim ao seu preenchimento de forma anónima.

Foram registadas 41 respostas, identificando-se 7 dos que responderam como “dirigentes intermédios” e os restantes 34 como “outros trabalhadores”, o que, tendo em conta os trabalhadores ao serviço nesse período (106), representou uma taxa de participação baixa (38,7%), mas mesmo assim superior à do ano transato (com 28,6%).

No questionário, foram colocadas à apreciação dos trabalhadores as seguintes dimensões: satisfação global dos trabalhadores com a organização; satisfação com a gestão e sistemas de gestão; satisfação com as condições de trabalho; satisfação com o desenvolvimento da carreira; níveis de motivação; satisfação com o estilo de liderança de topo; satisfação com o estilo de liderança de nível intermédio; satisfação com as condições de higiene, segurança, equipamentos e serviços; satisfação com o questionário de 2014.

Na avaliação foi utilizada uma escala de *Likert* com cinco níveis de satisfação:

- 1 - Muito Insatisfeito
- 2 - Insatisfeito
- 3 - Pouco Satisfeito
- 4 - Satisfeito
- 5 - Muito Satisfeito

Os resultados globais do inquérito, considerando as percentagens por grupos de questões, constam do quadro IX.

¹⁵ Anexo V.

Quadro IX - Resultados do questionário de satisfação trabalhadores

Grupos	MI	I	PS	S	MS	NS/NR	MÉDIA
1. Satisfação global dos trabalhadores com a organização	1,90%	11,65%	21,95%	30,62%	26,29%	7,59%	3,67
2. Satisfação com a gestão e o sistema de gestão	4,61%	5,96%	20,60%	30,89%	28,73%	9,21%	3,72
3. Satisfação com as condições de trabalho	2,44%	9,15%	19,21%	34,76%	29,57%	4,88%	3,72
4. Satisfação com o desenvolvimento da carreira	4,88%	8,29%	26,34%	26,83%	29,76%	3,90%	3,71
5. Níveis de motivação	1,95%	2,44%	11,22%	32,20%	37,07%	15,12%	3,94
6.1. Satisfação com o estilo de liderança de topo	4,66%	4,66%	16,85%	34,59%	29,49%	9,76%	3,74
6.2. Satisfação com o estilo de liderança de nível intermédio	0,89%	2,88%	11,97%	27,27%	37,03%	19,96%	4,01
7. Satisfação com as condições de higiene, segurança, equipamentos e serviços	1,22%	4,47%	19,11%	32,52%	31,71%	10,98%	3,87
8. Satisfação com o questionário de 2014	10,57%	2,44%	17,89%	16,26%	20,33%	32,52%	3,51
Total	3,17%	6,01%	18,06%	30,62%	30,58%	11,58%	3,79

MI - Muito Insatisfeito, I - Insatisfeito, PS - Pouco Satisfeito, S - Satisfeito, MS - Muito Satisfeito, NS/NR - Não Sabe/Não Responde

Do conjunto de respostas, assinalam-se aquelas que apresentam resultados percentuais mais elevados em cada um dos níveis de aferição:

- Muito satisfeito: a percentagem mais elevada (37,07%) verificou-se com os *níveis de motivação*, percentagem superior à verificada no ano anterior, que tinha sido de 27,22%;
- Satisfeito: 34,76% dos trabalhadores consideram-se satisfeitos *com as condições de trabalho*, quando, no ano passado, o nível da satisfação mais elevado tinha sido com *as condições de higiene, segurança, equipamentos e serviços*, com 38,43%;
- Pouco Satisfeito: foi na *satisfação com o desenvolvimento da carreira*, com 26,34%, que se registou o resultado mais elevado, ultrapassando o nível de *satisfação global dos trabalhadores com a organização* que, em 2014, tinha tido o resultado mais elevado (25,93%), ficando este ano logo a seguir com 21,95% de respostas;

- Insatisfeito: o fator que teve uma percentagem mais elevada foi o relativo à *satisfação global dos trabalhadores com a organização* (11,65%), enquanto no ano anterior tinha sido a satisfação com a *gestão e os sistemas de gestão*, com 18,21%;
- Muito insatisfeito: o nível de insatisfação mais elevado verificou-se com o *questionário de 2014*, com 10,57% (aqui a questão terá a ver com a utilidade do questionário e, eventualmente com a atenção dada às sugestões apresentadas), em vez do *desenvolvimento da carreira* que, em 2014, tinha tido 11,67%.

No questionário havia a possibilidade de serem apresentadas sugestões de melhoria, situação que foi aproveitada por 10 dos que responderam (24%). Essas sugestões irão ser analisadas com mais detalhe num relatório dedicado em exclusivo aos resultados do inquérito.

Analisando a média aritmética ponderada da pontuação obtida em cada um dos 8 grupos, verificou-se que a mesma foi superior a 3,6 em todas as situações. As mais baixas registaram-se na *satisfação com o questionário de 2014* (com 3,51)¹⁶ e na *satisfação dos trabalhadores com a organização* (3,67). As mais elevadas ocorreram na *satisfação com o estilo de liderança de nível intermédio* (4,01) e na *satisfação com os níveis de motivação* (3,94).

A pontuação média global foi de 3,79, superior à verificada no ano anterior (3,36), acima da meta estabelecida, pelo que o resultado deste indicador foi superado, mas ficando aquém do valor crítico.

No **indicador 11** estava em causa o número de eventos internos de interesse para a DGAE realizados.

Ora, em 2015, foram realizados os seguintes 8 eventos:

¹⁶ O que significa que será de dar mais atenção às sugestões apresentadas nas respostas ao questionário e que deverá ser feita uma maior divulgação dos respetivos resultados.

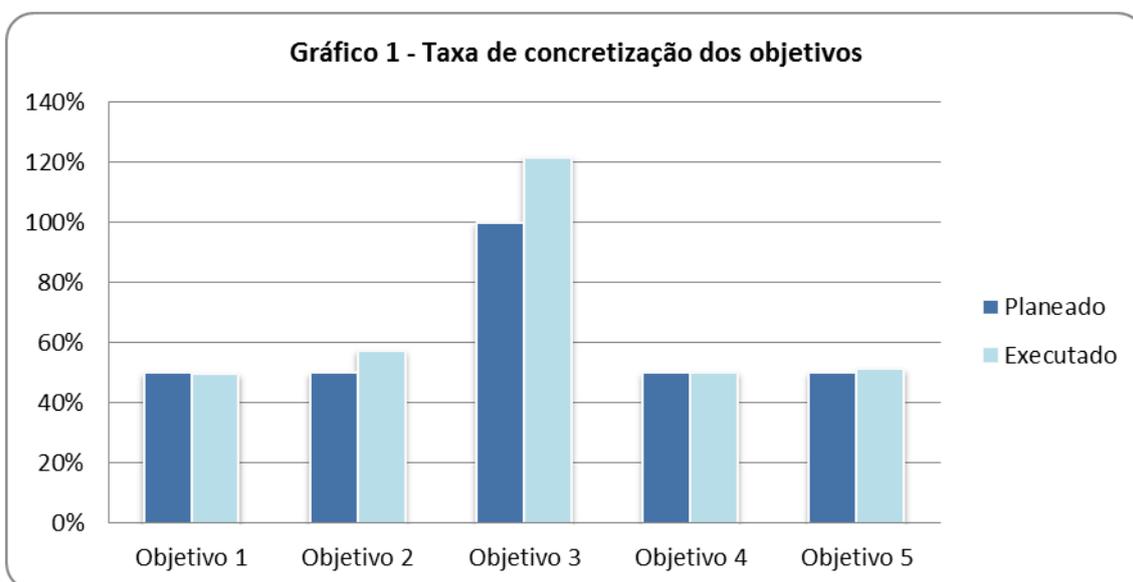
- “Roadshow Fairplay 2014”, em 22 de janeiro, apresentado pela Autoridade da Concorrência¹⁷;
- Prioridades da Presidência da Letónia da UE e do Programa da Comissão, em 13 de fevereiro, a cargo da DSCAEI, apresentado pelo Dr. Ângelo Neves;
- Tax Havens, Offshore centres e os limites do planeamento fiscal, em 20 de março, apresentado pelo Dr. José Pinto Lemos;
- Processos de notificação no âmbito das normas e regras técnicas e no âmbito da notificação de organismos, em 10 de abril, pelo Eng.º Ricardo Fernandes, Vogal do Conselho Diretivo do Instituto Português da Qualidade (IPQ);
- Contributo da Diretiva Serviços para o Desenvolvimento do Mercado Interno, em 8 de maio, a cargo da DSPSS, com apresentação do Dr. Paulo Simões e da Dra. Vanessa Lopes;
- Acordos de Promoção e Proteção de Investimento, em 15 de maio, a cargo da DSCI, com apresentação do Dr. Fernando Bilé e do Dr. Pedro Ribeiro;
- Prioridades da Presidência do Luxemburgo da UE, para o 2.º Semestre de 2015, em 7 de julho, a cargo da DSCAEI, apresentado pelo Dr. Ângelo Neves
- “Small Business Act: os vencedores não têm tamanho”, em 13 de julho, a cargo da DSICE, com apresentação do Dr. Luís Campos, do Dr. Jorge Conceição Silva e da Dra. Paula Sobral.

Com as mudanças que se verificaram na estrutura orgânica da DGAE, que tiveram especial incidência no 2.º semestre, nos 5 últimos meses do ano não foi possível a realização de mais eventos internos, atingindo-se, mesmo assim, o objetivo previsto para este indicador.

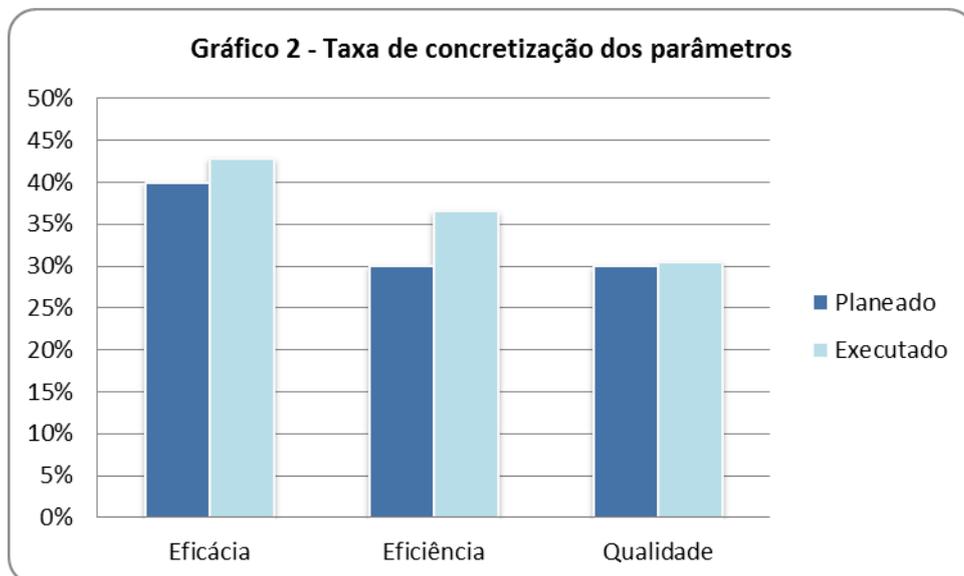
¹⁷ O Presidente da Autoridade da Concorrência (AdC), Prof. Doutor António Ferreira Gomes, efetuou uma alocução sobre a importância da vertente concorrência para o Estado, a sociedade, a economia, as empresas, o consumidor e para o cidadão em geral. Efetuaram também apresentações 3 especialistas da AdC.

2.1.2. Resultados dos Objetivos

Com base na taxa de realização dos indicadores, foram apuradas as taxas de concretização dos objetivos, que são ilustradas no gráfico 1, da análise do qual se pode concluir que os resultados dos objetivos 1 e 4 foram atingidos e os dos objetivos 2, 3 e 5 foram superados.



No que diz respeito aos parâmetros eficácia, eficiência e qualidade, as taxas de concretização foram superiores ao que foi planeado, como se poderá verificar no gráfico 2 (embora no caso do parâmetro qualidade a diferença seja pouco evidente, de 30% para 30,4%).



Os resultados globais do serviço, tendo em conta os objetivos operacionais que foram definidos para 2015, constam do quadro X, apesar de terem sido realizadas muitas outras atividades, como será detalhado no ponto seguinte deste relatório, que podem não ter contribuído diretamente para estes objetivos, mas que foram essenciais para o desempenho positivo dos serviços.

QUADRO X - Avaliação global do serviço

	Eficácia	Eficiência	Qualidade
Planeado	40,0%	30,0%	30,0%
Executado	42,9%	36,5%	30,4%
Avaliação global	109,9%		

Como conclusão da autoavaliação, é de referir que todos os objetivos previstos no QUAR foram atingidos ou superados e que a taxa de concretização global foi de 109,9%.

2.2 Análise dos desvios relativamente aos recursos

2.2.1. Recursos Humanos

De acordo com os dados do Balanço Social¹⁸, a DGAE tinha, no final do ano de 2015, 120 postos de trabalho ocupados, correspondendo a uma redução de 9,% em relação ao ano transato e de 23,% em relação aos efetivos necessários, que foram aprovados e planeados no QUAR (vide quadro XI).

Quadro XI - Recursos Humanos

Grupo de Pessoal Cargo/Carreira	Planeados (QUAR)	Efetivos (31/12/2015)	Desvios	
			Planeado	2014
Direção Superior	2	1	-1	-1
Direção intermédia	21	17	-4	-4
Técnico Superior ^(*)	87	77	-10	-3
Assistente Técnico ^(**)	24	20	-4	-3
Assistente Operacional	7	5	-2	-1
Total	141	120	-21	-12

^(*) - Inclui especialistas de informática

^(**) - Inclui técnicos de informática

Muito embora a DGAE tenha mantido, até ao final do ano, os recursos humanos que, no âmbito da sua reestruturação, deveriam ter sido transferidos para o IAPMEI, I.P.¹⁹, verificou-se um decréscimo no número de trabalhadores face ao que se pretendia para ocupação dos postos de trabalho considerados necessários para o cabal desempenho das competências e atribuições que lhe estavam atribuídas.

¹⁸ O Balanço Social foi elaborado pelos serviços da Secretaria-Geral do Ministério da Economia.

¹⁹ O que só veio a concretizar-se em 2016.

Tal situação ficou a dever-se ao facto de, durante o ano de 2015, terem saído da DGAE 25 trabalhadores²⁰ e de só terem entrado, para compensar essas saídas e para completar o quadro de pessoal, 15 trabalhadores²¹.

Relativamente à estrutura dos recursos humanos, salienta-se o seguinte: em relação ao género, 27,5% dos trabalhadores eram do género masculino e 72,5% do género feminino; a média de idades era, no final de 2015, de 50,3 anos, enquanto em 2014 era de 49,3 anos.

2.2.2. Recursos Financeiros

O valor da despesa da DGAE em 2015 atingiu os 5,3 milhões de euros, o que representa um decréscimo de 10,3% em relação ao ano transato, ou seja, cerca de 614 mil euros a menos (quadro XII e XIII).

As despesas com pessoal são as que têm maior peso (81,48%). *As despesas com juros e outros encargos, transferências correntes, outras despesas correntes, e as aquisições de bens de capital* têm pouco significado na estrutura de despesa da DGAE.

A taxa de execução do orçamento foi bastante elevada, cifrou-se em (91,93%), ou seja, um acréscimo de 2,73% relativamente ao ano transato, que se situou nos 89,2%.

Apesar do valor disponível em 2015 ser inferior ao de 2014, em 879.221,00€, registou-se, ainda, uma poupança de 468.458,97 €. A poupança incidiu sobretudo nas rubricas despesas com pessoal e aquisição de bens e serviços.

²⁰ No Balanço Social são referidas apenas 21 saídas, mas, de acordo com os dados que estão registados na DGAE, verificou-se a saída de 25 trabalhadores: 3 em regime de aposentação, 6 em comissão de serviço, 4 por concurso, 10 por mobilidade e 2 regressam aos serviços de origem, porque terminaram as respetivas comissões de serviço.

²¹ No Balanço Social também são referidas apenas 10 entradas, em vez das 15, assim distribuídas: 4 provenientes do Curso de Estudos Avançados em Gestão Pública (CEAGP), 1 em comissão de serviço, 3 em regime de mobilidade e 7 que regressaram à DGAE.

Quadro XII - Estrutura da despesa em 2015

Unidade: Euro

GRUPOS DE DESPESA	2015							
	Inicial		Disponível		Executado		Taxa de execução	Desvio
	Valor	%	Valor	%	Valor	%		
Despesas com pessoal	4.606.994,00	77,43%	4.606.994,00	79,40%	4.345.738,51	81,48%	94,33%	261.255,49
Aquisição de bens e serviços	1.228.854,00	20,65%	1.082.313,00	18,65%	918.230,93	17,22%	84,84%	164.082,07
Juros e outros encargos	0,00	0,00%	50,00	0,00%	10,57	0,00%	21,14%	39,43
Transferências correntes	15.690,00	0,26%	16.882,00	0,29%	15.356,53	0,29%	90,96%	1.525,47
Outras despesas correntes	33.555,00	0,56%	20.505,00	0,35%	11.030,82	0,21%	53,80%	9.474,18
Aquisições de bens de capital	65.000,00	1,09%	75.450,00	1,30%	43.367,67	0,81%	57,48%	32.082,33
TOTAL	5.950.093,00	100,00%	5.802.194,00	100,00%	5.333.735,03	100,00%	91,93%	468.458,97

Quadro XIII - Comparação da despesa de 2014 e 2015

GRUPOS DE DESPESA	Disponível		Executado	
	Desvio	%	Desvio	%
Despesas com pessoal	-720.835,00	-13,53%	-497.743,10	-10,28%
Aquisição de bens e serviços	-139.159,00	-11,39%	-93.276,15	-9,22%
Juros e outros encargos	50,00		10,57	
Transferências correntes	1.123,00	7,13%	1.792,04	13,21%
Outras despesas correntes	-18.079,00	-46,86%	-17.768,74	-61,70%
Aquisições de bens de capital	-2.311,00	-2,97%	-6.994,89	-13,89%
TOTAL	-879.211,00	-13,16%	-613.980,27	-10,32%

2.3 Atividades desenvolvidas, previstas e não previstas no Plano de Atividades

No âmbito da persecução dos seus objetivos, a DGAE tinha inscrito no seu Plano de Atividades para 2015 um conjunto de atividades, a realizar pelas diversas Unidades Orgânicas e pelos serviços de apoio, relativamente às quais há que aferir da sua realização e dos resultados alcançados.

Por outro lado, durante o ano, houve a necessidade de realizar outras atividades que não tinham sido previstas (e que, como tal, não constavam do referido Plano) de modo a ser possível corresponder a solicitações de diversa índole ou a orientações que foram dirigidas à DGAE pela Tutela.

Uma parte significativa de todas essas atividades contribuiu decisivamente para o cumprimento dos objetivos constantes do QUAR da DGAE, enquanto outras, embora possam não estar traduzidas nesses objetivos, foram essenciais para o desempenho dos serviços.

Nos quadros seguintes, apresenta-se, por Unidade Orgânica, uma síntese dos resultados alcançados em cada uma dessas atividades. Para adequada leitura desses quadros, deve ser tida em consideração a seguinte legenda correspondente à coluna dos níveis de realização respeitante a cada atividade:

- R - Realizada
- NR - Não realizada
- T - Transferida para outra Unidade Orgânica ou para o ano seguinte
- CA - Cancelada

QUADRO XIV
ATIVIDADES PREVISTAS, REALIZADAS PELA DIREÇÃO DE SERVIÇOS DO COMÉRCIO, SERVIÇOS E RESTAURAÇÃO (DCSR)

Div.	Atividade/Projeto			Obj. Operacionais					Nível de realização	Avaliação e justificação de eventuais desvios
	N.º	Descritivo	Meta	1	2	3	4	5		
DAP	1	Realizar um estudo que suporte a recomendação ao governo, relativamente à adoção de políticas públicas no setor do comércio eletrónico	31-07-2015			X			R	Foi iniciado em 2015, prevendo-se a sua conclusão em 2016.
DCSR	2	Produzir um relatório para analisar os fatores potenciadores das sinergias a estabelecer entre a atividade comercial e de serviços versus instrumentos de gestão territorial	31-12-2015			X			CA	Este projeto ficou sem efeito, uma vez que se encontram a ser desenhadas as novas políticas públicas para os territórios de baixa densidade
DCSR	3	Assegurar o secretariado técnico do Conselho para o Comércio, Serviços e Restauração previsto na Agenda CSR	100%			X			R	Durante o ano 2015, realizou-se uma reunião do CCSR, tendo sido assegurado o Secretariado Técnico e a elaboração da respetiva Ata. Estiveram presentes 19 entidades, tendo-se discutido a Agenda para a Competitividade do Comércio, Serviços e Restauração 2014-2020.
DCSR	4	Elaborar o boletim informativo de diagnóstico dos setores de CSR	100%			X			T	Aguardam-se instruções da tutela sobre a continuidade dos projetos associados à Agenda do CSR, pelo que a elaboração deste boletim transitou para 2016.

Div.	Atividade/Projeto			Obj. Operacionais					Nível de realização	Avaliação e justificação de eventuais desvios
	N.º	Descritivo	Meta	1	2	3	4	5		
DCSR	5	Implementar a Via Verde para o CSR	30-06-2015			X			R	Esta atividade foi em grande medida realizada, através da criação da Central de Atendimento, a qual se consubstancia numa linha telefónica específica, com sistema IVR, para atendimento permanente aos agentes económicos, bem como através da disponibilização de um endereço de correio eletrónica específico para atendimento técnico e, ainda, através da elaboração de FAQ's publicitadas no site e em constante atualização.
DCSR	6	Implementar a plataforma de colaboração do CSR	30-06-2015			X			T	Não houve decisão do XIX Governo Constitucional sobre a implementação desta plataforma, aguardando-se instruções da tutela sobre a continuidade dos projetos associados à Agenda do CSR.

Div.	Atividade/Projeto			Obj. Operacionais					Nível de realização	Avaliação e justificação de eventuais desvios
	N.º	Descritivo	Meta	1	2	3	4	5		
DAP	7	Monitorizar e Avaliar a aplicação do Regime Jurídico das PIRC entre fevereiro de 2014 e 31 de dezembro de 2015	31-12-2015			X			T	No âmbito do processo de monitorização e avaliação da aplicação do PIRC, foram desenvolvidas um conjunto de iniciativas durante o ano de 2015, destacando-se a elaboração da matriz inicial de avaliação, a realização de reuniões técnicas com a ASAE, entidade fiscalizadora do diploma, e a construção e sujeição a contributos de uma primeira versão de um questionário destinado à recolha de elementos de análise. A monitorização e a avaliação propriamente ditas deverão ser realizadas em 2016.
DCSR	8	Acompanhar o funcionamento da Comissão de Investimentos do Fundo de Modernização do Comércio	31-12-2015			X			R	A DGAE assessorou o Presidente da CI em todas as reuniões realizadas no ano 2015. Apresentou propostas para a integração da Restauração em projetos individuais, no âmbito da sua elegibilidade no Fundo de Modernização do Comércio.

Div.	Atividade/Projeto			Obj. Operacionais					Nível de realização	Avaliação e justificação de eventuais desvios
	N.º	Descritivo	Meta	1	2	3	4	5		
DAP	9	Assessorar membro do governo do ME que co preside à PARCA	100%			X			R	A DGAE assessorou o SEAE em todas as reuniões plenárias realizadas no ano 2015 e iniciou, em colaboração com a DGC e com o GPP, um estudo com a Universidade Nova IMS sobre a Transparência nas Relações na Cadeia Agroalimentar. Ainda neste âmbito, a DGAE procedeu à elaboração dos termos de referência a que o referido estudo ficou sujeito, tendo, de igual forma, procedido, em parceria com a DGC, à análise das candidaturas recebidas para a realização do estudo.
DAP	10	Implementar o observatório da cadeia de valor agroalimentar	30-06-2015			X			R	A DGAE desenvolveu um conjunto de iniciativas de ordem técnica que culminaram na publicação do Despacho n.º 8505/2015, de 4 de agosto que criou o Observatório da Cadeia de Valor.
DCSR	11	Assegurar a implementação das atividades previstas no RJACSR no Balcão do Empreendedor	30-06-2015			X			R	Todas as atividades de suporte à implementação do RJACSR, da responsabilidade da DGAE (nomeadamente, conceção de formulários e formalidades), foram remetidas à AMA, entidade responsável pela gestão do Balcão do Empreendedor.

Div.	Atividade/Projeto			Obj. Operacionais					Nível de realização	Avaliação e justificação de eventuais desvios
	N.º	Descritivo	Meta	1	2	3	4	5		
DCSR	12	Assegurar a execução das competências cometidas à DGAE pelo regime da atividade prestamista	100%			X			R	A DGAE assegurou a análise, bem como a respetiva comunicação das decisões aos interessados, de todos os processos referentes a pedidos de autorização para o exercício da atividade prestamista, nos termos previstos no Decreto-Lei n.º 160/2016, de 11 de agosto. Emitiu os títulos de autorização para o exercício da atividade após a devida verificação da correta instrução dos processos e receção do seguro de responsabilidade civil, obrigatório para o exercício da atividade. A DGAE assegurou, também, a emissão e envio dos comprovativos de comunicação de abertura de novos estabelecimentos por prestamista autorizado. A DGAE assegurou, ainda, a organização e atualização do registo dos prestamistas com base nos títulos de autorização concedidos.

Div.	Atividade/Projeto			Obj. Operacionais					Nível de realização	Avaliação e justificação de eventuais desvios
	N.º	Descritivo	Meta	1	2	3	4	5		
DCSR	13	Assegurar a execução das competências cometidas à DGAE pelo novo regime do sistema de certificação do processo Kimberley	100%			X			R	A DGAE assegurou a análise, bem como a emissão das licenças, de todos os pedidos de licenciamento para o exercício das atividades de importação e exportação dos diamantes em bruto, nos termos previstos na Lei n.º 5/2015, de 15 de janeiro. A DGAE assegurou a organização e atualização do registo dos operadores económicos com base nas licenças atribuídas, bem como a publicitação no sítio da internet da listagem dos operadores licenciados para o exercício da atividade.
DCSR	14	Estabelecer uma parceria com o IAPMEI, IP, para o lançamento de capacitação das PME no âmbito do CSR	31-03-2015			X			T	Não houve decisão do XIX Governo Constitucional relativamente a esta parceria, aguardando-se instruções da tutela sobre a continuidade dos projetos associados à Agenda do CSR.
DAP/DMIS	15	Regularizar os registos dos regimes revogados pelo RJACSR	31-12-2015			X			R	A regularização dos registos revogados encontra-se parcialmente realizada.
DCSR/DAP/DMIS	16	Assegurar a emissão de pareceres relativos a projetos de diploma nos prazos solicitados pela tutela	100%			X			R	Todos os pareceres solicitados foram realizados no prazo concedido, à luz das normas do direito europeu, designadamente, das provisões da Diretiva Serviços.
DCSR	17	Emitir pareceres especializados no âmbito do Comércio Investe	100%			X			R	Todos os pareceres solicitados foram realizados no prazo concedido.
DCSR	18	Organizar um Workshop sobre o Comércio Eletrónico	30-06-2015					X	R	Apresentação interna na DGAE.

Div.	Atividade/Projeto			Obj. Operacionais					Nível de realização	Avaliação e justificação de eventuais desvios
	N.º	Descritivo	Meta	1	2	3	4	5		
DCSR/DAP/DMIS	19	Assegurar a emissão de pareceres solicitados por entidades públicas e privadas	100%			X			R	Todos os pareceres solicitados foram realizados.
DCSR	20	Elaboração de resposta aos pedidos de informação efetuados pelos agentes económicos	100%			X			R	Todos os pedidos de informação foram atendidos.
DAP	21	Assegurar a presença e a participação da DGAE na Comissão Permanente de Apoio ao Investidor (CPAI)	100%			X			R	A DGAE assegurou a presença e participação nas reuniões realizadas.
DCSR	22	Relatório de avaliação do Decreto-Lei n.º 21/2009, de 19 de janeiro	100%			X			R	Elementos disponíveis na página eletrónica da DGAE. A vigência do DL 21/2009, terminou a 1 de março de 2015, com a entrada em vigor do DL10/2015. Assim, este relatório espelha todos os estabelecimentos comerciais e conjuntos comerciais abertos até 1 de março de 2015. O universo respeita a processos cujos pedidos foram validados pelas DRE's com a situação em 01-03-2015.
DCSR	23	Elaboração de relatórios ao abrigo do Regime de Autorização Conjunta	100%			X			R	Elementos disponíveis na página eletrónica da DGAE.
DCSR	24	Execução do protocolo DGAE/DGAV	100%			X			R	Foi efetuado o relatório previsto no protocolo.
DCSR	25	Assegurar o encerramento dos projetos suspensos no âmbito do MODCOM	100%			X			R	Parcialmente realizado. A DGAE encerrou todos os processos, que, no decorrer do ano, saíram da alçada judicial.
DCSR	26	Representação da DGAE na Subcomissão de Regulação e Fiscalização das Substâncias Lícitas	100%			X			R	A DGAE esteve presente nas reuniões realizadas no âmbito desta Subcomissão.

Div.	Atividade/Projeto			Obj. Operacionais					Nível de realização	Avaliação e justificação de eventuais desvios
	N.º	Descritivo	Meta	1	2	3	4	5		
DAP	27	Participação do Grupo de Trabalho da Informação Empresarial Simplificada (IES)	100%			X			R	A DGAE esteve nas reuniões realizadas no âmbito deste GT. Ainda neste âmbito, a DGAE foi responsável, em parceria com o INE, pelas alterações efetuadas ao anexo R da IES, tendo, de igual forma, procedido ao desenho da proposta referente à inserção de regras para o preenchimento do referido anexo.
DCSR	28	Representação da DGAE nas Conferências de Serviços relativas a Planos de Pormenor no âmbito do ordenamento do território	100%			X			T	Atividade transferida para a DSSE.
DAP	29	Reunião CE sobre práticas comerciais desleais	100%	X					R	Parcialmente realizado. ADGAE esteve presente na reunião de maio, mas não foi possível assegurar a reunião de novembro.
DCSR	30	Atualização das fichas de serviço sobre atividades de comércio para disponibilização no BdE	100%			X			R	No âmbito dos vários procedimentos criados ao abrigo do regime jurídico de acesso e exercício de atividades de comércio, serviços e restauração (RJACSR), e por forma a seguir todas as diretrizes que o BdE preconiza, foi necessária a criação, para cada um dos procedimentos, de uma ficha de serviço, também designado de "formalidade". Neste sentido foram criadas e disponibilizadas em tempo útil, no BdE, 41 formalidades.

Div.	Atividade/Projeto			Obj. Operacionais					Nível de realização	Avaliação e justificação de eventuais desvios
	N.º	Descritivo	Meta	1	2	3	4	5		
DMIS	31	Coordenar a aplicação nacional da Diretiva Serviços	100%			X			R	<p>Todos os pedidos de informação efetuados, nomeadamente, pela Comissão, foram respondidos atempadamente. Foi assegurada a articulação e colaboração com os vários organismos nacionais relevantes. Os projetos de diplomas normativos submetidos à apreciação da DGAE foram analisados à luz do direito europeu, nomeadamente das disposições da Diretiva Serviços (DS). Foi assegurada a intervenção técnica nacional na formulação e implementação do quadro normativo decorrente da DS. Foi garantida a representação de Portugal em grupos de trabalho e eventos da UE, nomeadamente no Grupo de Peritos para a implementação nacional da DS.</p> <p>Promoveu-se a cooperação e a colaboração entre EM, em matéria de comércio, serviços e restauração, nomeadamente, na construção de posições unitárias concordantes com os interesses nacionais. Foi prestada assessoria técnico-jurídica para a formulação e implementação de políticas públicas promotoras da redução de custos de contexto e simplificação administrativa e legislativa, com recurso ao enquadramento normativo da DS.</p>

Div.	Atividade/Projeto			Obj. Operacionais					Nível de realização	Avaliação e justificação de eventuais desvios
	N.º	Descritivo	Meta	1	2	3	4	5		
DSCR	32	Implementar o projeto de avaliação dos custos de contexto do CSR a nível local e regional	30-06-2015			X			R	Em março de 2015, foi concluído o estudo “Diagnóstico de custos de contexto a nível local - Comércio, Serviços e Restauração e Bebidas”, que, no âmbito da “AGENDA PARA A COMPETITIVIDADE DO COMÉRCIO, SERVIÇOS E RESTAURAÇÃO 2014-2020” identificou as taxas camarárias aplicadas aos estabelecimentos de comércio, serviços e restauração e bebidas que incidem sobre os procedimentos que subsistiram no novo regime jurídico RJACSR: Instalação; Modificação; Dispensa de requisitos; e Restauração e bebidas de caráter não sedentário. Foram analisadas as 278 câmaras municipais de Portugal continental, tendo-se identificado que cerca de 48% destas CM aplicam taxas neste âmbito, representando assim 134 câmaras municipais que aplicam as taxas em referência.
DMIS	33	Elaborar e apresentar ao governo uma proposta para adoção de instrumentos de crowdfunding	30-09-2015			X			R	Lei n.º 102/2015, de 24 de agosto - Regime jurídico do financiamento colaborativo.

Div.	Atividade/Projeto			Obj. Operacionais					Nível de realização	Avaliação e justificação de eventuais desvios
	N.º	Descritivo	Meta	1	2	3	4	5		
DMIS	34	Assegurar a implementação gestão e melhoria de desempenho do Sistema de Informação do Mercado Interno	100%			X			R	Foi realizado o estudo de <i>benchmark</i> dos procedimentos de notificações implementados nos EM de Espanha, Luxemburgo, Reino Unido e França por forma a identificar exemplos de boas práticas. Submissão de proposta de procedimento de notificações nacional com base nos resultados recolhidos no estudo de <i>benchmark</i> . Acompanhamento e gestão do procedimento de notificação prévia de projetos de diplomas normativos, no Sistema de Informação do Mercado Interno (IMI). Foram analisados os projetos legislativos e promoveu-se a conformidade da legislação nacional no setor dos serviços com a Diretiva Serviços através da identificação dos projetos a serem alvo de notificação. Promoveu-se a articulação e colaboração entre o ME e as estruturas competentes dos outros ministérios nas respetivas áreas de atuação. Submissão de 16 notificações via Sistema de Informação do Mercado Interno, após validação e alinhamento com os ministérios proponentes. Monitorização da notificação no IMI para aferir de comentários enviados pelos Estados Membros ou Comissão.

Div.	Atividade/Projeto			Obj. Operacionais					Nível de realização	Avaliação e justificação de eventuais desvios
	N.º	Descritivo	Meta	1	2	3	4	5		
DCSR	35	Monitorizar a conformidade dos processos de negociação internacionais com as políticas públicas aplicáveis às cadeias de valor que incluam atividades de CSR, na perspetiva da "servitização" da economia	100%			X			T	Atividade condicionada à implementação do Sistema de <i>Business Intelligence</i> , a ser implementado, esperando-se os primeiros resultados até ao final de 2016.
DMIS	36	Organizar um Workshop sobre Mercado Único de Serviços	31-03-2015					X	R	O <i>workshop</i> interno (com a presença da DGAE/MNE e do INCI, atual IMPIC) foi realizado no dia 08 de maio de 2015 e versou sobre: "O contributo da Diretiva Serviços para o Desenvolvimento do Mercado Interno". Foi proposta à tutela a definição legal e procedimental do procedimento, sendo que as conclusões das análises apuradas foram apresentadas no <i>Workshop</i> .
DSCSR	37	Organizar um Workshop sobre os Serviços e o Crescimento Inteligente	30-06-2015					X	NR	Não foi possível realizar o <i>Workshop</i> em 2015.
DAP	38	Produção de análises solicitadas de cariz económico na área dos serviços	100%			X			T	Foram lançadas as bases para a futura definição, a concretizar em 2016, da base metodológica para a produção de análises de cariz económico relacionadas com o modelo da economia colaborativa.
DAP	39	Desenvolver estudos, indicadores e metodologias estatísticas, adequadas à construção de cenários prospetivos para os setores definidos que forem solicitados	100%			X			NR	Atividade condicionada à implementação do Sistema de <i>Business Intelligence</i> , a ser implementado em 2016.
DCSR	40	Emissão de Certificados de atividade profissional	100%			X			R	Foram emitidos 122 Certificados de Atividade Profissional.

Div.	Atividade/Projeto			Obj. Operacionais					Nível de realização	Avaliação e justificação de eventuais desvios
	N.º	Descritivo	Meta	1	2	3	4	5		
DCSR/DAP/DMIS	41	Resposta às solicitações dos agentes económicos e associações empresariais e organismos públicos e privados	100%			X			R	Todos os pedidos de informação foram atendidos.
DCSR/DAP/DMIS	42	Apoio aos Gabinetes dos Srs. SEAE e ME, tais como, apreciação de exposições e queixas, pontos de situação, notas para discursos, etc., solicitados	100%			X			R	Foi dada resposta atempada a todas as solicitações.
DMIS	43	Apoio à área internacional da DGAE, nomeadamente, contributos para intervenção externa na área dos serviços	100%			X			R	Foi dada resposta atempada a todas as solicitações no âmbito do apoio à consolidação da posição nacional para, nomeadamente, o grupo de trabalho da Competitividade e Crescimento, as conclusões do Conselho, Grupo de Alto Nível do mercado interno e competitividade.
DCSR	44	Integração do Espaço do Cidadão na DGAE	100%			X			NR	Não foram reunidas as condições para a realização do projeto.
DAP	45	Convenção de Preços da Água, em baixa para Lisboa e em alta, para os concelhos limítrofes	100%			X			R	Foi assinada a Convenção de Preços da Água para o ano 2015
DAP	46	Convenção de Preços de Manuais Escolares	100%			X			T	Foi negociada a Convenção de Preços dos Manuais Escolares para o ano 2016.
DAO	47	Convenção de Preços do tarifário do serviço de transporte em Táxi	100%			X			T	Foram realizadas as negociações da Convenção de Preços do transporte em táxis para o ano 2016.

Div.	Atividade/Projeto			Obj. Operacionais					Nível de realização	Avaliação e justificação de eventuais desvios
	N.º	Descritivo	Meta	1	2	3	4	5		
DCSR	48	Atividade Funerária - Assegurar todos os procedimentos referentes à atividade	100%			X			R	Foram assegurados todos os procedimentos referentes à atividade, tal como previsto na legislação habilitante. Com a entrada em pleno funcionamento das formalidades associadas à atividade funerária, no Balcão do Empreendedor, a 16 de julho de 2015, os procedimentos foram totalmente desmaterializados.
DCSR	49	Elaboração de nova proposta de Portaria sobre Tanatopraxia e suas revisões.	100%						R	Foi publicada a Portaria n.º 162-A/2015 de 1 de junho

QUADRO XV

ATIVIDADES PREVISTAS, REALIZADAS PELA DIREÇÃO DE SERVIÇOS DE SUSTENTABILIDADE EMPRESARIAL (DSSE)

Div.	Atividade/Projeto			Obj. Operacionais					Nível de realização	Avaliação e justificação de eventuais desvios
	N.º	Descritivo	Meta	1	2	3	4	5		
DDS	1	Assegurar a aplicação do Regulamento do Rótulo Ecológico da União Europeia	100%			X			R	Tarefa cumprida dado que o procedimento para aplicação do Regulamento foi descrito e implementado.
DDS	2	Elaborar o plano de comunicação para o Rótulo Ecológico da União Europeia para os Serviços	30-06-2015			X			NR	Foi elaborado apenas uma proposta com linhas de orientação para o Plano de comunicação.

Div.	Atividade/Projeto			Obj. Operacionais					Nível de realização	Avaliação e justificação de eventuais desvios
	N.º	Descritivo	Meta	1	2	3	4	5		
DDS	3	Assegurar a gestão dos dossiês do pacote Energia/Clima	100%			X			R	Tarefa cumprida na medida em que foi dada resposta atempada aos Assuntos Europeus, MNE e REPER sobre o dossiê CELE-ETS, bem como participação em diversas reuniões de coordenação e auscultação de <i>stakeholders</i> (indústria).
DEC	4	Formular a estratégia do ME para a Economia Circular	30-06-2015			X			CA	O Pacote da Economia Circular na União Europeia só foi aprovado em dezembro, o que obrigou que a elaboração da Estratégia tivesse cancelada.
DEC	5	Realizar um estudo suporte à reforma do quadro legal de gestão dos fluxos específicos de resíduos	31-12-2015			X			NR	Não houve capacidade por manifesta insuficiência de recursos humanos para poder levar a cabo um estudo sobre esta matéria.
DEC	6	Licenciamento das Entidades Gestoras (EG) de fluxos específicos de resíduos	100%			X			R	Tarefa cumprida na medida em que houve uma participação ativa nos procedimentos de licenciamento e de monitorização da atividade das entidades gestoras de fluxos de resíduos.
DEC	7	Copresidir com a APA às comissões de acompanhamento da gestão de fluxos específicos de resíduos	100%	X					NR	Estas comissões ainda não foram formalmente criadas no âmbito das licenças novas que têm vindo a ser atribuídas.
	8	Assessorar o Governo na elaboração de propostas legislativas	100%			X			R	Tarefa cumprida na medida em que foi dada resposta atempada à tutela sempre que determinados diplomas entravam em circuito legislativo.

Div.	Atividade/Projeto			Obj. Operacionais					Nível de realização	Avaliação e justificação de eventuais desvios	
	N.º	Descritivo	Meta	1	2	3	4	5			
	9	Assegurar a emissão de pareceres relativos a projetos de diploma nos prazos solicitados pela tutela	100%	X		X				R	Tarefa cumprida na medida em que foi dada resposta atempada à tutela sempre que determinados diplomas entravam em circuito legislativo.
DEC	10	Representar o ME na Comissão de Acompanhamento na Gestão de Resíduos (CAGER)	100%	X						R	Tarefa cumprida considerando que a DGAE esteve presente sempre que foi convocada para as reuniões desta Comissão.
DDS	11	Representar o ME no CB-Fórum do Rótulo Ecológico da União Europeia	100%	X						R	Não foi cumprida a 100% porque das 3 reuniões que tiveram lugar em 2015 a DGAE apenas se fez representar numa delas.
DDS	12	Representar o ME na UE Ecolabeling Board	100%	X						NR	Não houve participação nas duas primeiras reuniões e a 3.ª reunião foi adiada para janeiro de 2016.
DDS	13	Representar o ME no Comité Regulamentador do Rótulo Ecológico da União Europeia	100%	X						NR	Não foi possível participar nas duas primeiras reuniões e a 3ª reunião coincidiu com a reunião do Comité dos Adubos pelo que também não foi possível estar presente.
DDS	14	Representar o ME no Grupo de Alto Nível Eco-Inovação	100%	X						NR	A DGAE não foi convocada para participar em reuniões deste Grupo.
DDS	15	Representar o ME no Grupo de Trabalho de Comércio de Emissões	100%	X						NR	A DGAE não foi convocada para nenhuma reunião deste Grupo (a partir de 27/05/2015).
DDS	16	Representar o ME no Subgrupo ESPG - Política de empresa, ambiente e energia	100%	X						T	Esta atividade não deveria ter sido imputada à DGAE, uma vez que quem representa PT em Bruxelas é a APA.

Div.	Atividade/Projeto			Obj. Operacionais					Nível de realização	Avaliação e justificação de eventuais desvios	
	N.º	Descritivo	Meta	1	2	3	4	5			
DEC	17	Representar o ME no Grupo de peritos dos Resíduos de Equipamentos Elétricos e Eletrónicos (REEE)	100%	X						T	Esta atividade não deveria ter sido imputada à DGAE, uma vez que quem representa PT em Bruxelas é a APA.
DEC	18	Representar o ME no Comité Técnico dos Resíduos de Equipamentos Elétricos e Eletrónicos (REEE)	100%	X						T	Esta atividade não deveria ter sido imputada à DGAE, uma vez que quem representa PT em Bruxelas é a APA.
DDS	19	Representar o ME no Grupo de Alto Nível da UE sobre Responsabilidade Social das Empresas (RSE)	100%	X						NR	Face aos trabalhos desenvolvidos pela DGAE ao nível da RSE, designadamente o Plano Orientador para a RSE, foi colocada à consideração da Tutela a nomeação de um elemento do ME para fazer esta representação, sem prejuízo de eventual articulação com o MESS, que tem um representante neste GAN. Ora, tendo em conta que não foi feita essa nomeação, a DGAE não pôde participar em qualquer reunião do Grupo de Alto Nível sobre Responsabilidade Social.
DEC	20	Representar ME no Comité Técnico de Restrição de Certas Substâncias Perigosas (RoHS)	100%	X						NR	Esta atividade não deveria ter sido imputada à DGAE, uma vez que quem representa PT em Bruxelas é APA.
DDS	21	Representar o ME no Grupo de Peritos da Agência Europeia de Ambiente	100%	X						NR	Esta atividade não deveria ter sido imputada à DGAE, uma vez que quem representa PT em Bruxelas é APA.
DEC	22	Representar o ME Conselho Consultivo da Autoridade Marítima Nacional	100%	X						R	Em 2015, houve uma reunião deste Conselho (21-09-2015), tendo a DGAE participado na mesma.
DDS	23	Representar ME no Conselho Nacional da Água	100%	X						R	Tarefa cumprida.

Div.	Atividade/Projeto			Obj. Operacionais					Nível de realização	Avaliação e justificação de eventuais desvios	
	N.º	Descritivo	Meta	1	2	3	4	5			
DDS	24	Representar o ME no GT do Sistema Nacional de Inventário de Emissões Antropogénicas por Fontes e Remoção por Sumidouros de Gases com Efeito de Estufa (GT SNIERPA)	100%	X						T	Esta competência passou para a esfera do IAPMEI já que se trata de uma matéria diretamente relacionada com a indústria
DDS	25	Representar o ME no Grupo de trabalho de Acompanhamento do Plano Nacional para as Alterações Climáticas - PNAC 2020	100%	X						R	Houve lugar a uma reunião sobre o ENAAC - Estratégia Nacional de Adaptação às Alterações Climáticas, na APA.
DDS	26	Representar o ME na Comissão Técnica de Normalização - Ética Empresarial (CT-165)	100%	X						NR	Durante o ano de 2015, não foi convocada qualquer reunião para participar na revisão da norma da CT-165.
DEC	27	Representar o ME no Conselho Consultivo da Entidade Reguladora dos Serviços de Água e Resíduos	100%	X						R	Tarefa cumprida.
DDS	28	Representar o ME no Conselho Consultivo para a Responsabilidade Ambiental (CCRA)	100%	X						NR	Não fomos convocados para nenhuma reunião (a partir de 27/05/2015)
DDS	29	Representar o ME na Comissão de Seleção para Atribuição do Rótulo Ecológico Europeu da União Europeia (REUE)	100%	X						R	Tarefa cumprida.
DDS	30	Assegurar a representação na Comissão Executiva para o Plano Nacional de Ação para a Eficiência Energética (PNAEE)	100%	X						R	Tarefa cumprida, com representação nas reuniões e envio de contributos.

Div.	Atividade/Projeto			Obj. Operacionais					Nível de realização	Avaliação e justificação de eventuais desvios	
	N.º	Descritivo	Meta	1	2	3	4	5			
DDS	31	Representar o ME na Comissão Nacional dos Direitos Humanos	100%	X						R	A DGAE, no decorrer de 2015, participou em 8 reuniões da CNDH, tendo ainda coordenado a rede ME e preparou os trabalhos do ME relativos a: (i) Relatório de Atividade da CNDH - 2015; (ii) Matriz de Indicadores Nacionais relativa ao Direito à Não-Discriminação e Igualdade; (iii) 8.º e 9.º Relatórios sobre a Convenção das Nações Unidas sobre a Eliminação de todas as formas de Discriminação contra Mulheres; (iv) Defesa do relatório inicial de aplicação da Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência.
DDS	32	Representar o ME na Comissão Técnica de Normalização - Responsabilidade Social (CT-164)	100%	X						NR	Durante o ano de 2015, a DGAE não foi convocada qualquer reunião para participar na revisão da norma da CT-164.
DDS	33	Representar o ME na Comissão Consultiva para a Prevenção e Controlo Integrados da Poluição (CCPCIP)	100%	X						NR	No ano de 2015, a DGAE não esteve representada na 47.ª reunião para a qual não foi convocada.
DDS	34	Participar no Grupo de Trabalho sobre o Acesso aos Recursos Genéticos e a partilha Justa dos Benefícios Decorrentes da sua Utilização (GT ABS) - RCM n.º 49/2014	100%	X						R	Tarefa cumprida.

Div.	Atividade/Projeto			Obj. Operacionais					Nível de realização	Avaliação e justificação de eventuais desvios	
	N.º	Descritivo	Meta	1	2	3	4	5			
DDS	35	Representar o ME no Conselho Consultivo das Migrações	100%	X						R	Em 2015, houve apenas duas reuniões deste Conselho (em 05 de maio e em 15 de outubro), tendo a DGAE participado na última, uma vez que não teve conhecimento da realização da primeira (possivelmente por alguma falha no envio das convocatórias). No que diz respeito ao trabalho desenvolvido, a DGAE contribuiu para a elaboração de medidas Previstas no Plano Estratégico para as Migrações (2015-2020).
DDS	36	Ponto Focal Nacional para o Programa de Eficiência Energética na Administração Pública (EcoAP High-Level Working Group)	100%	X						NR	Não houve participação da DGAE em nenhuma reunião no decurso de 2015.
DDS	37	Representar o ME na Comissão de Coordenação Interministerial da biodiversidade	100%	X						NR	A DGAE não foi convocada, pelo menos a partir de a partir de 27-05-2015, para nenhuma reunião desta Comissão.
DDS	38	Assegurar a participação da DGAE na Comissão Nacional de Coordenação de Combate à Desertificação	100%	X						R	Tarefa cumprida.
DDS	39	Representar o ME na Plataforma de Acompanhamento das Relações nas Fileiras Florestais (PARF)	100%	X						R	Tarefa cumprida.
DDS	40	Assegurar, com o Instituto da Conservação da Natureza e Florestas (ICNF), o Secretariado da Plataforma de Acompanhamento das Relações nas Fileiras Florestais (PARF)	100%	X						R	Tarefa cumprida.

Div.	Atividade/Projeto			Obj. Operacionais					Nível de realização	Avaliação e justificação de eventuais desvios	
	N.º	Descritivo	Meta	1	2	3	4	5			
DDS	41	Assegurar as funções de Ponto de Contacto Nacional - Guidelines da OCDE para empresas multinacionais	100%	X						R	<p>A DGAE não participou em 3 reuniões internacionais dos Pontos de Contacto Nacionais (PCN) mas participou em outubro num “<i>peer learning</i>” organizado pela Hungria. Ao nível nacional, realizaram-se duas reuniões com a AICEP com vista ao reforço da cooperação interinstitucional para efeitos da reformulação dos PNC para as Empresas Multinacionais e introdução de procedimentos.</p> <p>Para além das reuniões, a DGAE: (i) elaborou uma proposta de RCM a propor a constituição de um Grupo de Trabalho Interministerial, com a missão principal de, entre outros aspetos, definir o modelo e estrutura do PCN, com vista a um funcionamento eficaz e eficiente; (ii) preencheu o relatório nacional 2015 sobre as Diretrizes para as Empresas Multinacionais da OCDE; (iii) elaborou vários contributos para as reuniões internacionais; (iv) elaborou uma Estratégia de Divulgação das Diretrizes; (v) efetuou uma proposta de atualização do conteúdo do Site da AICEP destinado às Diretrizes; (vi) cooperou com o PNC da Polónia, na sequência do levantamento de uma queixa contra a filial polaca de uma empresa portuguesa; (vii) mencionou a importância das Diretrizes da OCDE para as Empresas Multinacionais nos diversos <i>Workshops</i> em que participou.</p>

Div.	Atividade/Projeto			Obj. Operacionais					Nível de realização	Avaliação e justificação de eventuais desvios	
	N.º	Descritivo	Meta	1	2	3	4	5			
DDS	42	Assegurar a participação do ME nas Conferências de serviços sobre instrumentos de gestão do território	31-12-2015	X						T	Este acompanhamento transitou para outro serviço.
DEC	43	Gerir a aplicação do DL 79/2013 relativo a substâncias perigosas em equipamentos elétricos e eletrónicos	100%	X						R	Tarefa cumprida, tendo sido realizadas várias reuniões com a APA e com a ASAE sobre esta matéria encontrando-se em circuito legislativo uma proposta de alteração ao DL 79/2013.
DDS	44	Garantir o funcionamento do Grupo Responsabilidade Social das Empresas do ME	100%	X	X					R	Tendo em conta que o GT foi constituído para a construção da política pública em matéria de Responsabilidade Social das Empresas, isto é, o Plano Orientador para a Responsabilidade Social das Empresas e, tendo em conta, que o mesmo aguarda aprovação política, foram desenvolvidos outros trabalhos na área da RSE, nomeadamente a participação na 10.ª Semana da Responsabilidade Social das Empresas.
DDS	45	Garantir o funcionamento do Grupo de Reflexão sobre Energia-Clima	100%	X	X					NR	O Grupo de Reflexão não chegou a ser criado.
DEC	46	Garantir o funcionamento do Grupo de Reflexão sobre a Economia Circular	100%		X					NR	O Grupo de Reflexão não chegou a ser criado.
DDS	47	Realizar um Workshop sobre Responsabilidade Social das Empresas	31-07-2015					X		R	No âmbito da RSE, a DGAE realizou dois <i>Workshops</i> , em 2015, dirigidos às empresas, nomeadamente sobre a importância do Combate ao Tráfico de Seres Humanos para a reputação das Empresas.

Div.	Atividade/Projeto			Obj. Operacionais					Nível de realização	Avaliação e justificação de eventuais desvios
	N.º	Descritivo	Meta	1	2	3	4	5		
DDS	48	Realizar um Workshop sobre Energia-Clima	31-12-2015					X	NR	Não houve capacidade para preparar o evento atendendo á mudança da lei orgânica e ao facto de não estarem recursos humanos afetos à DS em número adequado.
DEC	49	Realizar um Workshop sobre Economia Circular	31-12-2015					X	NR	Não houve capacidade para preparar nenhum evento sobre esta matéria, atendendo à aprovação do pacote ter ocorrido apenas em 2 de dezembro. E não estarem afetos recursos humanos em numero suficiente para levar a cabo tal tarefa.
DDS	50	Assegurar a participação da DGAE na Rede Responsabilidade Social das Organizações (RSOPT)	100%	X					R	Em 2015, a DGAE participou nas 4 reuniões do GT ISO 2600 e em 7 de 8 reuniões no âmbito do sub-GT Direitos Humanos e Práticas Laborais.
DDS	51	Assegurar o acompanhamento e execução do V Plano Nacional para a Igualdade de Género, Cidadania e Não-Discriminação 2014-2017	100%	X					R	A DGAE participou nas duas reuniões da Equipa Interdepartamental do ME para a Igualdade.
DDS	52	Assegurar o acompanhamento e execução do III Plano Nacional para a Prevenção e Combate ao Tráfico de Seres Humanos 2014-2017	100%	X					R	A DGAE tem 3 medidas de sua responsabilidade no III PNPCTSH, sendo que realizou diversos trabalhos para o cumprimento destas medidas (i) Promoveu um <i>Workshop</i> e um seminário; (ii) participou em dois <i>Workshops</i> ; (iii) Integrou o GT ISO 2600 e o sub-GT Direitos Humanos e Práticas Laborais da Rede RSO PT; (IV) elaborou a brochura «Defenda a sua Organização do Tráfico de Seres Humanos – Responsabilidade Social das Organizações» e procedeu às diligências para a divulgação da mesma.

Div.	Atividade/Projeto			Obj. Operacionais					Nível de realização	Avaliação e justificação de eventuais desvios	
	N.º	Descritivo	Meta	1	2	3	4	5			
DDS	53	Assegurar o acompanhamento e execução do V Plano Nacional para a Prevenção e Combate à Violência Doméstica 2014-2017	100%	X						R	A DGAE participou em três reuniões do GT de apoio à entidade coordenadora do V PNPCVD, tendo ainda participado, como membro da Comissão de Avaliação, do 11.º Prémio Igualdade é Qualidade. Por outro lado, procedeu ao envio de comentários relativamente ao rascunho de guião de boas práticas para a prevenção e combate à violência doméstica e de género, destinado a empresas.
DDS	54	Assegurar a representação da DGAE nos Conselhos de Região Hidrográfica	100%	X						NR	A DGAE não foi convocada para reuniões no decurso de 2015.
	55	Apoio aos Gabinetes dos membros dos Governo, tais como, apreciação de exposições e queixas, pontos de situação, notas para discursos, etc.	100%	X						R	Tarefa cumprida.
DDS	56	Apoio à área internacional da DGAE, nomeadamente, contributos para intervenção externa na área da sustentabilidade	100%	X						R	Tarefa cumprida.
DEC	57	Representar a DGAE no órgão consultivo Coligação para o Crescimento Verde	100%	X						R	Tarefa cumprida, na medida em que a DGAE fez-se representar nas reuniões para as quais foi convocada.
DDS	58	Participar no júri dos Green Project Awards (GPA) - Gestão Eficiente de Recursos	100%	X						R	Tarefa realizada e cumprida a 100%: foi feita uma apreciação de um conjunto de candidaturas, sendo a DGAE parte integrante do júri de uma das categorias (utilização eficiente de recursos).

Div.	Atividade/Projeto			Obj. Operacionais					Nível de realização	Avaliação e justificação de eventuais desvios	
	N.º	Descritivo	Meta	1	2	3	4	5			
DDS	59	Preparar as reuniões e representar Portugal no Grupo de Trabalho da Comissão Adubos (Regulamento (CE) n.º 2003/2003)	100%	X						R	Não foi realizada a 100% na medida em que das duas reuniões realizadas em 2015 a DGAE apenas pôde estar representada na última.
DDS	60	Preparar as reuniões e representação de Portugal no Grupo de Trabalho do Comité Adubos (Regulamento (CE) n.º 2003/2003)	100%	X						R	Esta atividade tem que passar a ser: preparar as reuniões e representar Portugal no Comité Adubos (Regulamento nº 2003/2003). A tarefa não foi realizada a 100%, porque das duas reuniões realizadas em 2015 a DGAE apenas pôde estar representada na última.
DEC	61	Implementar do diploma relativo a matérias fertilizantes	100%			X				R	Atividade realizada e cumprida a 100%, na medida em que o diploma foi publicado, assim como o despacho 9594/2015 e foram articuladas com a AMA as formalidades para os procedimentos de registo poderem passar a ser feitos <i>online</i> .
DEC	62	Analisar os pedidos de autorização e de renovação de autorização de colocação no mercado de matérias fertilizantes	100%			X				R	Tarefa cumprida
DEC	63	Acompanhar o Regulamento Adubos	100%			X				R	Tarefa cumprida na medida em que continuamos a acompanhar a produção de documentos que têm vindo a ocorrer sobre esta matéria.

Div.	Atividade/Projeto			Obj. Operacionais					Nível de realização	Avaliação e justificação de eventuais desvios
	N.º	Descritivo	Meta	1	2	3	4	5		
DEC	64	Acompanhar o Decreto-Lei sobre colocação no mercado de adubos e corretivos agrícolas	100%			X			R	Tarefa cumprida, na medida em que foram criados mecanismos de resposta para os agentes económicos colocarem as suas dúvidas e verem clarificados alguns aspetos que poderão não estar muito claros no texto normativo.

QUADRO XVI
ATIVIDADES PREVISTAS, REALIZADAS PELA DIREÇÃO DE SERVIÇOS PARA A POLÍTICA EMPRESARIAL (DSPE)

Div.	Atividade/Projeto			Obj. Operacionais					Nível de realização	Avaliação e justificação de eventuais desvios	
	N.º	Descritivo	Meta	1	2	3	4	5			
DPE	1	Dinamizar a Implementação em PT da Iniciativa Europeia <i>Small Business Act</i> (SBA) para a Europa	100%		X					R	Participação em duas reuniões dos pontos de contacto nacionais para o SBA (SHERPAS) realizadas em Bruxelas, em janeiro e junho 2015. Preparação de 2 dossiês de apoio à participação na reunião. Participação em 4 reuniões da Rede de <i>SME Envoys</i> , realizadas em Paris (março), Bruxelas (setembro), Milão (maio) e Luxemburgo (novembro). Preparação de 4 dossiês de apoio à reunião. Organização e participação em duas reuniões do GT Acompanhamento SBA em Portugal (setembro e novembro 2015), no âmbito das suas competências de dinamização e implementação em Portugal da iniciativa SBA, e apoio ao representante nacional para as PME (<i>SME Envoy</i>). Organização e participação no Workshop " <i>Small Business Act: Os vencedores não têm tamanho</i> ". A DGAE, como ponto focal do SBA, acompanhou a 100% os trabalhos no âmbito desta iniciativa.

Div.	Atividade/Projeto			Obj. Operacionais					Nível de realização	Avaliação e justificação de eventuais desvios	
	N.º	Descritivo	Meta	1	2	3	4	5			
DPE	2	Assegurar a participação nacional em Comitês e/ou Grupos de Trabalho no âmbito da UE: Grupo da Cooperação Industrial Euromed	100%		X					R	Participação numa reunião, em 24 e 25 de fevereiro de 2015 (Bruxelas) e preparação do dossiê respetivo; Tema principal em discussão: implementação do Programa de Trabalho 2015-2016 com destaque para os esforços de um maior alinhamento entre a Carta Euromediterrânica para as Empresas e o <i>Small Business Act</i> (SBA) Europeu.
DPE	3	Participar nos trabalhos da Agenda Portugal Digital (APD)	100%	X						R	A DGAE passou a integrar a Comissão de Acompanhamento da APD 2020; Preparação e participação em 4 reuniões da Comissão Técnica e 4 eventos paralelos com a respetiva elaboração dos relatos. Organização e participação no Workshop " Agenda Digital Portugal".
DPE	4	Plano DGAE de ações na área da Inovação	30-11-2015		X					CA	Na sequência da aprovação e publicação da Lei-Organica do Ministério da Economia que estabelecia modificações em matéria de competência no domínio da Inovação, não se considerou estarem reunidas as condições de estabilidade institucional no quadro das atribuições e competências em matéria de inovação essenciais para a prossecução deste projeto.
DPE	5	Acompanhamento da Agenda Digital - UE	100%			X				R	Elaborado MEMO sobre a ADE. Respondidas 100% das solicitações internas e externas de contributos.

Div.	Atividade/Projeto			Obj. Operacionais					Nível de realização	Avaliação e justificação de eventuais desvios	
	N.º	Descritivo	Meta	1	2	3	4	5			
DPE	6	Participar no ERAC - Comité Espaço Europeu I&I/vertente inovação-economia	100%	X						R	Participação em 3 reuniões conjuntamente com a FCT/MCTES (24 de fevereiro em Bruxelas; 16 e 17 de abril em Riga; 7 e 8 de julho no Luxemburgo) e preparação dos dossiês respetivos; o principal tema em análise foi o desenvolvimento do Roteiro do Espaço Europeu da Investigação e Inovação (ERA) e Roteiros ERA nacionais.
DPE	7	Assegurar a participação nacional em Comités e/ou Grupos de Trabalho no âmbito da UE: Subgrupo EPG Política de Inovação	100%	X						R	Participação em 2 reuniões (20 março e 26 novembro em Bruxelas) e preparação dos respetivos dossiês; principal tema em destaque: Medidas para promover a procura da inovação empresarial e "tour de table" sobre as políticas públicas nacionais na área da inovação.
DPE	8	Assegurar o funcionamento da Comissão Técnica no âmbito do enquadramento nacional dos sistemas de incentivos às empresas	100%			X				R	A DGAE, como entidade que assegura o apoio administrativo à Comissão Técnica, efetuou uma proposta de formulário a apresentar à CTSI pelas entidades proponentes e uma proposta de Regulamento Interno da CTSI. Participou na 1ª reunião da CTSI (aprovação do regulamento e do formulário) e procedeu à elaboração da ata da reunião. Não tendo sido remetida à DGAE, pelas entidades proponentes, qualquer proposta de criação de sistemas de incentivos, a CTSI não realizou mais nenhuma reunião.

Div.	Atividade/Projeto			Obj. Operacionais					Nível de realização	Avaliação e justificação de eventuais desvios
	N.º	Descritivo	Meta	1	2	3	4	5		
DPE	9	Instrumentos Financeiros Públicos - Criação da Base de Dados	30-11-2015			X			R	Foi efetuado parte do trabalho com o levantamento dos sistemas de apoio às empresas. O mesmo não se encontra concluído, na medida em que se entrou em novo período de Fundos Estruturais (Portugal 2020), bem como de novos Programas Europeus (COSME, H2020, Plano Juncker e Fundo Europeu para Investimentos Estratégicos)
DPE	10	Instrumentos Financeiros Públicos - Prestação de Informação	100%			X			R	Foi prestada toda a informação solicitada à DGAE, no âmbito dos Instrumentos Financeiros
DPE	11	Acompanhar os Instrumentos Financeiros Europeus – Horizonte 2020 e Cosme	100%			X			R	O acompanhamento foi realizado. Participação em reuniões no âmbito do Grupo de Competitividade e Crescimento sob o tema Financiamento Europeu, principais programas, bem como reunião bilateral UE/PT, no âmbito do H2020.
DPS	12	Preparação das reuniões do Grupo de trabalho de Alto Nível - Aço	2	X	X				R	O GAN do Aço foi substituído pelo GAN das Indústrias Intensivas em Energia (IIE), mais abrangente. Portugal manteve a sua representação no Grupo e participou na reunião de 27 de maio, que foi assegurada pela REPER. Após constituição formal do GAN IIE (26-10-2015) realizou-se a 1ª reunião formal, no dia 18-12-2015, com a participação da DGAE.
DPS	13	Elaborar pareceres sobre matérias do sector do Aço	100%		X				R	Contributo para o Conselho de Competitividade Extraordinário de 9-12-2015.

Div.	Atividade/Projeto			Obj. Operacionais					Nível de realização	Avaliação e justificação de eventuais desvios	
	N.º	Descritivo	Meta	1	2	3	4	5			
DPS	14	Assegurar a Representação das reuniões do Comité do Aço - OCDE	1	X						NR	Foram realizadas duas reuniões, que não contaram com participação da DGAE (78.ª sessão decorreu entre 11-12 maio e a 79.ª sessão nos dias 30 novembro e 1 dezembro). Quem assegurou a representação nacional foi a delegação de Portugal junto da OCDE, com contributos desta DGAE, tendo sido dispensada a sua presença.
DPS	15	Participação nas reuniões Grupo de Trabalho da Construção Naval (WP6) - OCDE	1	X						T	Este GT foi transferido para a Direção-Geral de Política do Mar (DGPM), que assegurou a representação de Portugal, a partir de final de maio de 2015. O despacho exarado pela Sra. Ministra da Agricultura e do Mar teve o acordo do Sr. Secretário de Estado da Inovação, Investimento e Competitividade.
DPS	16	Acompanhamento das Indústrias culturais e criativas - Prestação de Informação	100%			X				R	Recolha de dados para preparação da ficha setorial e de comércio externo. Análise do estudo realizado por Augusto Mateus sobre o setor cultural e criativo, bem como evoluções posteriores.
DPS	17	Grupo de peritos na UE para as Indústrias de base Florestal	2	X						NR	Não se realizou qualquer reunião deste GP no decurso de 2015, por falta de convocatória da Comissão Europeia. Toda a informação e a abertura de consultas públicas foi divulgado pelos <i>stakeholders</i> .
DPS	18	Acompanhamento dos Setores Industriais da EFICE - Elaboração de fichas temáticas de evolução.	30-11-2015			X				R	Recolha de informação estatística e elaboração de 9 fichas setoriais e de comércio externo.

Div.	Atividade/Projeto			Obj. Operacionais					Nível de realização	Avaliação e justificação de eventuais desvios
	N.º	Descritivo	Meta	1	2	3	4	5		
DPS	19	Elaboração de Informação sobre sectores da indústria	100%			X			R	Delimitação do âmbito das indústrias com o intuito de proceder à elaboração de sinopses setoriais. Visita a entidades e estabelecimento de contatos com o objetivo de recolha de dados qualitativos sobre os setores em análise.
DPE	20	Colaboração no âmbito do <i>Food Nutrition Awards</i>	100%	X					R	Participação, enquanto membro do júri da categoria "Serviço Inovação", na avaliação de 4 candidaturas.
DPE	21	Assegurar a participação nacional nos fóruns OCDE: Comité da Indústria, Inovação e Empreendedorismo (CIIE)	100%	X					R	Participação em duas reuniões (Paris) em 26 e 27 março e 15 e 16 outubro e preparação dos respetivos dossiês: Principais temas em discussão: Fórum Global para a Produtividade, Estratégia da OCDE para a Inovação, avaliação de Políticas Industriais e de Inovação, Programa de Trabalho e orçamento do CIIE 2017-2018 e revisão dos mandatos dos seus Grupos de Trabalho (WPSMEE, WPIA e WPGI); Cadeias de Valor Global e o projeto KBC (<i>Knowledge Based Capital</i>).

Div.	Atividade/Projeto			Obj. Operacionais					Nível de realização	Avaliação e justificação de eventuais desvios	
	N.º	Descritivo	Meta	1	2	3	4	5			
DPE	22	Assegurar a participação nacional nos fóruns internacionais da OCDE: GT das PME e do Empreendedorismo (WPSMEE)	100%	X						R	Participação em duas reuniões (Paris) em 20 e 21 abril e 28 e 29 outubro e preparação dos respetivos dossiês. Principais temas em discussão: Políticas Públicas de apoio às PME e Empreendedorismo (incluindo "Tours de Table" sobre as políticas nacionais e estatísticas); Desenvolvimento do Projeto "Benchmarking Desempenho PME (OCDE); acesso das PME ao Financiamento; Revisão do mandato WPSMEE e discussão preliminar do Programa de Trabalho e Orçamento 2017-2018.
DPE	23	Participar no Projeto BenchMarking Desempenho PME (OCDE)	100%	X						R	Portugal é um dos 4 países-piloto (Canadá, Israel, Portugal e Reino Unido); neste contexto foi disponibilizada informação sobre Reformas Estruturais em Portugal com impacto nas PME e feita uma apresentação pelo delegado nacional sobre este tema, em Paris, na reunião do WPSMEE (21 de abril).
DPE	24	Políticas Públicas para PME (OCDE)	100%	X						R	Efetuados 2 envios de informação para a OCDE.
DPE	25	Coordenar a participação do ME no REFIT	100%			X				R	Participação no exercício ABR plus do Programa REFIT, coordenando os trabalhos a nível do ME. Respondidas 100% das solicitações efetuadas pela Comissão Europeia.

Div.	Atividade/Projeto			Obj. Operacionais					Nível de realização	Avaliação e justificação de eventuais desvios	
	N.º	Descritivo	Meta	1	2	3	4	5			
DPE	26	Realizar o Inquérito de Avaliação de Impacto Legislativo nas Atividades Económicas	31-12-2015		X					R	A atenção centrou-se na implementação da ferramenta Teste PME/SME Test, tendo presente a necessidade urgente da sua efetiva operacionalização no nosso país, traduzida na publicação em 20 abril 2015, da RCM n.º 23/2015, introduzindo no formulário anexo às propostas legislativas a referência à avaliação de impacto nas PME.
DPE	27	Assegurar o acompanhamento das medidas de simplificação administrativa	100%	X						R	Pesquisa, recolha e análise de informação relativa a medidas de simplificação administrativa com vista à preparação de posições nacionais a defender a nível europeu e respostas a questões colocadas aos Estados-membros.
DPE	28	Acompanhar a definição de planos e instrumentos de ordenamento do território, assegurando a preservação e expansão harmoniosa da atividade industrial.	100%			X				R	Acompanhamento da temática na ótica do reforço do conhecimento por parte dos serviços.
DPS	39	Participar no Grupo de Trabalho das Classificações Económicas e Sociais	100%	X						T	Não houve participação tendo presente as mudanças na orgânica do Ministério da Economia.
DPE	30	Dinamizar e coordenar do Grupo de Reflexão sobre Acesso ao Financiamento	1		X					R	Realização de uma reunião com a IFD, com o objetivo de preparar a notificação à COM da 1.ª fase de constituição da IFD

Div.	Atividade/Projeto			Obj. Operacionais					Nível de realização	Avaliação e justificação de eventuais desvios	
	N.º	Descritivo	Meta	1	2	3	4	5			
DPE	31	Dinamizar e coordenar o Grupo de Reflexão sobre Política de Inovação	1		X					T	Não se realizou qualquer reunião deste GT tendo presente as mudanças na orgânica do Ministério da Economia com implicações na área da Inovação.
DPE	32	Dinamizar e coordenar o Grupo de Reflexão sobre Política Industrial	1		X					R	Realização de uma reunião interna com a participação dos representantes da indústria, restauração e assuntos europeus
DPS	33	Elaborar e manter atualizada ficha de informação Macroeconómica PT	30-06-2015			X				R	Foi elaborada ficha sobre Portugal e devidamente atualizada face à disponibilidade de dados estatísticos.
DPS	34	Elaborar e manter atualizadas fichas de informação económica por NUT	30-10-2015			X				R	Foram elaboradas fichas informativas para todas as NUT e para vários anos.
DPE	35	Intervenção genérica para contributos da DGAE	100%			X				R	Contribuiu-se a 100% para a elaboração de pareceres
DPE	36	Emissão de pareceres referentes a solicitações por parte do Governo	100%			X				R	Contribuiu-se a 100% para a elaboração de pareceres
DPE	37	Emissão de pareceres referentes a solicitações por parte de outras entidades da Administração Pública	100%			X				R	Contribuiu-se a 100% para a elaboração de pareceres

QUADRO XVII
ATIVIDADES NÃO PREVISTAS, REALIZADAS PELA DIREÇÃO DE SERVIÇOS PARA A POLÍTICA EMPRESARIAL (DSPE)

Div.	Atividade/Projeto			Obj. Operacionais					Nível de realização	Avaliação e justificação de eventuais desvios
	N.º	Descritivo	Meta	1	2	3	4	5		
DPE	1	Grupo de Trabalho Interministerial Redução do Sal							R	Na sequência da publicação do Despacho 8272/2015, de 29 de julho, que determina a criação de um grupo de trabalho interministerial com o objetivo de propor um conjunto de medidas para a redução do consumo de sal pela população, a DGAE foi nomeada como membro do referido GT. Participação em 2 reuniões do GT e no Fórum do Sal; realizada uma reunião conjunta DGAE/DSPE-ANCIPA

QUADRO XVIII
ATIVIDADES PREVISTAS, REALIZADAS PELA DIREÇÃO DE SERVIÇOS DOS ASSUNTOS EUROPEUS (DSAE)

Div.	Atividade/Projeto			Obj. Operacionais					Nível de realização	Avaliação e justificação de eventuais desvios
	N.º	Descritivo	Meta	1	2	3	4	5		
DRI	1	Assegurar a Presidência Portuguesa do GTMO 5+5 (2014-2016)	100%		X				R	A DGAE assegurou a implementação dos resultados da Ministerial de Lisboa realizada em 2014, através da participação em reuniões multilaterais dos 5+5, dinamizando ações de diversos tipos.
DRI	2	Acompanhar o Diálogo 5+5 - Transportes	100%			X			R	Através de identificação de interlocutores nacionais com capacidade técnica reconhecido, realizaram-se diligências para promover ações de formação e de capacitação técnica relevante na área entre os parceiros do norte e do sul, de forma a dotar de capacidade técnica estes últimos, bem como, ganhar escala e conhecimento daqueles mercados/interlocutores.
DRI	3	Acompanhar as iniciativas de cooperação no âmbito da UpM nos setores dos transportes e das telecomunicações	100%			X			R	Foi realizado um acompanhamento regular das iniciativas de cooperação, tendo dinamizado em Portugal potenciais oportunidades de cooperação de capacitação técnica, formação ou consultoria.

Div.	Atividade/Projeto			Obj. Operacionais					Nível de realização	Avaliação e justificação de eventuais desvios
	N.º	Descritivo	Meta	1	2	3	4	5		
Ambas	4	Coordenar a Intervenção da Revisão da Estratégia EU 2020	100%			X			T	O processo da Estratégia UE2020, enquanto abordagem quinquenal macro da EU encontra-se num momento de impasse, prosseguindo as abordagens setoriais. Assim considera-se que esta ação é transferida para 2016.
DCAE	5	Coordenar a Intervenção do ME no quadro do Semestre Europeu	100%			X			R	A DGAE realizou o acompanhamento do exercício do Semestre Europeu, tendo dinamizado reporte à Comissão Europeia de temas identificados na esfera das competências do MECON.
DRI	6	Contributo para Conselho Europeu na área do ME	100%			X			R	A DGAE assegurou o contributo do MECON para os 4 Conselhos Europeus.
DCAE	7	Preparar os elementos de apoio para a participação do ME nos Conselhos Competitividade / Vertente Industria	100%			X			R	4 reuniões
DRI	8	Preparar os elementos de apoio para a participação do ME nos Conselhos Transportes	100%			X			R	4 reuniões
DRI	9	Preparar os elementos de apoio para a participação do ME nos Conselhos Telecomunicações	100%			X			R	2 reuniões
DRI	10	Preparar os elementos de apoio para a participação ME no Fórum Internacional de Transportes da OCDE (Leipzig, 27 a 29 de Maio)	100%			X			R	Foi preparado pasta de apoio com base em elementos de apoio elaborados pela DGAE.
DRI	11	Preparar os elementos de apoio para a participação ME na Conferência de Alto Nível sobre Aviação (Bruxelas, 12 de Março)	100%			X			R	Foi preparado pasta de apoio com base em elementos de apoio elaborados pela DGAE.
DRI	12	Preparar os elementos de apoio à participação ME na Conferência Ministerial ASEM Transportes (Riga, 29 e 30 de Abril)	100%			X			R	Foi preparado pasta de apoio com base em elementos de apoio elaborados pela DGAE.

Div.	Atividade/Projeto			Obj. Operacionais					Nível de realização	Avaliação e justificação de eventuais desvios
	N.º	Descritivo	Meta	1	2	3	4	5		
DRI	13	Preparar os elementos de apoio à participação em Reuniões de Alto Nível da Parceria Oriental	100%			X			R	Foi preparado pasta de apoio com base em elementos de apoio elaborados pela DGAE.
DCAE	14	Preparar os elementos de apoio para a participação DGAE no GAN Competitividade e Crescimento	100%			X			R	Foram elaboradas pastas de apoio á intervenção PT no Grupo em questão. Acresce que esta participação serviu de lançamento prévio dos Conselhos Ministeriais em formato Conselho Competitividade.
DRI	15	Coordenar as atividades de natureza financeira e técnicas relacionadas com a Rede Transeuropeia de Transportes (RTE-T)	100%			X			R	A DGAE assegurou a a coordenação nacional na apresentação dos projetos nacionais a este instrumento financeiro de apoio, tendo em vista maximizar a capacidade de sucesso, junto da Comissão Europeia, das propostas nacionais. Previamente, realizou um trabalho de aferição e análise das propostas, no sentido de submeter informação sistematizada à Tutela para validação política, de acordo com as orientações/estratégias definidas pelo Governo.
DRI	16	Conselho Executivo do Corredor Ferroviário de Mercadorias do Atlântico (antigo n.º 4)	100%	X					NR	A DGAE participou ativamente nas primeiras reuniões deste grupo, tendo alinhado posição e intervenção PT em linha com o Conselho Técnico do Corredor em questão. Por motivos supervenientes (questão de segurança - terrorismo) não foi possível assegurar presença/participação na última reunião.

Div.	Atividade/Projeto			Obj. Operacionais					Nível de realização	Avaliação e justificação de eventuais desvios
	N.º	Descritivo	Meta	1	2	3	4	5		
DRI	17	Participar no Grupo de Trabalho dos Corredores Ferroviários de Mercadorias do SERAC (Single European Railway Area Committee)	100%	X					R	A DGAE participou ativamente nas reuniões deste grupo, tendo alinhado posição e intervenção PT em linha com as consultas realizadas no quadro dos transportes ferroviários.
DCAE	18	Coordenar e dinamizar a posição do ME para a área Competitividade e Crescimento	100%			X			R	A DGAE, como coordenadora dos assuntos Europeus do Ministério da Economia, assegura a articulação das consultas e das tomadas de posição em dossiês em negociação.
DRI	19	Coordenar e dinamizar a posição do ME para a área Harmonização Técnica	100%			X			R	A DGAE, como coordenadora dos assuntos Europeus do Ministério da Economia, assegura a articulação das consultas e das tomadas de posição em dossiês em negociação.
DRI	20	Coordenar e dinamizar a posição do ME para a área dos Transportes Terrestres	100%			X			R	A DGAE, como coordenadora dos assuntos Europeus do Ministério da Economia, assegura a articulação das consultas e das tomadas de posição em dossiê em negociação.
DRI	21	Coordenar e dinamizar a posição do ME para a área da Aviação	100%			X			R	A DGAE, como coordenadora dos assuntos Europeus do Ministério da Economia, assegura a articulação das consultas e das tomadas de posição em dossiês em negociação.
DRI	22	Coordenar e dinamizar a posição do ME para a área dos Transportes Marítimos	100%			X			R	A DGAE, como coordenadora dos assuntos Europeus do Ministério da Economia, assegura a articulação das consultas e das tomadas de posição em dossiês em negociação.

Div.	Atividade/Projeto			Obj. Operacionais					Nível de realização	Avaliação e justificação de eventuais desvios
	N.º	Descritivo	Meta	1	2	3	4	5		
DRI	23	Coordenar e dinamizar a posição do ME para as questões Intermodais e Redes, etc.	100%			X			R	A DGAE, como coordenadora dos assuntos Europeus do Ministério da Economia, assegura a articulação das consultas e das tomadas de posição em dossiês em negociação.
Ambas	24	Coordenar e dinamizar a posição do ME para as questões do Alargamento	100%			X			R	A DGAE, como coordenadora dos assuntos Europeus do Ministério da Economia, assegura a articulação das consultas e das tomadas de posição em dossiês em negociação.
DCAE	25	Coordenar e dinamizar a posição do ME para a área das Telecomunicações e da Sociedade de Informação	100%			X			R	A DGAE, como coordenadora dos assuntos Europeus do Ministério da Economia, assegura a articulação das consultas e das tomadas de posição em dossiês em negociação.
DRI	26	Coordenar e dinamizar a posição do ME para a área dos Serviços Postais	100%			X			R	A DGAE, como coordenadora dos assuntos Europeus do Ministério da Economia, assegura a articulação das consultas e das tomadas de posição em dossiês em negociação.
DCAE	27	Coordenar e dinamizar a posição do ME para as questões do "Grupo Consumidores"	100%			X			R	A DGAE, como coordenadora dos assuntos Europeus do Ministério da Economia, assegura a articulação das consultas e das tomadas de posição em dossiês em negociação.
DCAE	28	Coordenar e dinamizar a posição do ME para a área da Energia e Ambiente, Saúde e Agricultura	100%			X			R	A DGAE, como coordenadora dos assuntos Europeus do Ministério da Economia, assegura a articulação das consultas e das tomadas de posição em dossiês em negociação.

Div.	Atividade/Projeto			Obj. Operacionais					Nível de realização	Avaliação e justificação de eventuais desvios
	N.º	Descritivo	Meta	1	2	3	4	5		
DRI	29	Coordenar e dinamizar a posição do ME para a área da Fiscalidade e Serviços Financeiros	100%			X			R	Foram coordenadas posições do ME nas negociações da Diretivas de Serviços Financeiros, elementos essenciais para a promoção de um melhor acesso ao financiamento por parte das empresas portuguesas. Esteve presente em duas reuniões de coordenação nacionais promovidas pelo GPEARI/MFIN.
DCAE	30	Preparar os elementos de apoio para a participação da DGAE na CIAE	100%	X					R	A DGAE, enquanto Vogal do Ministério da Economia esteve em todas as reuniões da CIAE, assegurando a partilha da informação de assuntos Europeus relevantes.
DCAE	31	Assegurar a participação nacional: Grupo de Diretores Gerais da Política de Empresa (EPG)	100%	X					R	Foram elaborados elementos de apoio e assegurou-se participação nas 4 reuniões deste grupo.
Ambas	32	Acompanhar, dinamizar e apoiar os organismos do ME na transposição de diretivas	100%			X			R	Foi realizada uma monitorização numa articulação regular com o MNE, os Gabinetes do ME e os organismos deste Ministério.
Ambas	33	Acompanhar, dinamizar e apoiar os organismos do ME nos processos de pré-contencioso	100%			X			R	Foi realizada uma monitorização numa articulação regular com o MNE, os Gabinetes do ME e os organismos deste Ministério.
Ambas	34	Acompanhar, dinamizar e apoiar os organismos do ME relativamente aos pedidos de esclarecimento da COM no âmbito do EU-PILOT	100%			X			R	Foi realizada uma monitorização numa articulação regular com o MNE, os Gabinetes do ME e os organismos deste Ministério.

Div.	Atividade/Projeto			Obj. Operacionais					Nível de realização	Avaliação e justificação de eventuais desvios	
	N.º	Descritivo	Meta	1	2	3	4	5			
DCAE	35	Assegurar a coordenação do ME em Matéria de Auxílios de Estado (AE)	100%	X		X				R	A DGAE assegurou a coordenação do ME em matéria de auxílios de Estado, tendo disseminado informação técnica e de conjuntural aos organismos do ME, bem como assegurou que a Comissão Europeia respondesse á questões técnicas colocadas pelos organismos deste Ministério. Acresce ainda a função de reporte regular à Comissão Europeia, questão obrigatória decorrente de legislação constante nos Tratados Europeus.
DCAE	36	Representar o ME nas estruturas da UE e em PT em matérias de AE	100%							R	Foram asseguradas as representações do ME em 2 reuniões GAN AE e quatro do GT EM. Um delas foi em Lisboa, cuja organização foi assegurada pela DGAE.
DRI	37	Dinamizar e coordenar o Grupo de Reflexão sobre Transportes	2		X					CA	O Grupo em questão perdeu razão substantiva para a sua realização.
DCAE	38	Realizar Seminário Interno - Prioridades da Presidência/Programa da COM	1					X		R	Evento realizado pela DSCAEI para a Direção-Geral.
DRI	39	Organizar o Seminário Interno - Corredores Ferroviários	1					X		CA	Por questão de sobreposição de calendários foi decidido cancelar esta apresentação.
DCAE	40	Organizar o Seminário Interno - Prioridades da Presidência - 2.º Semestre	2					X		R	Evento realizado pela DSCAEI para a Direção-Geral.

Div.	Atividade/Projeto			Obj. Operacionais					Nível de realização	Avaliação e justificação de eventuais desvios
	N.º	Descritivo	Meta	1	2	3	4	5		
Ambas	41	Participação de PT na UE (relatório anual e participação em Grupos e Comités da Comissão e Conselho)	100%		X				R	A DGAE realizou um exercício de disseminação e de recolha de elementos de todos os organismos do MECON que tenham estado, direta ou indiretamente, envolvidos em negociações da UE, no sentido de identificar os principais dossiês em desenvolvimento/negociação, bem como, identificar constrangimentos ou questões que importariam assinalar.
Ambas	42	Preparação/Coordenação de elementos para outros eventos que envolvem participação do ME (Gabinetes ou DGAE)	100%	X	X				R	Realizaram-se reuniões ministeriais "Amigos da Indústria", onde contou com a participação PT (S.Exa o SEIIC), tendo a DGAE, em coordenação com o MNE e o Ministério das Finanças, preparado os elementos de suporte e tópicos de intervenção para os pontos da agenda. Acresce ainda que foram preparados elementos de apoio sempre que o Senhor DGAE se reuniu com autoridades Europeias.
Ambas	43	Coordenar a intervenção ME no quadro da OCDE (Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico)	100%		X			X	T	Esta atribuição foi transferida, em outubro de 2015, para a DSCI.
DCAE	44	Representação da DGAE na Comissão Técnica de Normalização N.º 147 (CT 147)	100%	X					R	A DGAE participou nesta Comissão Técnica, dado o seu conhecimento mais abrangente e de outras áreas no quadro da legislação Europeia do Mercado Interno de Bens.

QUADRO XIX
ATIVIDADES PREVISTAS, REALIZADAS PELA DIREÇÃO DE SERVIÇOS DO COMÉRCIO INTERNACIONAL (DSCI)

Div.	Atividade/Projeto			Obj. Operacionais					Nível de realização	Avaliação e justificação de eventuais desvios
	N.º	Descritivo	Meta	1	2	3	4	5		
DPCE	1	Preparar documentos de apoio/contributos para a intervenção da Tutela nos diversos fora em que participa.	100%			X			R	Destaca-se, por exemplo, a pasta de contributo para a participação do Ministro da Economia na Ministerial da OMC em Nairobi e o trabalho desenvolvido com o gabinete do SEAE a propósito do modelo BIT.
DPCE	2	Coordenar, preparar e participar em reuniões, encontros e intervenções da responsabilidade do ME na área do comércio internacional	100%			X			R	Destacamos, por exemplo, as reuniões com o MNE sobre a atualização do modelo de BIT nacional, a discussão com a DG TRADE da COM sobre a nova Comunicação de Política Comercial, a definição de posição nacional com o MNE quanto ao sistema de ISDS no TTIP.
DPCE	3	Coordenar e definir a contribuição do ME para a posição nacional na vertente do comércio internacional, no âmbito do Comité de Política Comercial Comum.	100%			X			R	Preparação de contributos com a posição da DGAE-ME para todas as reuniões de CPC Titulares, Suplentes e Serviços e Investimento
DPCE	4	Participação em reuniões do Comité de Política Comercial da UE nas suas diferentes formações.	34	X					R	Participação em 21 reuniões do CPC Titulares, Suplentes e CPC Serviços e Investimento
DPCE	5	Definir a posição ME em questões relacionadas com a Política Europeia de Investimento.	100%			X			R	Definição de posição ME nos acordos UE com proteção de investimento, nomeadamente o TTIP, o Vietname, China, Burma/Mianmar.
DPCE	6	Participar e assegurar a Delegação Nacional no Comité Consultivo de Acordos de Investimento da Comissão Europeia.	11	X					CA	A Comissão, durante o ano de 2015, não agendou nenhuma reunião deste Comité Consultivo.

Div.	Atividade/Projeto			Obj. Operacionais					Nível de realização	Avaliação e justificação de eventuais desvios	
	N.º	Descritivo	Meta	1	2	3	4	5			
DPCE	7	Participação na negociação de Acordos Bilaterais de Investimento (autorizados pela UE).	2	X						CA	Não se registaram rondas negociais de proteção de investimento de Portugal com Países Terceiros em virtude do processo de esclarecimentos de normas, à Comissão Europeia, no âmbito do Regulamento 1219/2012
DPCE	9	Definir e defender a posição de Portugal no âmbito das questões dos Instrumentos de Defesa Comercial aplicados pela UE ou por Países Terceiros.	100%			X				R	Durante o ano de 2015, com interesse para a indústria nacional, foram iniciados processos sobre importações de varões em aço, e de dourada e robalo; assegurou-se a manutenção de medidas sobre as importações de mecanismos de argolas, ferrossilício, rodas de alumínio, PET, fibras de poliéster de alta tenacidade, componentes para painéis solares, tubos soldados de ferro ou aço, parafusos de ferro ou aço, cordas e cabos de fibra sintética, fio-máquina, acessórios para tubos de ferro ou aço e biodiesel; a imposição de medidas sobre as importações de folha de alumínio em rolos e de trutas arco-íris.
DPCE	10	Consulta a associações e empresas no âmbito dos processos relativos ao Instrumentos de Defesa Comercial.	100%	X						R	Foram consultadas cerca de 15 Associações com destaque para a CIP, APICER, ABIMOTA, ATP e ANIMEE. Foram igualmente consultadas diversas empresas com destaque para a Portucel, S.A., <i>Open Renewables</i> , S.A., Siderurgia Nacional, S.A. e EFACEC, S.A.

Div.	Atividade/Projeto			Obj. Operacionais					Nível de realização	Avaliação e justificação de eventuais desvios	
	N.º	Descritivo	Meta	1	2	3	4	5			
DPCE	11	Participar e assegurar a Delegação Nacional nas reuniões do Comité dos Instrumentos de Defesa Comercial da UE.	12	X						R	Realizaram-se 12 reuniões do Comité IDC, tendo a DGAE/ME participado e assegurado a Delegação nacional em 11 reuniões (1 reunião foi assegurada pela REPER/MNE).
DPCE	12	Atualização permanente das Bases de Dados: Dumping, Subvenções, REC, casos IDC de países terceiros contra a UE e casos IDC no TJUE.	100%			X				R	Foi assegurada a atualização permanente.
DPCE	13	Participação na reunião do Comité Têxtil (COMTEX)	1	X						CA	Este Comité foi revogado pelo Regulamento (EU) 2015/937 do PE e do Conselho de 9 de junho de 2015
DPCE	14	Definir e defender a posição do ME no âmbito das questões relativas ao Sistema de Preferências Generalizadas.	100%			X				R	Posição nacional defendida no Comité SPG, por exemplo alteração do Regulamento SPG, acompanhamento dos <i>scorecards</i> dos beneficiários SPG+ e cumprimento pelo Paquistão.
DPCE	15	Participação no Grupo de Peritos SPG da Comissão Europeia e no Comité das Preferências Generalizadas (SPG) do Conselho da UE.	7	X						R	Foram realizadas 5 reuniões durante o ano de 2015, tendo a DGAE-ME participado em todas.
DPCE	16	Elaborar contributos e/ou pareceres sobre a implementação da Estratégia de Acesso ao Mercado da UE.	100%			X				R	O vetor principal da Estratégia – o Comité Consultivo de Acesso ao Mercado – permite apresentar os interesses de Portugal. Durante 2015, destacam-se problemas de acesso ao mercado em Angola (imposição de quotas à importação, entretanto não impostas) Chile (utilização indevida de IG), Turquia (medidas que afetam o setor têxtil) e Brasil (taxas discriminatórias).

Div.	Atividade/Projeto			Obj. Operacionais					Nível de realização	Avaliação e justificação de eventuais desvios	
	N.º	Descritivo	Meta	1	2	3	4	5			
DPCE	17	Elaboração de uma Proposta de Divulgação sobre a Estratégia de Acesso ao Mercado.	30-11-2015		X					R	A proposta foi apresentada em setembro de 2015 (INF/445/2015/DSCI/DGAE) tendo sido propostas 3 possíveis ações: elaboração de material de divulgação, organização de seminário com participação aberta a várias entidades ou realização de reuniões com associações.
DPCE	18	Participar e assegurar a Delegação Nacional no Comité Consultivo de Acesso ao Mercado da Comissão Europeia.	11	X						NR	Foram realizadas 11 reuniões durante o ano de 2015, tendo a DGAE-ME participado em todas.
DPCE	19	Dinamização e coordenação do Grupo de Trabalho sobre Acesso ao Mercado.	1		X					R	Não foi realizada nenhuma reunião durante o ano de 2015.
DPCE	20	Elaborar Informações, contributos e/ou pareceres solicitados relativos às negociações de Acordos da UE com Países Terceiros	100%			X				R	Destaca-se, por exemplo, o acompanhamento da negociação do TTIP, China, Vietname e Burma/Mianmar.
DPCE	21	Elaborar Informações, contributos e/ou pareceres solicitados relativos às negociações de Acordos Plurilaterais em que a UE participa.	100%			X				R	Destacamos o envolvimento no acompanhamento da negociação dos acordos TISA, EGA e ITA.
DPCE	22	Participar nas Reuniões Técnicas Informais organizadas pela Comissão Europeia sobre as várias negociações em curso no âmbito da política comercial comum e da política europeia de investimento.	32	X						R	Participou-se em 35 reuniões técnicas informais no âmbito da política comercial (TTIP, TISA, política de investimento, EGA, ITA etc.).
DPCE	23	Elaborar Informações, contributos e/ou pareceres solicitados relativos a questões tratadas no âmbito do Grupo de Questões Comerciais do Conselho da UE.	100%			X				R	Elaboram-se contributos para as reuniões do Grupo de Questões Comerciais do Conselho da EU.

Div.	Atividade/Projeto			Obj. Operacionais					Nível de realização	Avaliação e justificação de eventuais desvios
	N.º	Descritivo	Meta	1	2	3	4	5		
DPCE	24	Participar nas reuniões do Grupo de Questões Comerciais do Conselho da UE.	6	X					R	Deu-se a participação em 4 reuniões do Grupo de Questões Comerciais do Conselho da UE.
DPCE	25	Participação nas reuniões do Grupo dos Produtos de Base do Conselho da UE.	2	X					R	Participou-se em 1 reunião do Grupo de Produtos de Base do Conselho da UE, única que se considerou importante participar.
DPCE	26	Esclarecimentos solicitados e/ou resolução de questões colocadas por associações e empresas ou outras entidades relativas à política comercial comum.	100%			X			R	A título de exemplo, o trabalho desenvolvido ao longo de 2015 com o TTIP na interação com operadores económicos nacionais, com a questão do impacto da eventual atribuição do Estatuto de Economia de Mercado à China e com uma cadeia nacional de distribuição e os problemas de acesso ao mercado turco.
DPCE	27	Assegurar a Delegação Nacional no Comité do Comércio e no Comité do Investimento da OCDE, e ainda, nas reuniões do Grupo de Trabalho do Comité do Comércio.	5	X					R	A delegação nacional nas reuniões do Comité de Investimento e no Comité de Comércio da OCDE foi assegurada com a participação em 7 reuniões dos vários Comités da OCDE.
DPCE	28	Coordenar, emitir pareceres e elaborar contributos no âmbito do acompanhamento da atividade das organizações internacionais que se ocupam do comércio internacional OMC, OCDE e UNCTAD.	100%	X					R	Foram assegurados diversos contributos para as reuniões da OCDE (Comités, Ministerial da OCDE, resposta a questionários), OMC e UNCTAD.
DPCE	29	Dinamização e coordenação do Grupo de Trabalho sobre Negociações Comerciais Externas	2		X				T	Foram iniciados os trabalhos de avaliação para de levar a cabo esta iniciativa.

Div.	Atividade/Projeto			Obj. Operacionais					Nível de realização	Avaliação e justificação de eventuais desvios
	N.º	Descritivo	Meta	1	2	3	4	5		
DRIn	30	Elaborar pastas de apoio para encontros bilaterais e visitas oficiais de membros da Tutela, tanto em Portugal como no exterior.	100%			X			R	Registou-se um elevado número de deslocações oficiais e encontros bilaterais (em Portugal e no exterior), em particular durante o primeiro semestre, tendo sido cumpridos os prazos de entrega estipulados. Acresce a solicitação feita à DGAE de preparação e acompanhamento em permanência de visitas oficiais a Portugal de representantes governamentais da Roménia e África do Sul (e também da Argélia, sendo que neste caso as 3 visitas governamentais previstas acabaram por ser canceladas).
DRIn	31	Preparar a participação do ME em Cimeiras, Comissões Mistas, Subcomissões Económicas, Grupos de Trabalho e outros eventos de alto nível.	8	X					R	Salientam-se os seguintes eventos: Cimeiras bilaterais com a Argélia, Espanha, Marrocos, Tunísia e Turquia; Cimeira da Aliança do Pacífico; Comissões Mistas com a Arábia Saudita e Emirados Árabes Unidos; 2.ª Reunião do Comité de Obras Públicas Luso-Argelino; 2.ª Reunião do Grupo de Trabalho de Comércio e Investimento Portugal-Rússia. Acresce o número significativo de contributos remetidos ao MNE, no âmbito de visitas oficiais e outros eventos de alto nível.
DRIn	32	Preparar e participar em reuniões de coordenação intra ME, com Embaixadas e outras entidades públicas e privadas, bem como em reuniões interministeriais promovidas pelo MNE.	12	X					R	O número previsto foi largamente ultrapassado, na medida em que esta Divisão preparou e participou em 60 reuniões.
DRIn	33	Preparar a participação da DGAE nas reuniões da Comissão Interministerial de Política Externa (CIPE).	4	X					R	A DGAE participou nas 4 reuniões da CIPE realizadas em 2015.

Div.	Atividade/Projeto			Obj. Operacionais					Nível de realização	Avaliação e justificação de eventuais desvios
	N.º	Descritivo	Meta	1	2	3	4	5		
DRIn	34	Acompanhar a negociação de instrumentos jurídicos bilaterais nas áreas de intervenção do ME, incluindo os acordos de investimento (autorizados pela UE).	100%			X			R	A DGAE assegurou o acompanhamento da negociação de um elevado número de instrumentos jurídicos bilaterais nas áreas de competência do ME.
DRIn	35	Elaborar e solicitar pareceres nas áreas de competência do ME, tanto ao nível das relações económicas bilaterais e multilaterais, como da vertente económica das relações externas da UE.	10			X			R	O número de pareceres emitidos (4, todos sobre Acordos bilaterais, correspondente às solicitações recebidas) acabou por ser inferior ao número inicialmente estimado.
DRIn	36	Participar, enquanto Ponto Focal do ME, nas reuniões semestrais do Grupo Informal de Peritos UE-China.	2	X					R	Ao contrário de anos anteriores, apenas se realizou uma reunião em 2015, na qual a DGAE esteve presente.
DRIn	37	Coordenar a participação da Tutela em reuniões ministeriais de carácter económico, nomeadamente no âmbito da OCDE, ONU, Fórum Macau, CPLP, Cimeira Ibero-Americana e Aliança do Pacífico, entre outros espaços multilaterais.	1	X					R	Destaca-se a preparação da participação do Sr. Ministro da Economia na X Cimeira da Aliança do Pacífico, no decurso da qual manteve encontros bilaterais com homólogos do Chile, Colômbia, México e Perú.
DRIn	38	Coordenar a preparação e participar, sempre que se justifique, nas reuniões técnicas e outras iniciativas desenvolvidas ao nível da OCDE, ONU, Fórum Macau, CPLP, Cimeira Ibero-Americana e Aliança do Pacífico, entre outros espaços multilaterais.	3	X					R	De destacar a participação da DGAE na Reunião de Pontos Focais de Comércio da CPLP, e os contributos elaborados para a Reunião de Ministros Ibero-americanos dos Negócios Estrangeiros, IV Reunião do Grupo de Relacionamento Externo da Aliança do Pacífico com os Países Observadores, e Reunião MNE's do Diálogo 5+5.

Div.	Atividade/Projeto			Obj. Operacionais					Nível de realização	Avaliação e justificação de eventuais desvios
	N.º	Descritivo	Meta	1	2	3	4	5		
DRIn	39	Coordenar, enquanto Ponto Focal, a participação portuguesa em ações desenvolvidas no âmbito dos Planos de Atividades do Fórum Macau, nomeadamente no que respeita à formação de recursos humanos.	7			X			R	A DGAE assegurou a gestão da participação de Portugal nos 7 Colóquios realizados em 2015. Acresce a gestão da participação nacional em 3 iniciativas de curta duração (Fórum de Jovens Empresários, Mesa Redonda de Dirigentes Provinciais, Seminário de Profissionais Bilingues).
DRIn	40	Participar, enquanto Ponto Focal, nas reuniões do Secretariado Permanente do Fórum Macau.	1	X					R	A DGAE participou na reunião anual do Secretariado Permanente do Fórum Macau.
DRIn	41	Coordenar o levantamento da execução de projetos e programas de cooperação de organismos do ME, enquadráveis na Ajuda Pública ao Desenvolvimento.	100%			X			R	Foi transmitido ao CICL o levantamento anual da execução de projetos desenvolvidos pelos organismos do ME, enquadráveis na APD.
DRIn	42	Elaborar contributos nas áreas de atuação do ME, sob temáticas relacionadas com a Cooperação e Desenvolvimento.	5	X					R	Os contributos elaborados excederam o número inicialmente previsto, destacando-se a preparação do contributo do ME para o Exame da Política de Cooperação Portuguesa (levado a cabo pelo CAD/OCDE).
DRIn	43	Preparar e participar, enquanto membro, nas reuniões da Comissão de Acompanhamento do Grupo de Trabalho do Mercado das Multilaterais Financeiras (coordenado pela AICEP e GPEARI-MF).	1	X					R	A DGAE participou na reunião anual da Comissão de Acompanhamento, e divulgou junto de potenciais interessados diversas iniciativas no âmbito do mercado das multilaterais financeiras.
DRIn	44	Atualizar, de forma permanente e pró-ativa, as Fichas de Relacionamento Económico Institucional.	15			X			R	As fichas institucionais DGAE atualizadas em 2015 excederam o número inicialmente previsto.

Div.	Atividade/Projeto			Obj. Operacionais					Nível de realização	Avaliação e justificação de eventuais desvios
	N.º	Descritivo	Meta	1	2	3	4	5		
DRIn	45	Divulgar informação relevante aos organismos do ME, quer na vertente das relações bilaterais e multilaterais, quer na vertente económica das relações externas da UE.	100%			X			R	Destaca-se a divulgação, junto dos organismos do ME, dos principais resultados dos eventos de alto nível realizados em 2015.
DRIn	46	Preparar e participar em eventos nacionais e internacionais relevantes de carácter económico.	5	X					R	Salienta-se a preparação da intervenção do Sr. DGAE no evento comemorativo do Ano Novo Chinês, e a participação em diversas Conferências e Seminários (superior ao número inicialmente estimado).

QUADRO XX
ATIVIDADES PREVISTAS, REALIZADAS PELA DIVISÃO DAS CONTRAPARTIDAS (DC)

Div.	Atividade/Projeto			Obj. Operacionais					Nível de realização	Avaliação e justificação de eventuais desvios
	N.º	Descritivo	Meta	1	2	3	4	5		
	1	Participar na Comissão Nacional de Proteção Civil	100%		X				R	Resposta a todas as solicitações, designadamente, na participação na Reunião do Grupo de Trabalho de Indústria do Planeamento Civil de Emergência da NATO.
	2	Participar na Subcomissão Redução Risco Catástrofes	100%		X				R	Participação em duas reuniões do 4.º GT da PNRRC, dando resposta a todas as solicitações.
	3	Acompanhar e fiscalizar da Execução do Contrato de Contrapartidas com a Agusta Westland - helicópteros	100%			X	X		R	Deu-se cumprimento integral ao Clausulado do Contrato de Contrapartidas.
	4	Acompanhar e fiscalizar os projetos de contrapartidas do Contrato com a Agusta Westland - helicópteros	100%			X	X		R	Resposta a todas as solicitações, tendo-se creditado contrapartidas no montante de 31,70 M€.
	5	Acompanhar e fiscalizar a Execução do Contrato de Contrapartidas com a GD/Steyer	100%			X	X		R	Deu-se cumprimento integral ao Clausulado do Contrato de Contrapartidas.
	6	Acompanhar e fiscalizar os projetos de contrapartidas: Contrato com a GD/Steyer	100%			X	X		R	Resposta a todas as solicitações, tendo-se creditado contrapartidas no montante de 41,76 M€.
	7	Acompanhar e fiscalizar a execução do Contrato de Contrapartidas com o German Submarine Consortium	100%			X	X		R	Deu-se cumprimento integral ao Clausulado do Contrato de Contrapartidas.
	8	Acompanhar e fiscalizar os projetos de contrapartidas: Contrato com o German Submarine Consortium	100%			X	X		R	Resposta a todas as solicitações, tendo-se creditado contrapartidas no montante de 57,60 M€.

Div.	Atividade/Projeto			Obj. Operacionais					Nível de realização	Avaliação e justificação de eventuais desvios
	N.º	Descritivo	Meta	1	2	3	4	5		
	9	Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato de contrapartidas com a Northrop Grumman	100%			X	X		R	Deu-se cumprimento integral ao Clausulado do Contrato de Contrapartidas.
	10	Acompanhar e fiscalizar os projetos de contrapartidas: Contrato com a Northrop Grumman	100%			X	X		R	Não houve qualquer solicitação no âmbito deste Programa.
	11	Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato de contrapartidas: Contrato com a Lookeed Martin (F16)	100%			X	X		R	Contrato de Contrapartidas concluído.
	12	Acompanhar e fiscalizar os projetos de contrapartidas, Contrato a Lookeed Martin (F16)	100%			X	X		R	Contrato de Contrapartidas concluído.
	13	Acompanhar e fiscalizar a Execução do Contrato de Contrapartidas com a Lookeed Martin (P3Orion)	100%			X	X		R	Contrato de Contrapartidas concluído.
	14	Acompanhar e fiscalizar os projetos de contrapartidas: Contrato com a Lookeed Martin (P3Orion)	100%			X	X		R	Contrato de Contrapartidas concluído.
	15	Acompanhar e fiscalizar a Execução do Contrato de Contrapartidas com a Airbus	100%			X	X		R	Deu-se cumprimento integral ao Clausulado do Contrato de Contrapartidas.
	16	Acompanhar e fiscalizar a execução dos projetos de contrapartidas: Contrato de Contrapartidas com a Airbus	100%			X	X		R	Resposta a todas as solicitações, não tendo existido qualquer creditação de contrapartidas.

QUADRO XXI
ATIVIDADES PREVISTAS, REALIZADAS NO ÂMBITO DA GESTÃO

Div.	Atividade/Projeto			Obj. Operacionais					Nível de realização	Avaliação e justificação de eventuais desvios	
	N.º	Descritivo	Meta	1	2	3	4	5			
DAP	1	Preparar o Plano de Atividades	30-11-2015			X	X			T	A elaboração do Plano de Atividades insere-se numa ótica integrada que engloba planeamento, programação e orçamentação, de modo que a sua elaboração deve ocorrer em simultâneo com a preparação do orçamento de Estado, que, por razões inerentes ao ciclo eleitoral, foi protelada para 2016. Deste modo, não foi possível, por razões a que a DGAE é alheia, elaborar o Plano de Atividades de 2016 no ano transato.
DAP	2	Preparar o QUAR	30-11-2015			X	X			T	O QUAR (Quadro de Avaliação e Responsabilização) é um instrumento de gestão que engloba, de uma forma sintética, a generalidade da informação constante do Plano de Atividades, dele fazendo parte integrante, pelo que o atraso na elaboração do QUAR para 2016 se deveu ao mesmo fator externo que obrigou ao atraso na elaboração do Plano de Atividades.
DAP	3	Preparar o Relatório de Atividades	15-04-2015			X	X			R	O Relatório de Atividades respeitante a 2014 foi elaborado e remetido à aprovação da tutela no prazo estipulado.

Div.	Atividade/Projeto			Obj. Operacionais					Nível de realização	Avaliação e justificação de eventuais desvios
	N.º	Descritivo	Meta	1	2	3	4	5		
DAP	4	Efetuar o levantamento da informação necessária à monitorização do QUAR	semestral			X	X		R	Foi efetuado o levantamento da informação quantitativa, assim como das respetivas evidências, para a monitorização do 1.º semestre do QUAR, que foi enviada, no prazo solicitado, ao GEE.
DAP	5	Realizar o inquérito de satisfação dos clientes	1			X	X		R	Foi concebido o inquérito e a metodologia de implementação, que foi objeto de despacho, e realizado conforme previsto.
DAP	6	Realizar o inquérito satisfação dos trabalhadores	1			X	X		R	O inquérito foi realizado <i>on line</i> e os resultados foram divulgados no Relatório de Atividades de 2014.
DAP	7	Verificar e validar a informação constante do Balanço Social preparado pela SGME	10 dias			X	X		R	A informação constante do Balanço Social elaborado pela SGME foi verificada, validada e incorporada no Relatório de Atividades de 2014.
DAP	8	Preparar o Plano de Gestão de Riscos de Corrupção e Infrações Conexas	30-12-2015			X	X		T	Tendo em conta a existência de uma nova lei orgânica da DGAE, com alterações significativas nas suas atribuições, foi considerado que fazia sentido elaborar primeiro o Relatório de execução do Plano de Gestão de Riscos de Corrupção e Infrações Conexas, reportado a 31-12-2015 e só após as suas conclusões elaborar um novo Plano em 2016.

Div.	Atividade/Projeto			Obj. Operacionais					Nível de realização	Avaliação e justificação de eventuais desvios
	N.º	Descritivo	Meta	1	2	3	4	5		
AssDG	9	Preparar todos os instrumentos necessários à avaliação do biénio anterior (SIADAP 2 e 3)	30-04-2015			X	X		R	Foram preparados os instrumentos de apoio e suporte à concretização da avaliação do desempenho referente ao biénio 2013-2014, assegurando o cumprimento das fases previstas na Lei nº 66-B/2007, de 28-12, com as alterações introduzidas pelas Leis nºs 55-A, 2010, de 31-12 e 66-B/2012, de 31-12, designadamente, a autoavaliação e a avaliação, a harmonização, as reuniões de avaliação, as validações das avaliações de desempenho "relevante" e de desempenho "excelente", homologações e tomadas de conhecimento, após homologação.
AssDG	10	Preparar as diretrizes para a avaliação dos trabalhadores no período de 2015-2016	15-06-2015			X	X		R	Em sede de CCA, no dia 15 de abril, foram aprovadas as orientações de harmonização do processo de avaliação do desempenho do SIADAP 3, para o biénio 2015-2016, tendo havido lugar à contratualização dos objetivos e competências entre 17-04 e 15-05 de 2015. Na sequência do processo de reorganização interna da DGAE e de forma a manter a coerência do processo avaliativo, foi necessário proceder-se à nomeação de novo CCA (26-11-2015), tendo sido, em reunião de CCA de 27-11-2015, analisados e revistos alguns dos aspetos previstos do documento com as diretrizes e orientações de harmonização do processo de avaliação aprovado no mês de abril.

Div.	Atividade/Projeto			Obj. Operacionais					Nível de realização	Avaliação e justificação de eventuais desvios
	N.º	Descritivo	Meta	1	2	3	4	5		
AssDG	11	Desencadear os procedimentos concursais com vista ao provimento dos cargos dirigentes intermédios de 1.º e 2.º grau	3 meses após a publicação da LO			X	X		R	A estrutura nuclear da DGAE, criada pela Portaria n.º 316/2015, de 23 de setembro, e o despacho de criação das unidades orgânicas flexíveis e fixando as respetivas competências, produziram efeitos a partir de 1 de outubro, tendo sido desencadeados, ainda em 2015, os procedimentos concursais dos cargos dirigentes dessas unidades orgânicas.
AssDG	12	Assegurar, em colaboração com a SGME, a participação dos trabalhadores da DGAE identificados para realização de ações de formação	100%				X	X	R	Foi assegurada a participação dos trabalhadores da DGAE na realização de ações de formação.
DAP	13	Organizar Workshops	8				X	X	R	Em 2015, foram organizados 8 <i>Workshops</i> sobre os seguintes temas: BIT, Diretiva Serviços, <i>Faiplay</i> -Concorrência, Processos de Notificação, Offshore e os limites do planeamento fiscal, Prioridades da Presidência da Letónia, Prioridades da Presidência do Luxemburgo e SBA - Os vencedores não têm tamanho.
DAP	14	Elaborar ou rever procedimentos internos	6				X		R	Esta atividade foi realizada parcialmente, ou seja, o número de procedimentos elaborados ficou aquém do previsto no plano de atividades.
AssDG	15	Assessoria na elaboração de pareceres jurídicos dentro dos prazos estabelecidos	100%				X		R	Essa atividade foi assegurada pela assessoria jurídica.

Div.	Atividade/Projeto			Obj. Operacionais					Nível de realização	Avaliação e justificação de eventuais desvios
	N.º	Descritivo	Meta	1	2	3	4	5		
AssDG	16	Responder a solicitações nos prazos previstos	100%				X		R	No que se refere às diversas solicitações internas e externas nomeadamente na área de Recursos Humanos (formação, férias, estatuto do trabalhador-estudante, licenças, avaliação de desempenho, entre outras) foram respondidas de forma efetiva e em tempo.
DAP	17	Faturar todas as receitas próprias arrecadadas pela DGAE	a. c.			X	X		R	Na sequência da implementação, em outubro de 2014, do sistema centralizado de emissão de guias de receita, todas as receitas identificadas pelos serviços da DGAE, durante o ano de 2015, foram objeto de emissão de Guias de Receita e enviados à SGME os respetivos mapas, indicando os montantes recebidos e, quando foi caso disso, enviando os meios de pagamento recebidos.
Secret.	18	Efetuar a gestão do Fundo de Maneio	a. c.				X		R	A atividade que foi realizada com regularidade.
DAP	19	Validar a faturação das despesas	a. c.			X	X		R	Foram validadas pela DGAE a prestação de serviços e a receção dos bens que foram objeto de faturação.
AssDG	20	Colaborar com SGME no controlo da assiduidade, férias, faltas e licenças	a. c.				X		R	Atividade realizada regularmente.
AssDG	21	Preparar o mapa de pessoal da DGAE	31-08-2015			X	X		R	Foi preparado o mapa de pessoal da DGAE para 2016.
AssDG	22	Promover as publicações em Diário da República	a. c.				X		R	Foram promovidas, em tempo, todas as publicações em DR que se revelaram necessárias.

Div.	Atividade/Projeto			Obj. Operacionais					Nível de realização	Avaliação e justificação de eventuais desvios
	N.º	Descritivo	Meta	1	2	3	4	5		
DAP	23	Efetuar os procedimentos inerentes à entrada, encaminhamento e expedição de correspondência	a. c.				X		R	A atividade de entrada e expedição da correspondência foi assegurada diariamente.
DAP	24	Garantir, em colaboração com a SGME, uma primeira linha de apoio de Helpdesk a nível de microinformática e de telefones	a. c.				X		R	Atividade assegurada diariamente.
DAP	25	Identificar as necessidades de bens e serviços	a. c.				X		R	Necessidades identificadas com regularidade.
DAP	26	Gerir a conservação e a manutenção das instalações, dos bens e equipamentos	a. c.				X		R	Atividade assegurada diariamente.

Quadro XXII - Nível de realização das atividades previstas

Serviço	Nível de realização				
	R	NR	T	CA	TOTAL
DSCSR	36	3	9	1	49
DSSE	37	21	5	1	64
DSPE	31	2	3	1	37
DSAE	39	1	2	2	44
DSCI	40	1	1	3	45
TOTAL	183	28	20	8	239

2.4 Análise das causas de incumprimento de atividades ou projetos não executados

Como se conclui do quadro XXII apenas 8% das atividades não foram realizadas e a sua não realização não teve impactos nos objetivos que haviam sido previstos no QUAR.

Um dos motivos para o incumprimento de um número significativo dessas atividades teve a ver com a falta de solicitações dirigidas aos serviços. Ou seja, eram atividades que dependiam de fatores exógenos aos serviços, como sejam a realização de reuniões.

Outro dos motivos deveu-se à transição de algumas atividades para Direções de Serviço sem que os técnicos que as acompanhavam anteriormente tivessem passado informação suficiente para as mesmas poderem ser retomadas devidamente e em tempo oportuno.

Finalmente, houve um número mais restrito de atividades não realizadas por falta de recursos humanos.

2.5 Avaliação do sistema de controlo interno

Na avaliação do sistema de controlo interno será seguida a metodologia prevista no documento do Conselho Coordenador de Avaliação de Serviços, segundo a qual essa avaliação poderá ser efetuada através da resposta ao questionário contante do quadro XXIII.

QUADRO XXIII – Avaliação do sistema de controlo interno

Questões	Aplicado			Fundamentação
	S	N	N A	
1 – Ambiente de Controlo				
1.1 Estão claramente definidas as especificações técnicas do sistema de controlo interno?		x		Em curso, existindo já procedimentos implementados.
1.2 É efetuada internamente uma verificação efetiva sobre a legalidade, regularidade e boa gestão?	x			Em permanência, na parte que compete à DGAE.
1.3 Os elementos da equipa de controlo e auditoria possuem a habilitação necessária para o exercício da função?			x	Não existe, devendo esta competência ser assegurada pela SGME.
1.4 Estão claramente definidos valores éticos e de integridade que regem o serviço (ex. códigos de ética e de conduta, carta do utente, princípios de bom governo)?	x			
1.5 Existe uma política de formação do pessoal que garanta a adequação do mesmo às funções e complexidade das tarefas?	x			A DGAE efetua o diagnóstico interno de necessidades de formação, com vista à elaboração do plano de formação em articulação com a SGME.
1.6 Estão claramente definidos e estabelecidos contactos regulares entre a direção e os dirigentes das unidades orgânicas?	x			São efetuadas semanalmente reuniões entre os dirigentes.
1.7 O serviço foi objeto de ações de auditoria e controlo externo?	x			Em 2015, a DGAE recebeu as conclusões da auditoria ao sistema de controlo interno, efetuada pela IGF.
2 – Estrutura Organizacional				
2.1 A estrutura organizacional estabelecida obedece às regras definidas legalmente?	x			A estrutura organizacional encontra-se estabelecida em diplomas legais.
2.2 Qual a percentagem de colaboradores do serviço avaliados de acordo com o SIADAP 2 e 3?	x			Em 2015, foi efetuada a avaliação de todos os trabalhadores relativamente ao biénio de 2013-2014
2.3 Qual a percentagem de colaboradores do serviço que frequentaram pelo menos uma ação de formação?	x			90,6% dos trabalhadores realizaram pelo menos uma ação de formação.
3 – Atividades e Procedimentos de Controlo Administrativo Implementados				
3.1 Existem manuais de procedimentos internos?	x			Existe um manual de procedimentos internos que está em construção e existem outros procedimentos aprovados

Questões	Aplicado			Fundamentação
	S	N	N A	
				e implementados.
3.2 A competência para autorização da despesa está claramente definida e formalizada?	x			Sim, em articulação com a SGME.
3.3 É elaborado anualmente um plano de compras?	x			Assegurado pela SGME em articulação com a DGAE.
3.4 Está implementado um sistema de rotação de funções entre trabalhadores?		x		As funções exercidas nas várias áreas implicam especificidades, nem sempre compatíveis com a rotação de funções entre trabalhadores.
3.5 As responsabilidades funcionais pelas diferentes tarefas, conferências e controlos estão claramente definidas e formalizadas?	x			Sempre que necessário, as responsabilidades são definidas por despacho ou através de procedimento adequado.
3.6 Há descrição dos fluxos dos processos, centros de responsabilidade por cada etapa e dos padrões de qualidade mínimos?	x			Há Direções de Serviço onde a implementação desses fluxos de processos está mais adiantada.
3.7 Os circuitos dos documentos estão claramente definidos de forma a evitar redundâncias?	x			Os circuitos estão definidos e implementados, nomeadamente, através do sistema de gestão documental.
3.8 Existe um plano de gestão de riscos de corrupção e infrações conexas?	x			Foi aprovado o Plano para 2015.
3.9 O plano de gestão de riscos de corrupção e infrações conexas é executado e monitorizado?	x			Foi elaborado e o relatório de monitorização relativo ao Plano de 2014 e em 2016 será elaborado o correspondente ao Plano de 2015.
4 – Fiabilidade dos Sistemas de Informação				
4.1 Existem aplicações informáticas de suporte ao processamento de dados, nomeadamente, nas áreas de contabilidade, gestão documental e tesouraria?	x			Só gestão documental, já que as outras áreas são asseguradas pela SGME.
4.2 As diferentes aplicações estão integradas permitindo o cruzamento de informação?			x	
4.3 Encontra-se instituído um mecanismo que garanta a fiabilidade, oportunidade e utilidade dos outputs dos sistemas?		x		Existem problemas com a fiabilidade do sistema de gestão documental.
4.4 A informação extraída dos sistemas de informação é utilizada nos processos de decisão?		x		O sistema de gestão documental não permite a extração de informação para efeitos de gestão.
4.5 Estão instituídos requisitos de segurança para o acesso de terceiros a informação ou ativos do serviço?	x			No que diz respeito aos sistemas de informação esses requisitos devem ser assegurados pela SGME.
4.6 A informação dos computadores de rede está devidamente salvaguardada (existência de <i>backups</i>)?	x			Deve ser assegurada pela SGME.
4.7 A segurança na troca de informações e <i>software</i> está garantida?				Deve ser assegurada pela SGME.

É importante referir, para efeitos de avaliação do sistema de controlo interno, que compete à Secretaria Geral do Ministério da Economia (SGME), em articulação com DGAE, assegurar a prestação centralizada de serviços nas áreas dos recursos humanos, formação e aperfeiçoamento profissional, apoio jurídico e contencioso, financeira e orçamental, aquisição de bens e serviços e contratação, logística e patrimonial, documentação e informação, comunicação e relações públicas, inovação e modernização e política de qualidade e tecnologias de informação e comunicação (TIC). Deste modo, algumas das áreas relativas ao sistema de controlo interno têm de ser asseguradas pela SGME.

Relativamente ao sistema de gestão documental “GESCOR”, mantiveram-se sem solução alguns dos problemas já identificados no Relatório de Atividades de 2014, nomeadamente, os relativos à falta de manutenção e atualização do equipamento e do próprio programa, que implicaram interrupções no seu funcionamento.

Considera-se, por isso essencial, até para preservar todo o acervo documental que está registado no sistema, que sejam encontradas soluções que garantam a continuidade de acesso e de segurança dos documentos.

III. BALANÇO SOCIAL

Nos termos do Decreto-Lei n.º 190/96, de 9 de outubro, os serviços e organismos da administração pública central, regional e local, incluindo os institutos públicos que revistam a natureza de serviços personalizados e fundos públicos que, no termo de cada ano civil, tenham um mínimo de 50 trabalhadores ao seu serviço devem elaborar anualmente o seu balanço social, com referência a 31 de dezembro do ano anterior.

De acordo com a Lei n.º 66-B/2007, de 28 de dezembro, o Balanço Social deve integrar o Relatório de Atividades de cada serviço da Administração Pública, articulando-se com o respetivo ciclo de gestão.

Como a DGAE não tem uma unidade específica no âmbito dos Recursos Humanos, sendo essa área assegurada pela SGME, no quadro da prestação centralizada de serviços, o Balanço Social da DGAE foi elaborado pela SGME²².

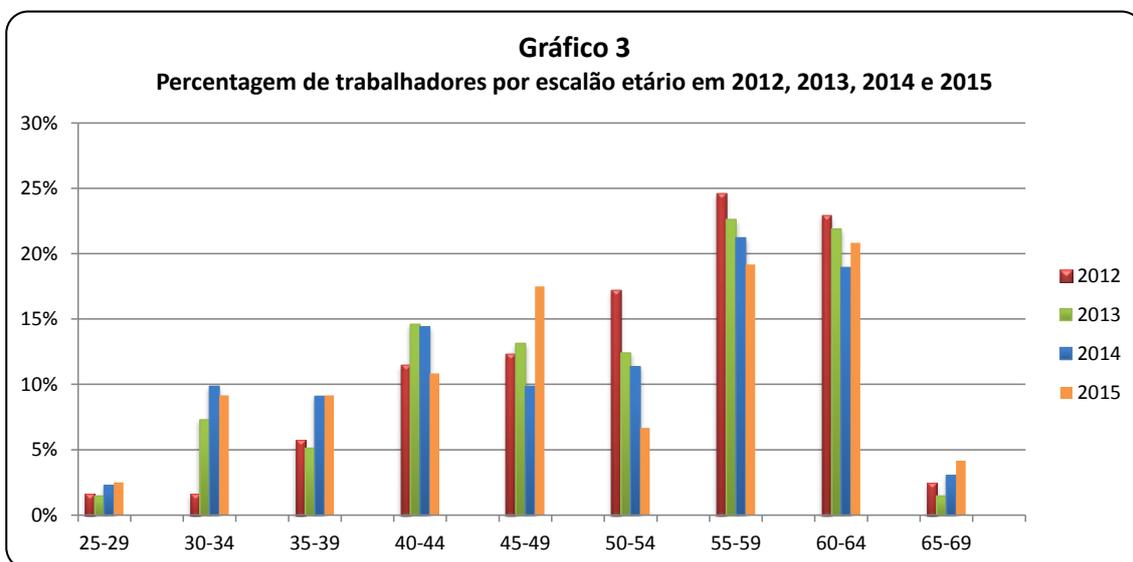
Desde modo, e sem prejuízo de uma leitura mais pormenorizada dos elementos que constam do Balanço Social e da análise efetuada pela SG, apresentar-se-ão aqui apenas os dados que se consideram mais importantes, comparando-os, sempre que possível, com os dos anos anteriores, para se ter uma ideia mais precisa da evolução que tem verificado na DGAE na área dos Recursos Humanos.

Da análise dos dados do Balanço Social conclui-se que, no total dos trabalhadores da DGAE, existe uma preponderância do sexo feminino que tem vindo a aumentar de ano para ano, 69,3% em 2013, 71,2% em 2014 e 72,50% em 2015. No caso específico dos cargos dirigentes, verifica-se que, em 2015, 50 % eram do sexo masculino e 50% do sexo feminino.

²² Anexo VI.

Por outro lado, quanto à modalidade de vinculação, não tem havido oscilações anuais significativas nas percentagens de trabalhadores com contrato de trabalho em funções públicas por tempo indeterminado que, em 2015, representavam 85% do total, enquanto 15% se encontrava em comissão de serviço, nos termos da Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas (LTFP), sendo maioritariamente dirigentes.

Relativamente à estrutura etária dos trabalhadores, conclui-se, a partir dos dados do gráfico 3, que, em 2015, aumentou a percentagem de trabalhadores dos escalões etários dos 45 aos 49 anos e, por outro lado, diminuiu a percentagem de trabalhadores entre os 50 e os 59 anos. Em todo o caso, como a DGAE tinha uma estrutura etária muito elevada, a percentagem de trabalhadores nos escalões etários dos 60 aos 64 anos são, em 2015, as mais elevadas, representando, respetivamente, 21% de todo o universo.



IV. AVALIAÇÃO FINAL

4.1 *Apreciação qualitativa dos resultados alcançados*

O ano de 2015 foi marcado pela publicação reestruturação da DGAE, resultante da publicação do Decreto Regulamentar n.º 5/2015, de 20 de Julho, que definiu as suas atribuições e competências, e da Portaria n.º 316/2015, de 30 de Setembro, que determinou a sua estrutura nuclear e as competências das respetivas unidades orgânicas.

Nos termos dessa reestruturação, a DGAE perdeu algumas competências, nomeadamente, as relativas ao setor da indústria e da inovação, que passam para o IAPMEI, sem prejuízo das atribuições de acompanhamento que se mantiveram nesta Direção-Geral.

Como a nova lei orgânica só foi publicada no final de setembro, a DGAE continuou a exercer as competências que estavam previstas no Decreto-Regulamentar n.º 42/2012, de 22 de maio.

Apesar dessa condicionante, a que se pode também associar uma redução de recursos humanos e financeiros, o Plano de Atividades previsto para 2015 foi cumprido e, nalguns aspetos, foi até além do inicialmente previsto, como terá sido demonstrado nos capítulos anteriores.

Com efeito, os Objetivos previstos no QUAR foram atingidos (objetivos 1 e 4) ou superados (objetivos 2, 3 e 5), incluindo dois dos objetivos mais relevantes (objetivos 2 e 3).

Face a esta situação e atendendo ao previsto no n.º 1 do artigo 18.º da Lei n.º 66-B/2007, de 28 de dezembro, propõe-se a atribuição a estes serviços da menção de Desempenho Bom.

4.2 *Conclusões prospetivas*

A DGAE, enquanto serviço central da Administração Direta do Estado, deve continuar a garantir a prossecução das políticas públicas da responsabilidade do Ministério da Economia, no âmbito das suas competências próprias, prestando serviços no âmbito das suas atribuições ou exercendo funções de apoio técnico aos membros do Governo, nos domínios da concretização das políticas públicas definidas pelo Governo e das orientações emanadas pelo Ministério da Economia.

Igualmente, as relações com a União Europeia e as relações internacionais do Ministério serão certamente asseguradas por esta Direção-Geral. Também na área das contrapartidas militares, enquanto os contratos se encontrarem em execução, será a DGAE a prosseguir com o trabalho de acompanhamento da execução dos mesmos.

Globalmente, o maior desafio para os próximos anos e, designadamente para o ano de 2016, é o de melhorar os sistemas de controlo de gestão, de modo a se dispor de instrumentos capazes de permitir o acompanhamento e o controlo de gestão e facilitar a tomada de decisão oportuna, a partir do conhecimento do nível de cumprimento dos objetivos previamente definidos.

Por outro lado, afigura-se primordial garantir as condições de trabalho dos nossos melhores técnicos, investindo na sua formação, e continuar a ter a capacidade de atrair novos quadros qualificados que substituam aqueles que se aposentam e os que entenderem abraçar novos desafios noutras organizações. Para a persecução deste objetivo, torna-se necessário melhorar os processos e o conhecimento da Liderança por parte dos nossos dirigentes.

De igual modo, a DGAE irá prosseguir com a realização de seminários, pois contribuem para a melhoria da comunicação interna entre as diferentes unidades orgânicas, para a integração do conhecimento e para a melhor integração de todos os que chegam de novo à organização.

Outro grande desafio que se coloca para 2016, e que já se verificava anteriormente, é o da modernização do sistema de gestão documental, que já não oferece condições de fiabilidade e não dá respostas às necessidades de gestão.

Nas restantes matérias tratadas e descritas neste Relatório, há que continuar a aperfeiçoar as nossas capacidades de análise, capacidades de interligação com os restantes organismos do Ministério e capacidades de coordenação. Neste aspeto, também com o MNE. Talvez se possa dizer que 50% do trabalho da DGAE está diretamente relacionado com as áreas internacionais. Daí que os Assuntos Europeus e internacionais, bilaterais e multilaterais, dada a sua importância na ordem interna do País em geral e na economia em particular, devem ser alvo, todos os dias, de um esforço acrescido na construção, definição e defesa das posições de Portugal nos fora internacionais.

